

em luta!



Pág. 5



Um aspecto dos trabalhos da Conferência

UNIVERSIDADE PARA A DEMOCRACIA

A Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP aprovou, além de uma Resolução Política, um documento sobre autonomia universitária, que servirá de base à elaboração de um projecto a apresentar pelo PCP na Assembleia da República. Trata-se do primeiro documento público sobre a matéria, elaborado na perspectiva democrática. O camarada Álvaro Cunhal assistiu aos trabalhos da Conferência, intervindo no final

Pág. 12

entrevistas

- **Carlos Costa** fala sobre a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local que se realizará em 21 de Junho

Pág. 9

- **Carlos Brito** fala acerca do debate parlamentar sobre o Orçamento Geral do Estado e o Plano

Pág. 4

BULGÁRIA



Reportagem do enviado especial do «Avante!», **Torres Rodrigues**, sobre os trabalhos do XII Congresso do Partido Comunista Búlgaro

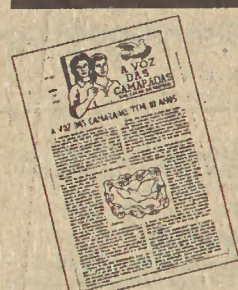
Pág. 10

SUPLEMENTO

O Comité Central eleito no IX Congresso



Cinco documentos da clandestinidade



As camaradas das casas do Partido

Da cadeia para a liberdade passando por um comité



A primeira delegação oficial do PCP recebida pela Junta de Salvação Nacional



A Constituição está com o povo
O povo está com a Constituição

Pág. 3

Festa da Primavera



DIRECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SANTARÉM
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SEMANA Nacional

25
Quarta-feira



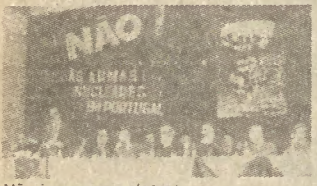
PR convidado a ir à RP de Moçambique

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, aceita um convite do Presidente Samora Machel para visitar a República Popular de Moçambique em datas a fixar; o convite foi apresentado verbalmente pelo ministro dos NE moçambicano, Joaquim Chissano, que termina amanhã uma visita oficial de três dias ao nosso país ■ Os presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Bragança ameaçam demitir-se no caso da Secretaria de Estado da Saúde não encontrar forma de prover a região de médicos; tal situação deve-se à degradação do Serviço Médico à Periferia «promovido» pelos últimos governos; entretanto, e hoje mesmo, o ministro da Tutela (Assuntos Sociais), Carlos Macedo, afirma em plena Assembleia da República durante os debates sobre os Planos e o OGE que «quem quer saúde paga-a» ■ Tomasaburo Sakon, chefe da missão de investimentos japonesa que se deslocou ao nosso país, afirma em conferência de imprensa que os baixos salários praticados em Portugal, relativamente aos restantes países europeus, são uma das principais «vantagens» para o investimento estrangeiro no nosso país.

26
Quinta-feira

O semanário lisboeta «O Ponto», citando uma informação do Quartel General da Região Militar do Norte, afirma que Ilídio Peixoto, presidente da Comissão Política Distrital do PPD/PSD, no Porto, professor no Liceu António Nobre e dono de uma firma de pesca do bacalhau, está envolvido no tráfico da droga; o acusado declarou-se «indignado» ameaçando ir «recorrer aos tribunais» ■ Termina o debate na Assembleia da República sobre o Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1981 e o Plano a Médio Prazo, tendo os partidos que integram a «AD» feito aprovar as propostas do Governo ■ Portugal e a Jugoslávia assinam um protocolo que visa aumentar as relações bilaterais entre os dois países ■ O presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, manifesta o desejo de que as negociações com os EUA para a renovação do contrato da base das Lajes (que expira em 1983) sejam «serenas e razoáveis» e obtenham «contrapartidas razoáveis», contrapartidas definidas por Mota Amaral como «aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação que se vêm mantendo desde 1979 no sentido de proporcionar aos Açores os meios necessários para actualizar e valorizar as suas estruturas».

27
Sexta-feira



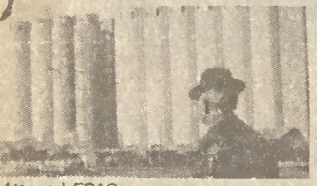
Não às armas nucleares

Personalidades da vida política, intelectual e sindical participam, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, numa sessão pública integrada no movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal» ■ São libertados pelas autoridades moçambicanas os três portugueses que ainda se encontravam detidos no Maputo por suspeita de implicação numa rede de espionagem ■ Dezenas de escritores portugueses tomam público um protesto contra «a expulsão injustificada do embaixador Manuel Estevez, um amigo de Portugal com altos serviços prestados ao fortalecimento das relações entre os povos português e cubano» ■ Inicia-se em Lisboa, no teatro Maria Matos, o 4.º Congresso do partido reacçãoário CDS, acompanhado dum serviço de apoio insólito por parte da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa, que fez colocar nos pára-brisas dos automóveis ligeiros estacionados nas imediações do «Maria Matos» pequenas targetas policopiadas exigindo aos automobilistas residentes na Freguesia (S. João de Deus) que não estacionassem os seus veículos na referida área durante três dias; motivo explicado em «fac-símile»: Congresso do CDS.

28
Sábado

Inicia-se na Faculdade de Letras em Lisboa a Conferência Nacional do Ensino Superior promovido pela JCP ■ Em comunicado, o sindicato dos Professores da Grande Lisboa toma pública a sua decisão em aderir à semana de luta convocada para a próxima semana pela Função Pública ■ No decurso de uma sessão comemorativa do 60.º aniversário do PCP, em Santa Iria da Azóia, Alvaro Cunhal exige do Governo «medidas imediatas contra o terrorismo, de forma a coarctar à nascença a tentativa que parece desenvolver-se de radicar actividades terroristas em Portugal».

29
Domingo



Ataque à EPAC

O MAP impede a EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) de concretizar a compra de 12 000 toneladas de arroz a Itália, o que pode acarretar um prejuízo de 57 000 contos para a economia nacional; justificação do MAP: futura «liberalização» do mercado de cereais, ou seja a retirada à EPAC do exclusivo da importação de cereais ■ Discursando na sessão de encerramento da 1.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, Alvaro Cunhal sublinha a necessidade da demissão o mais rápida possível do segundo governo «AD» ■ Termina o 4.º congresso do CDS com a aprovação de uma «moção de estratégia» de Freitas do Amaral e a eleição dos órgãos directivos deste partido reacçãoário, tendo constituído «novidade» a ascensão do antigo ministro de Salazar, Adriano Moreira, para a Comissão Directiva, apesar de apenas se ter inscrito no partido há uma semana.

30
Segunda-feira

Segundo estatísticas reveladas pela Electricidade de Portugal (EDP), a produção da energia eléctrica no nosso país continua a ser inferior ao consumo, apesar das medidas de poupança e das chuvas que recentemente caíram por todo o território ■ As autoridades marítimas e aéreas dos Açores consideram um mistério o desaparecimento do cargueiro alemão-federal «West Star», que na passada sexta-feira deveria ter entrado no porto de Angra do Heroísmo ■ A imprensa noticia uma afirmação ontem proferida no Algarve pelo primeiro-ministro Pinto Balsemão, que considerou ser necessário «uma AD forte e coesa, embora pareça que dentro dela haja quem esteja interessado em dividi-la», acrescentando que se o seu governo falhar «será muito difícil» constituir um outro a partir da «AD».

31
Terça-feira

Começa na Função Pública a «semana de luta» com uma greve nos serviços centrais dos distritos de Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Leiria, Coimbra, Viseu e Guarda; os sindicatos informam que mais de 70% dos 120 000 trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve paralisaram, sendo particularmente elevada a adesão dos professores; paralisaram igualmente, com adesão quase total, os trabalhadores da Rodoviária Nacional ■ Portugal e a Jugoslávia concordam na promoção de um acordo entre as suas câmaras de comércio, com vista a facilitar a resolução de problemas de relacionamento entre empresas dos dois países.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 29 de Março de 1809 entra na cidade do Porto o exército invasor francês comandado por Soult, um dos generais mais importantes do Estado-Maior napoleónico; dezenas de milhares de portugueses em fuga tentam atravessar uma ponte de barcas sobre o rio Douro, que cai provocando a morte de milhares de pessoas.

Editorial

AS LUTAS DE MASSAS E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

A intrincada e complexa situação nacional constitui um desafio de vulto à inteligência, à clareza política e à capacidade de acção dos portugueses.

A crise actual envolve aspectos dos mais variados — económicos, políticos e sociais —, atinge globalmente o País. Enfrentá-la e vencê-la reclama a mobilização e luta das forças democráticas, das massas populares, de todos os trabalhadores e patriotas.

A sistemática desestabilização da situação nacional por forças cujos interesses sórdidos colidem com os interesses populares mais genuínos é para a crise o que o chumbo derretido é para as feridas — um factor de agravamento e de infecção.

O que é que, no momento actual, provoca agravamento da crise? A quem aproveita fundamentalmente a desestabilização da vida portuguesa?

A resposta é clara:

— O principal factor de agravamento da crise é a existência de um Governo e de uma maioria parlamentar reacçãoária, que praticam uma política contrária à Constituição e ao país real, se chocam com as novas realidades nacionais saídas da Revolução de Abril e por isso perdem a legitimidade para governar;

— Os agentes da desestabilização política, económica, social e militar são os mesmos que querem impor, manipulando o Poder, um outro rumo à vida nacional; os que tentam a todo o custo atirar de novo Portugal para o passado de opressão e miséria de que Abril nos libertou.

No centro da ofensiva desestabilizadora das forças reacçãoárias contra o Portugal de Abril está a continuação, nas novas condições da estrondosa derrota eleitoral da «AD» em 7 de Dezembro, do plano subversivo da reacção. O goliismo conhece um novo surto, a subversão está de novo em marcha. Os acontecimentos e declarações políticas da semana corroboram largamente esta asserção.

A guerrilha institucional da «AD» contra os órgãos de soberania que não lhe são afectos — o PR e o CR — registou novas acções ofensivas do Governo, da maioria parlamentar, dos partidos da coligação governante, dos órgãos de comunicação social controlados pela Aliança reacçãoária.

Balsemão, querendo retomar distâncias, produziu novos ataques contra o Presidente da República.

No Instituto de Altos Estudos Militares toda a exposição do Primeiro-Ministro foi marcada por considerações hostis ao PR e às suas prerrogativas constitucionais, pelo uso da chicana para com os militares. Na inqualificável expulsão do embaixador de Cuba, o PR, que tem responsabilidades directas na movimentação do corpo diplomático, foi mantido completamente à margem das graves decisões e retaliações do Governo.

No Congresso do CDS, as palavras de Freitas do Amaral, entre destoantes e formais afirmações de acatamento das prerrogativas constitucionais do PR, profere ataques e formula limites à intervenção política do general Ramalho Eanes que não são os que a Constituição consagra como Presidente da República.

Os projectos da revisão constitucional da Constituição foram retomados nas novas condições da derrota de Soares Carneiro que impediu a hegemonização absoluta do poder político pela «AD».

Os propósitos referendários como forma de revisão da lei fundamental do País deram lugar a uma desesperada caça aos votos do PS para a obtenção dos dois terços da AR nos casos em que as propostas publicamente enunciadas, em particular na extinção do CR e nos poderes do PR, nomeadamente nas suas atribuições de escolha e nomeação dos altos comandos das Forças Armadas, vão ao encontro das que, entre opiniões dos órgãos directivos do PS, são avançadas por Mário Soares.

Ao mesmo tempo, as propostas de alteração do regimento da Assembleia da República e de leis constitucionais já anunciadas pelo Governo AD/Balsemão — como a dos limites do sector público e privado, aliás, já apresentada na AR — apontam de facto e desde já para a revisão constitucional da Constituição também por essa via.

O CDS propõe-se a revisão da celerada lei Barreto num sentido ainda mais celerado orientada para a destruição total e imediata da Reforma Agrária.

Paralisar os poderes do Conselho da Revolução sobre a constitucionalidade das leis, apoiar os pareceres técnicos da Comissão Constitucional contra o CR sempre que, favoráveis à «AD», é outra das frentes de combate reacçãoário pela revisão institucional da Constituição.

Um lugar destacado desta ofensiva é dado pelo combate aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, ao cerceamento das suas condições de vida.

O OGE aprovado pela maioria «AD» na Assembleia da República é um verdadeiro documento de classe virado para a defesa do grande capital privado, para o estrangulamento financeiro do sector público e nacionalizado, para a repartição cada vez mais acentuada do Produto Nacional a favor do patronato.

A fantástica intenção de fixar em 16% a taxa de inflação, no próprio momento em que é inscrita no OGE e nas Grandes Opções do Plano pela maioria «AD», é anulada por novos aumentos de preços de produtos essenciais.

O arroz, com uma subida que ronda os 30%, o aumento do preço do pão anunciado pelo Primeiro-Ministro em mais 30%, novos aumentos anunciados para o açúcar e outros géneros, desmentem a falsidade das previsões de aumento de salário real dos trabalhadores, expressas pelos ministros do Governo Balsemão na discussão do OGE.

Paralelamente acentua-se a ofensiva patronal contra os trabalhadores, despedimentos maciços em numerosas empresas do Norte, nas Beiras, no Alentejo, perseguições e ameaças. É significativo que a CIP e as corporações patronais tenham de novo exigido com força do Governo a imediata revisão da lei da greve.

A intensificação dos contratos a prazo, o crescente desemprego entre as mulheres trabalhadoras e a juventude aumentam a insegurança no mundo do trabalho contra a ofensiva do capital, são partes inseparáveis de uma vasta operação dirigida contra os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais conduzida pelo Governo Balsemão/AD, com vistas à recuperação dos velhos privilégios de classe que o 25 de Abril extinguiu e à consumação do plano subversivo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

O agravamento da ofensiva da reacção contra as conquistas democráticas do Povo português é simultaneamente um importante factor de enfraquecimento das posições reacçãoárias, do domínio político da «AD», da sua consistência interna, mas não é isto que decide a situação actual.

Sendo reais as contradições no seio das forças reacçãoárias onde se chocam interesses divergentes de grupo, de pessoas, de chefia, seria, contudo, perigoso e insensato depositar nelas a esperança de liquidação do domínio político da «AD» e do fim do seu Governo.

Balsemão alerta no Algarve contra as divisões no seio da «AD» e a luta surda no interior da coligação contra o seu Governo. Em todo o caso o processo extremamente instrutivo da Revolução democrática em Portugal não leccionou apenas os trabalhadores e os democratas — ensinou também os políticos reacçãoários, os que no Poder procuram levar avanti a recuperação capitalista e reforçar as suas posições nos centros de decisão política.

O Congresso do CDS, para além de questões de disputa de chefia irrelevantes, terminou pelo reforço das tendências fascizantes na nova equipa dirigente, o processo de reagrupamento das forças reacçãoárias passa cada vez mais para as mãos dos ultras e dos velhos responsáveis fascistas como Adriano Moreira.

O Congresso representou mais um passo no caminho da completa fascização do partido de Freitas do Amaral, que põe como objectivo do CDS assumir a posição de primeiro partido no seio da «AD».

O perigo de acalantar a ideia da desagregação interna e espontânea da «AD» leviana à passividade, ao atentismo, à inércia e à falta de iniciativa das forças democráticas e do povo trabalhador em geral.

Leviana infalível e rapidamente à anulação das consequências da retumbante derrota da «AD» em Dezembro de 80, seria uma considerável ajuda ao plano subversivo da «AD» para a liquidação do regime democrático.

A possibilidade de um Governo ainda mais à direita da «AD» tornar-se-ia uma ameaça real com todas as consequências para a defesa da nossa democracia e das conquistas de Abril.

É neste quadro que a questão de uma alternativa democrática viável ao Governo AD/Balsemão e à sua política assume toda a sua decisiva importância na situação actual.

É todo um processo de entendimento, de unificação, de unidade das forças democráticas e de formulação política e programática que responda às exigências de reforço do processo democrático, de aprofundamento da derrota das forças reacçãoárias em 7 de Dezembro de 1980.

A derrota do candidato Soares Carneiro e a vitória do general Eanes teve um inegável conteúdo antifascista, constituiu um obstáculo que pode ser decisivo ao avanço do fascismo.

O largo leque de forças políticas e sociais que derrotaram a «AD» e o seu candidato pôde formar-se e afirmar-se vitoriosamente apesar da raivosa campanha anticomunista de divisão das forças democráticas desencadeada pelos chefes da Aliança reacçãoária e do empenhamento de Mário Soares contra o general Eanes.

Só os que não querem aprender com as lições da História não viram ainda que o anticomunismo, as tentativas de isolamento do PCP, são factores de derrota das forças democráticas, de debilitamento próprio daqueles que se deixam morder pelo preconceito anticomunista.

Mário Soares, empenhado num evidente jogo de novas conciliações e entendimentos com a direita, dá lamentáveis provas deegueira política quando afirma que qualquer unidade com o PCP levaria à perda de metade do eleitorado do PS.

Precisamente, desde 1976, o empenhamento anticomunista de Mário Soares e do PS levou o PS à perda de centenas de milhares de votos.

E lamentavelmente é de novo num escopo anticomunista que o secretário-geral do PS procura suturar os sérios rasgões do seu partido que o enfraquecem e enfraquecem as forças democráticas no momento presente.

Também alguns outros democratas tentam morder o anzol da divisão e do anticomunismo dando mostras de miopia, de irrealismo e de incorrecta avaliação de forças.

O estandarte de uma pretensa «unidade democrática», desde há muito erguido pelos comunistas portugueses, é levantado como uma iniciativa nova contra uma pretensa «unidade de esquerda» falsamente atribuída como consigna do PCP.

As deformações da História e a desmemorização dos acontecimentos políticos não ajudam a reforçar a unidade entre os democratas nem a insuflar forças para além dos próprios limites.

Como se sabe desde 1977 que o PCP abandonou a consigna da «alternativa de esquerda» e passou a opor à política de submissão à direita a **unidade democrática**, o entendimento e a alternativa à direita das forças democráticas e patrióticas no sentido mais lato.

A alternativa democrática viável tem de assentar obrigatoriamente num leque social e político que mostrou a sua força em Dezembro de 1980.

A alternativa democrática à «AD» e ao seu Governo forja-se dia-a-dia no terreno da luta.

Muitos milhares de trabalhadores lutam por melhores salários, contra o lecto salarial, pela baixa do custo de vida.

Poderosas greves são a resposta da classe operária à política social do Governo AD/Balsemão.

Os trabalhadores da Petroquímica viram o resultado vitorioso da sua luta contra os 16%, os operários da Quimigal e da Sorelame exigem aumentos de 28% contra os 19% que o Governo se propõe impor, os trabalhadores da Função Pública reclamam 22% contra os 16% oferecidos pelo Governo, na Rodoviária Nacional novas e mais longas greves estão na perspectiva.

O Governo AD/Balsemão e o seu ministro do Trabalho «ugetista» bem se esbalfam a dizer que as greves são uma iniciativa política com vistas à preparação das manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Os ministros da «AD» tentam iludir o carácter concreto e profundamente sentido das reivindicações dos trabalhadores.

A «AD» e os seus ministros não iludem as verdadeiras razões da luta dos trabalhadores portugueses nem conseguem iludir este facto real: embora não tendo objectivos políticos, as greves, concentrações e lutas dos trabalhadores põem em cheque a política do Governo AD/Balsemão, representam uma resoluta resposta aos seus intentos de fazer pesar sobre os trabalhadores o fardo da crise.

O 25 de Abril e o 1.º de Maio não serão uma meta mas um passo mais para novas e potentes lutas, para um novo salto em frente no reforço do movimento operário e popular de massas e na direcção de uma alternativa democrática à «AD» e ao seu Governo.

vidas sob a ditadura fascista e cujos nomes evocamos por isso com profundo respeito.

Foram recebidas no Comité Central mais as seguintes saudações à propósito do 60.º aniversário do PCP:

Direcção da Organização Regional de Setúbal; Comissão de Freguesia de S. Jorge de Arroios; Célula da Beirsdorf Por-

tuguesa; Comissão Concelhia de Alentejo; Intelectuais de Coimbra; Célula da ICOSAL; Célula da Hidrotécnica Portuguesa; JCP de Sacavém, do Prior Velho, de Unhos, de Moscaide e da Apeiação; Célula de Euskirchen (RFA); Assembleia Municipal de Sines.

Saudações ao PCP

À longa lista de saudações de partidos-irmãos e outras organizações revolucionárias e progressistas ao PCP, por ocasião do 60.º aniversário, há a acrescentar mais as seguintes:

• Liga de Comunistas da Jugoslávia

A Liga de Comunistas da Jugoslávia e todo o povo trabalhador, nações e nacionalidades da Jugoslávia, dedicam grande simpatia à luta da classe trabalhadora e outras forças democráticas e progressistas do vosso país.

A Liga de Comunistas da Jugoslávia muito respeita a luta revolucionária, de longos anos, do PCP e a sua contribuição para a luta contra o fascismo, pela liberdade e democracia.

Apreciamos muito os esforços que o PCP, em conjunto com outras forças democráticas e progressistas do País, têm desenvolvido e desenvolvem na luta pela defesa das conquistas da Revolução portuguesa, pela transformação democrática e socialista da sociedade e bem-estar do Povo português amigo.

Apresentando felicitações por este vosso importante jubileu, desejamos também exprimir mais uma vez a completa disponibilidade da Liga de Comunistas da Jugoslávia para um maior alargamento e aprofundamento das relações com o Partido Comunista Português, na base dos princípios conhecidos, no interesse dos nossos dois Países e Povos, pela paz, progresso e socialismo no mundo.

• Partido Comunista do Sri Lanka

Os comunistas do Sri Lanka aproveitam esta ocasião para saudar os militantes e a sua dinâmica direcção pela heróica luta travada ao longo dos 48 anos da sua história nas difíceis condições de estrita ilegalidade, guiados pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, na vanguarda da luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses pela independência nacional, a paz, a democracia e o progresso social.

Mais três festivais da canção juvenil

Gouveia, Espinho e Viana do Castelo acolheram no último fim-de-semana Festivais da Canção Juvenil organizados pela JCP.

O primeiro decorreu no cine-teatro da localidade com a participação de 450 espectadores e 14 concorrentes (13 grupos e 1 solista). Entre a assistência encontravam-se dois camaradas do Komsomol Léninista que vieram a Portugal a convite da JCP.

A iniciativa de Espinho realizou-se no salão das Piscinas, com 600 assis-

tentes e 13 concorrentes (12 grupos e 1 solista).

Em Viana do Castelo, o Festival foi aplaudido por 300 pessoas, tendo havido 6 concorrentes.

O balanço actual do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ) regista mais de 3300 espectadores, 90 concorrentes e mais de duas centenas de jovens artistas em palco.

Durante este mês de Abril decorrerão numerosos festivais, calculando-se que o balanço final registará para cima de 50 iniciativas.

Visita ao Forte de Peniche do Sector da Saúde de Lisboa

Na última semana uma importante excursão organizada pelo sector da Saúde da ORL visitou a antiga Cadeia do Forte de Peniche e conviveu com camaradas e simpatizantes das Cidades da Rainha no amplo Pavilhão da Columbófila, que se encheu completamente.

Mais de 500 excursionistas, em comemoração do 60.º Aniversário do PCP visitaram as zonas não habitadas da Fortaleza, onde neste momento se encontram mais de 350 desalojados das antigas colónias em condições promíscuas que exigem rápida solução.

Os locais das evasões de presos comunistas mereceram particularmente o interesse dos visitantes.

Ao fim da tarde, depois duma exibição de um acordeonista das Cidades, houve um início no qual o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, discursou sobre o 60.º Aniversário do Partido e a situação política actual.

Até final de Abril a livraria do CT VICTÓRIA

(Av. da Liberdade, 231 - 1000 Lisboa)

Oferece um vale de 200\$00 na compra de um exemplar

da edição especial ilustrada do livro

«ATÉ AMANHÃ CAMARADAS»

«Um romance de leitura particularmente significativa este ano» — (Avante! 26/8/81)

A nossa contribuição para o 60.º Aniversário do PCP

válido até 30/4/81

Nome Morada Localidade

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 789744/789751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CN - 1000 Lisboa Tel. 789705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 - 4000 Porto. Tel. 29938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrúlia - 3000 Coimbra Tel. 31268.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776936/776935.

EXPEDIENTE: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Haska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Março: 67 975



Actualidade política

Agrava-se no Minho a situação económica e social — denuncia a DORM do PCP

“O Governo Balsemão e a AD na Assembleia da República mostram que não servem os interesses de Portugal. Permitir que continuem no Governo é consentir no caminho do agravamento das condições de vida do povo, das limitações à liberdade e à democracia, na ruína do país” — afirma a Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, em comunicado recentemente tomado público, acrescentando: “A DORM do PCP, quando se aproximam as datas das comemorações do aniversário da Constituição, do 25 de Abril e do 1.º de Maio, apela aos trabalhadores, aos democratas do Minho, para que unam fileiras com os comunistas na defesa da democracia, das liberdades e dos interesses do Povo português, na luta pela derrota do Governo Balsemão e da sua política e pela criação duma alternativa democrática que reponha Portugal no caminho iniciado em 25 de Abril”.

No comunicado das camaradas do Minho, afirma-se ainda:

“A política do Governo Balsemão vai-nos dizendo, dia a dia, como eram mentirosas as promessas da AD nas últimas eleições para a Assembleia da República.

Prometeram elevar o nível e a qualidade de vida dos trabalhadores. E o que vemos? É a subida dos transportes, da assistência médica, do pão,

do açúcar, da energia, do gás. E o aumento dos impostos indirectos, é o empobrecimento crescente do Povo português.

Prometeram descentralizar e apoiar o trabalho das autarquias. E o que vemos? É o desrespeito pelas decisões das Autarquias locais (ver o exemplo dos transportes de Braga) e as sua substituição nas

decisões sobre os problemas regionais pelo Poder Central (ver o que se está a passar com as linhas de estratégia de Desenvolvimento da Região Norte), é o roubo de mais de 3600 mil contos às Câmaras e freguesias do Minho, é a concentração, cada vez maior, em Lisboa, da vida e dos interesses das populações da província.

Prometeram paz e justiça social. E o que vemos? É o agravamento generalizado das tensões sociais promovido pela política do Ministério do Trabalho, em cumplicidade com alguns Juizes dos Tribunais do Trabalho, de protecção e de impunidade à arbitrariedade patronal, aos despedimentos, à repressão sobre os activistas sindicais, o desrespeito pela contratação colectiva e pelos acordos colectivos de trabalho, o agravamento da exploração com os prémios, os contratos a prazo, o trabalho à tarefa, etc. (é ver o que se passa na Montague, CIT, Grundig, Oliveira

& Ferreira, ITA, Varela Pinto, TMG, etc.)

Prometeram combater o desemprego e garantir o emprego. E o que vemos? É o aumento, dia a dia, do número de desempregados, são os despedimentos colectivos, são as falências, é o desenvolver, cada vez mais, dos contratos a prazo e à tarefa (ver o que se passa na Grundig, na Riopelo, no sector das malhas e no da construção civil) sem quaisquer garantias de continuidade de trabalho.

Prometeram desenvolver a economia do País. E o que vemos? É o aumento de falências de numerosas empresas que, no distrito de Braga, atinge particularmente os sectores têxtil e do vestuário, são as dificuldades, cada vez maiores, de acesso ao crédito por parte dos pequenos e médios empresários, é a diminuição do consumo interno, são as dificuldades, cada vez maiores, de exportação, são

as dificuldades de obter matérias-primas (é ver o que se passa na Flexus, na Finja, na Silac, na Têxtil Elétrica, na Carides, na Têxtil do Caneiro, na Viúva de Aminda Portas, na Fábrica da Breia, na Lobo & Irmão, na Guerreiro & Magalhães, na Neivex, na Minorte, etc.).

Prometeram desenvolver a agricultura e ajudar os pequenos e médios agricultores. E o que vemos? É o aumento progressivo do preço dos factores de produção (adubos, rações, pesticidas, sulfatos, combustíveis, etc.), é a substituição das indemnizações pela seca por créditos pouco compensadores, é a não tomada de posições firmes de repressão aos contrabandistas de gado (é ver o que se passa na fronteira de Melgaço e noutros pontos da raia), é a tentativa de roubo dos baldios aos povos (ver o que se passa em Covas, no baldio de Verdejo, etc.), é a baixa dos preços dos produtos da

lavoura e de subsídios compensatórios.

Prometeram defender a paz e a independência nacional. E o que vemos? É uma política cada vez mais submetida aos ditames do imperialismo, é o agravamento de tensões com países com quem Portugal tinha adquirido relações depois do 25 de Abril e com os novos países africanos de expressão portuguesa, são as negociações para a instalação de armas nucleares no nosso País, é o apoio às ditaduras sanguinárias da América Latina.

Por tudo isto, o Governo Balsemão e a AD na Assembleia da República mostram que não servem os interesses de Portugal. Permitir que continuem no Governo é consentir no caminho do agravamento das condições de vida do Povo, das limitações à liberdade e à democracia, na ruína do País.

A «AD» governa contra os interesses de Trás-os-Montes — alerta a DORT do PCP

“Como o PCP repetidamente afirmou, aliás única voz partidária a denunciar toda a situação, o plano das forças de direita — reaccionárias e capitalistas — é a extinção das vias férreas transmontanas. Ou acabar com elas, pura e simplesmente como agora o Governo AD acordou para o Sabor. Ou transformá-las em museu, porque os senhores ministros e os caciques transmontanos não as utilizam.”

O alerta e a denúncia são lançados pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP, em recente comunicado, o qual esclarece:

“A realização de um acordo entre o Governo AD, o Conselho de Gestão da CP e a Empresa de Camionagem Cabanelas, vai ter como resultado o encerramento da Linha do Sabor, entre o Pocinho e Duas Igrejas.

É conhecida a suspensão do contrato de transporte de adubo da Quimigal nessa linha. Igualmente se prevê a retirada dos autocarros da CP, que actualmente operam na região a complementar o transporte ferroviário. E naturalmente ficará os senhores do Cabanelas a tomar conta do negócio.”

Esta escandalosa negociação do Governo AD do senhor Primeiro-Ministro Balsemão realiza-se quando o senhor Ministro dos Transportes do mesmo Governo, vai assinar no dia 1 de Abril um despacho a integrar a Linha do Corgo como “componente viva” no futuro museu dos transportes.”

Depois de se referir também ao problema da saúde, cuja situação, devido à falta de médicos, é verdadeiramente alarmante em toda a região, o comunicado da DORT termina: “Este Governo AD/Balsemão não serve. Tem que ser demitido.

Agrava os problemas de transporte na região (fim das linhas férreas) para aumentar os lucros do Cabanelas.

Deixa sem médicos o povo transmontano para beneficiar os “tubarões da medicina”.

Rouba as autarquias de Trás-os-Montes em 3 002 099 contos, tão necessários para habitação, águas, saneamentos, luz, caminhos, etc.

Não dá indemnizações aos agricultores que tiveram milhares de contos de prejuízos com a geadas e a seca, na castanha, na azeitona, na laranja.

Não paga a batata que foi entregue à JNF. Entretanto dá milhões de contos de indemnização aos grandes capitalistas e paga grossas maquiagem de subsídios aos

A escandalosa discriminação contra o PCP

Nove dias depois das eleições antecipadas para a Assembleia da Freguesia de Sta. Marinha do Zêzere, a mais populosa freguesia do concelho de Baião, os órgãos de comunicação social do Porto continuam escandalosamente a silenciar os resultados eleitorais que deram uma significativa vitória à APU (402 votos, contra 375 da «AD» e 212 do PS).

A denúncia é feita pela Secção de Informação e Propaganda da DORP do PCP, em nota divulgada na passada segunda-feira, que refere o silêncio total do «Jornal de Notícias» e de «O Comércio do Porto» sobre aqueles resultados eleitorais, bem como a forma «discreta» com que «O Primeiro de Janeiro» tratou o assunto.

Como salienta a nota da SIP da DORP, o facto agora denunciado, de nitidas manipulações informativas, soma-se infelizmente a frequentes distorções, omissões

intermediários da batata, do azeite.

É necessária uma alternativa democrática, onde cabam todos os democratas transmontanos, comunistas, socialistas, independentes, todos os que participaram na vitória de 7 de Dezembro, elegendo Ramalho Eanes e derrotando a AD/Soares Carneiro, todos os que enganados deram o seu voto em Outubro à AD mas querem defender os interesses regionais.

É necessário outro Governo para defender os interesses de Trás-os-Montes e do Portugal.”

Pastores organizam-se

Realizou-se em Mirandela no passado dia 29 de Março uma Assembleia que teve a participação de mais de uma centena de pastores de várias regiões de Trás-os-Montes.

Foi com grande vivacidade que os pastores discutiram os seus problemas e as suas principais dificuldades.

Sendo até ao momento uma das classes do campo que maiores dificuldades tem encontrado no exercício da sua actividade, os pastores

aprovaram no final da reunião uma carta contendo as suas principais reivindicações e que será agora a sua bandeira de luta pela melhoria das suas condições de vida, de produtores.

Depois de Vinhais... Vimios!

Há grande descontentamento no concelho de Vimios, devido à ausência de médicos.

O único médico residente adoeceu e teve de seguir para o Porto para fazer tratamento.

Agora Vimios não tem médicos...

É assim que a política de o sastre do governo AD/Balsemão trata da saúde do povo transmontano!

E como um mal da AD nunca vem só... o mesmo vai acontecer noutros concelhos do nordeste.

Este governo não serve. O povo apercebe-se da sua má política! A demagogia caciquista vai caindo aos bocados. O povo denuncia a luta por nova política. Acabará por alcançá-la e ver satisfeitas as suas justas aspirações.

«Um passado honroso não pode servir de biombo»

● Octávio Pato denuncia certas «atitudes e posições contrárias aos interesses do povo português» e «à unidade democrática»

“Um passado honroso não pode servir de biombo para encobrir atitudes e posições contrárias aos interesses do Povo português, contrárias à unidade democrática que abriu o caminho ao 25 de Abril” — afirmou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, no decorrer de uma sessão realizada sábado passado na Amadora.

Antes, Octávio Pato, depois de se referir ao papel insubstituível do nosso Partido na luta contra a ditadura, salientara:

“Era impensável então o derrube do fascismo sem o PCP, sem os comunistas.

Por isso muitos antifascistas ou comunistas simpatizantes (alguns dos quais bem pouco tinham a ver com o PCP) lutaram nas fileiras do PCP ou aliados a ele para pôr fim à negra ditadura.

Fizeram-no em nome da democracia e como antifascistas. É, pois, profundamente lamentável que alguns daqueles que outrora lutaram com o PCP ou que até militaram nas suas fileiras, digam hoje que não é possível quaisquer acordos ou a unidade com os comunistas.

Ao fazê-lo estão a renegar o passado antifascista que tantas vezes invocam para atestar da democraticidade das suas actuais posições. Passado que invocam na tentativa também de com ele absolver os golpes que hoje desferem contra os trabalhadores e a democracia, as achas que diariamente atiram

para a fogueira dos que sonham com o regresso ao passado.”

Mais adiante, afirmaria Octávio Pato:

“Aqueles que nas eleições presidenciais retiraram o apoio ao general Ramalho Eanes ou a ele se opuseram, quando sabiam que ele era o único candidato em posição de vencer o candidato da reacção Soares Carneiro, sabiam que ao fazê-lo estavam a dar um contributo para colocar nas mãos da reacção o único órgão de soberania que lhe faltava para dominar todas as rédeas do poder e liquidar o regime democrático.

Fracassaram. Mas objectivamente existiu uma aliança com as forças de direita. Aliança que a reacção tenta continuar hoje, procurando por essa forma restabelecer-se da derrota que sofreu em 7 de Dezembro e tentar obter os 2/3 de deputados de que necessita para a revisão da Constituição.

Não é por acaso que os órgãos de comunicação social estatizados, que quando das eleições presidenciais apoiaram

escandalosamente toda a campanha eleitoral de Soares Carneiro, hoje, dentro da mesma linha de orientação, estão a apoiar também escandalosamente a campanha de Mário Soares com vistas ao Congresso do PS.

O escândalo é de tal forma evidente que até o PS, como Partido, está a ser marginalizado da TV e outros órgãos de comunicação social. Para tentarem esconder a marginalização dos dirigentes do PS que se encontram em oposição a Mário Soares, e ao mesmo tempo para o promover, a TV vai ao ridículo de entrevistar Mário Soares na sua qualidade de Vice-Presidente da Internacional Socialista.

Foi a unidade dos democratas, no tempo do fascismo, que tornou possível o 25 de Abril; foi a convergência de pessoas e forças democráticas que, em 7 de Dezembro, permitiu a derrota do candidato da reacção, Soares Carneiro; só também a unidade dos democratas, nomeadamente de socialistas e comunistas, poderá possibilitar o derrube do governo

AD e assegurar uma alternativa democrática e um governo que respeite a Constituição e defenda os interesses do Povo português e de Portugal.”

A «solidariedade» com a política do imperialismo

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, encontrou-se em Washington com o secretário de Estado da Defesa, general Haig. Como seria de esperar, as suas declarações relativas ao encontro não adiantam. O que se coaduna perfeitamente com uma política feita de costas voltadas para os interesses do Povo português, ou seja, uma política contra os interesses nacionais.

Tendo em conta, entretanto, claras afirmações de solidariedade para com a contestadíssima política externa norte-americana, é de temer que os passos que tenham sido avançados no encontro se possam resumir a uma crescente alienação da independência nacional. Aliás, significativamente, o insuspeito «Expresso» avançou com a afirmação: «Foi certamente pela posição solidária de Portugal com os Estados Unidos em matéria de política externa e pela nossa posição geoestratégica à luz da nova política de Reagan que o ministro dos Negócios Estrangeiros português foi chamado à Casa Branca».

O secretismo que envolve os encontros realizados encobre entretanto problemas não só importantes mas mesmo vitais para o Povo português. Que questões estão em causa?

● Num relatório do Congresso norte-americano datado de Outubro, citado em artigo publicado no «New York Times», Portugal é referido como um dos países da NATO envolvidos em sistemas de armamento nuclear de «dupla-chave» (o que significa que, teoricamente, só podem ser utilizados com autorização dos dois governos), admitindo-se mesmo a eventual existência em Portugal — já hoje — de armamento nuclear. Face a estes factos há que relembrar que em Março de 1980 o governo português informou os seus parceiros da NATO de que desejava voltar a integrar o grupo de planeamento nuclear, que o nosso país abandonara em 1974. Pedido formulado pelo então ministro da Defesa, Amaro da Costa, e que foi aceite pela Aliança Atlântica.

● A transformação da base das Lajes numa base operacional dos Estados Unidos, com capacidade para ser escalada por

uma força de intervenção rápida, por exemplo no Golfo Pérsico. As Lajes figuram entre as 5 bases consideradas pelos Estados Unidos como necessárias à defesa dos seus interesses. A administração Reagan enviou entretanto ao Congresso um pedido de autorização para investir nas Lajes cerca de 51 milhões de dólares.

● A transformação da base de Beja — actualmente para treino de pilotos da RFA — numa base norte-americana de forças estratégicas.

Como, de acordo em declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal, ou melhor falando, o governo português, «é solidário com os Estados Unidos e não negará o seu auxílio na medida em que ele for razoável, e viver contrapartida para Portugal», em síntese, é tudo uma questão de dinheiro — é de temer a concretização de facto de acordos que correspondam às pretensões da Casa Branca e do Pentágono, para os quais Portugal não passa de uma «posição geoestratégica» favorável à defesa dos seus interesses. Entretanto, e para já, para «reforço do flanco sul» da NATO, foi concedida ao governo português uma verba de 60 milhões de dólares (o triplo do empréstimo económico) para compra de armamento. A quem serve esse armamento?

A política externa portuguesa tem vindo a caracterizar-se pelo mais total e submisso alinhamento. Os exemplos sucedem-se.

Num momento em que o governo norte-americano decide o apoio público aos fantoches da UNITA, dando assim cobertura à escalada de agressões da África do Sul contra Angola, o governo português permite que elementos da UNITA comemorem abertamente em Portugal o seu aniversário, tendo mesmo sido lido em tais comemorações um telegrama de felicitações da Comissão de relações internacionais do PSD.

Utilizando mesmo o recente visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, a Lisboa certa imprensa reaccionária lança-se em absurdos ataques contra o socialismo, contra a União Soviética, e em particular contra o Partido Comunista Português, o primeiro

e o único de facto empenhado no estreitamento das relações com os novos países africanos de língua portuguesa.

O caso do ex-encarregado de negócios estrangeiros de Portugal em Cuba é particularmente vergonhoso. No próprio momento em que Washington intensifica uma deliberada campanha anticubana, o Governo português ignora as gravíssimas acusações do governo cubano e toma a decisão de declarar «persona non grata» o embaixador de Cuba em Portugal.

O total alinhamento do governo português em relação à política externa norte-americana é tanto mais grave quando se verifica num contexto em que tal política, de tão profundamente retrógrada, assume foros de irrealismo no actual momento histórico — é contestada mesmo entre os aliados da NATO.

O conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Richard Allen, numa Conferência da Acção Política Conservadora, em 21 de Fevereiro, declarou: «Agora o segundo maior Partido inglês adoptou no seu programa oficial a renúncia ao armamento nuclear. Ouve-se mesmo em outros países o desprezível «slogan» de «mais vale vermelho do que morto» de há uma geração atrás. (...) E outro aspecto deste estado de espírito é advogar-se as negociações em substituição de um reforço da força militar. Estas palavras — assim publicamente proferidas — não foram bem aceites pela Casa Branca, apesar da administração Reagan chegar a ser sincera na sua brutalidade — a brutalidade com que afirma, sem subterfúgios, que não cabe aos povos o direito de determinar o seu futuro, que não têm lugar os que escolheram regimes que não servem os interesses dos EUA...»

Entretanto as afirmações de Richard Allen, reflectem uma realidade. A Europa capitalista não recebe — não pode receber — da forma incondicional que Washington desejaria, directrizes que se caracterizam por um perigoso belicismo.

Ignorando os interesses e a vontade do Povo português, ignorando aspectos de realismo político que caracterizam outros governos da NATO, o governo «AD» perfila em exclusivo a fórmula: o que é bom para a Casa Branca, o que é bom para o Pentágono, é bom para nós...

A Constituição está com o povo O povo está com a Constituição

O quinto aniversário da promulgação da Constituição comemora-se hoje. Texto fundamental, a partir do qual todas as normas da vida democrática do país devem ser produzidas, a Constituição que hoje entra no seu sexto ano de vigência defronta-se com o ataque cerrado dos que, a pretexto da sua revisão, a pretendem subverter, arrancar-lhe o seu conteúdo progressista e democrático, apagar-lhe os artigos que consagram as conquistas mais preciosas que o Povo português obteve no período em que a Constituição se escreveu.

É pois, este quinto aniversário, uma festa e, simultaneamente, tempo de continuar a batalha em defesa de um texto que, aprovado pela esmagadora maioria dos deputados constituintes — apenas pouco mais de uma dúzia dos eleitos CDS a não votaram —, não cessou depois da sua promulgação, pelo então Presidente da República general Costa Gomes, de sofrer os ataques das forças políticas da direita e dos Governos formados na base dos arranjos que na Assembleia da República ou fora dela, conduziram os negócios do Estado.

A promulgação de há cinco anos foi, em si mesma, uma vitória da democracia. O CDS e o então PPD, defrontados com a realidade que era já a Constituição elaborada e concluída, perdida a batalha em que se empenharam durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, cujo objectivo era não inscrever na lei fundamental as conquistas revolucionárias, procuraram então por todos os meios ao seu alcance, impedir que o documento fosse promulgado. A ideia de a referendar foi afastada. A democracia tinha ganho a batalha.

Reflectindo a libertação da ditadura e a condenação do fascismo, consagrando as liberdades democráticas, estabelecendo a irreversibilidade da eliminação dos monopólios e dos latifúndios, afirmando como conquistas irreversíveis dos trabalhadores as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril, consagrando como incumbência prioritária do Estado a realização da Reforma Agrária, consagrando o controlo operário e os direitos dos trabalhadores alcançados desde o 25 de Abril, definindo o regime como de transição para o socialismo, o texto constitucional correspondeu plenamente às mais profundas aspirações dos trabalhadores e do povo.

Texto vivo, portanto, foi tomado pelos trabalhadores como garantia das suas conquistas e por eles defendido dos ataques que, a partir de então, as forças reaccionárias e conciliadoras não deixaram de lhe dirigir.

O próprio conteúdo da Constituição — dizia já o Relatório apresentado ao VIII Congresso do PCP pelo camarada Alvaro Cunhal — explica a energia e o desespero da luta que contra ela moveram e movem as forças reaccionárias.

A entrada em vigor da Constituição — afirma ainda o Relatório — tornou-se da máxima importância para desaninhar e desmobilizar as forças reaccionárias, para entrar a conspiração contra-revolucionária, para dar uma motivação política, legal e constitucional às forças armadas na sua inserção na vida política nacional como garantes das liberdades, das conquistas da Revolução, da democracia.

Cinco anos, plenos de lutas, mostraram que, apesar das ilegalidades cometidas por sucessivos governos, a Constituição esteve à altura do papel que lhe foi definido, constituindo uma barreira que as forças reaccionárias não deixaram de considerar, para lá da qual se colocavam abertamente na ilegalidade.

Hoje, a Assembleia da República eleita tem poderes de revisão. Pretendem os partidos reaccionários proceder a uma revisão global do texto. Por seu lado, os trabalhadores e os democratas batalham para impedir uma revisão inconstitucional, revisão cujos limites materiais e formais estão inscritos no próprio documento fundamental, nomeadamente nos seus artigos 286.º e 290.º. O aperfeiçoamento da Lei que tem provado estar do lado da democracia e do progresso não deve servir para que se abra caminho à sua substituição por normas que sirvam de regresso ao passado.

É assim que o PCP rejeita qualquer ideia de revisão global e tem alertado contra as propostas da «AD» que avançam alterações inconstitucionais, visando liquidar o regime que o 25 de Abril permitiu construir.

Entretanto, como é público de resto, contra o que caluniam os detractores do PCP, o Partido avançou já algumas ideias sobre as propostas de revisão que o seu grupo parlamentar irá apresentar à AR.

Afirmando que o Preâmbulo da Constituição não deve ser alterado ou suprimido, memória histórica que é, os comunistas não tomarão também qualquer iniciativa quanto a alterações aos princípios fundamentais do texto, avançando algumas em matéria de direitos fundamentais. O PCP admite alguns aperfeiçoamentos no que toca à Organização Económica, embora também aí não tome a iniciativa de propor alterações. É quanto à Organização do Poder Político que o Partido indica a intenção de propor alterações, nomeando-se por dois princípios fundamentais, já divulgados após a Reunião do CC de 13 e 14 de Fevereiro passado:

a) aperfeiçoamento do sistema de Governo misto de dependência simultânea do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia da República, com a manutenção dos poderes do Presidente da República, mas com o reforço dos poderes da Assembleia da República perante o Governo;

b) no caso de o Conselho da Revolução vir a ser extinto, manutenção da institucionalização do papel objectivo dos militares na vida política nacional, impedindo ao mesmo tempo a governamentalização e por via desta a partidarização das forças armadas.

Adiantando também algumas ideias sobre o reforço dos poderes legislativos da AR, clarificando o papel dos Tribunais, definindo com mais clareza as atribuições das Regiões Autónomas, avançando alterações que reforcem o Poder Local, o PCP sublinha que se oporá e rejeitará qualquer proposta que vise enfraquecer a garantia da Constituição, seja pela diminuição da maioria qualificada necessária para as revisões, seja pela abolição ou enfraquecimento dos limites materiais, seja pela introdução do referendo de revisão como meio de tomar os limites formais e materiais.

No quinto aniversário da Constituição, trata-se de novo de travar uma batalha para defendê-la. E os comunistas não estão sozinhos. Têm com eles os trabalhadores e o povo. O povo está com a Constituição.

Aniversário da Constituição

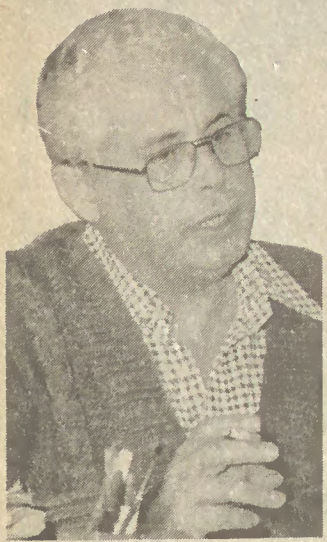
Integrada na comemoração do 5.º aniversário da Constituição da República Portuguesa — que hoje se assinala — real-se amanhã a uma sessão comemorativa, promovida pela APU, no teatro de S. Luís, em Lisboa, pelas 21 e 30. A sessão será presidida por João de Freitas Branco e terá como oradores Vital Moreira, Levy Batista, Cunha Serra e Piteira Santos, após o que se seguirão as actuações de José Jorge Letria, Maria Dulce e Alfredo Vieira de Sousa. Também amanhã o camarada João Amaral intervirá na Aliança Francesa, em Faro, a propósito do acontecimento.

O Porto igualmente assinala significativamente a efeméride, estando marcada para o dia 4 uma sessão comemorativa no Palácio de Cristal, com início marcado para as 15 e 30 e que contará com a presença de Armando Teixeira da Silva, coordenador da CGTP-IN, Manuel Vicente, dirigente do Sindicato Agrícola de Évora e membro do Secretariado da CGTP-IN, Barros Moura, prof.º da Faculdade de Direito de Lisboa e Vasco Cal, economista. Actuarão no final Zeca Afonso e Ary dos Santos.

Refira-se finalmente um abaixo-assinado de um grupo de democratas do concelho de Guimarães, que independentemente das suas filiações partidárias, tornou pública a sua posição em defesa dos grandes princípios da Constituição. São eles José Fernandes de Vasconcelos, José Manuel Pereira Pinto, Joaquim Segadas da Silva, Admar Sequeira de Carvalho, Manuel Botelho, Carlos da Silva Carneiro, José Maria Cardoso, Olga Fernando Pereira Vieira, Lourenço Pereira e Manuel Maria Guedes.

Estes apenas alguns exemplos das muitas iniciativas que, um pouco por todo o país, assinalarão a importante efeméride.

Assembleia da República



Carlos Brito ao «Avante!»: OGE e Plano: alternativa do PCP baseia-se na mobilização dos recursos e energias produtivas do país

● Desmascaradas as verdadeiras intenções dos que propalaram que o debate na AR foi «desinteressante» e «maçador»

A passada semana foi marcada pela discussão, na Assembleia da República, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. Debates em que se defrontaram Governo, com a sua maioria, de um lado, e do outro a oposição, com especial destaque para o grupo parlamentar comunista, que não apenas criticou a globalidade das acções da «AD», mas também adiantou propostas alternativas. Debates no entanto que não atingiram a grande maioria dos portugueses, os principais interessados nas medidas que a maioria reaccionária da Assembleia aprovou. Numa entrevista com o camarada Carlos Brito, o presidente do grupo parlamentar do PCP disse ao «Avante!» que, afinal, o debate não foi «maçador nem chato». O que se passou foi que a «AD» o procurou encobrir e pintá-lo com essas cores. Que o Governo não ousou negar que houve propostas alternativas. Só o PCP apresentou mais de trinta. Que o Governo tem três obsessões: a destruição da Reforma Agrária, a destruição das nacionalizações e o empobrecimento dos trabalhadores.

— Na generalidade da imprensa — e não se pode dizer que seja apenas na imprensa da direita — o debate sobre o Plano e o OGE surgiu comentado como desinteressante, maçador, chato, sem conteúdo. Houve mesmo quem o classificasse como pouco dignificante da AR e da democracia. Que motivos existiram para tais comentários? Correspondem eles à realidade?

— O que se passou realmente é que a «AD», valendo-se da maioria de que disfruta na Assembleia da República, criou as condições mais adversas ao debate das propostas de lei das Grandes Opções e do Orçamento. Drástica redução dos tempos de intervenção dos partidos da oposição, inexistência de

condições mínimas de exame em comissão por falta de tempo e da documentação indispensável ao aprofundamento das propostas, tais foram os expedientes utilizados pela coligação governamental para dificultar o mais possível o esclarecimento, o desmascaramento e a denúncia da verdadeira natureza antidemocrática, antipopular e antinacional da política económica, financeira e social que o Governo «AD»/Balsemão se propõe seguir.

Feito isto, reduziu de seguida drasticamente as transmissões pela rádio e pela televisão, liquidou a antologia televisiva diária sobre as posições dos diferentes partidos, organizados por estes e sob a sua responsabilidade, e finalmente pôs todos os seus agentes na comunicação

social estatizada e na sua imprensa a proclamar que o debate era «maçador, desinteressante, chato, sem conteúdo», com o que pretendem significar que a oposição não tinha a contrapor à «ciência governamental».

E neste canto de seriedade que embarcam os comentadores e analistas que, fora da área da «AD», se pronunciam nos termos da pergunta. Mas quanto a estes, eu diria que alguns o fazem por verem de menos, mas que outros o fazem por verem de mais, isto é, não lhes desagrada ficar de bem com a «AD» e até julgam que isto se não percebe e que fazem figura de inteligentes. A opinião democrática vai aprendendo a conhecê-los.

— O Governo, secundado pela maioria, apareceu de novo a afirmar, apesar das críticas — que pareceu desprezar — feitas pela oposição ao Plano e ao OGE, que a oposição não apresentou alternativas. É isto verdade?

— Foi tão flagrante a alternativa apresentada pelo PCP que desta vez, no fogo vivo dos debates parlamentares, nem o Governo nem as bancadas que o apoiaram ousaram negar com mínima convicção esse carácter ao conjunto das propostas apresentadas, fundamentadas e defendidas pelos deputados comunistas.

Se na comunicação social afecta à «AD» (ou na que embarcou no seu canto de seriedade) essa ideia apareceu,

a explicação está atrás, isto é, na resposta anterior.

O PCP apresentou um vasto conjunto de propostas de alteração — 34 ao OGE e uma proposta alternativa ao Plano. Querem referir-se às principais propostas do Partido e ao seu significado?

— De facto o nosso Partido apresentou 35 propostas, uma das quais sobre as Grandes Opções do Plano e as restantes 34 sobre o Orçamento.

Duas dessas propostas, concretamente a proposta relativa às Grandes Opções do Plano para 1981 e a respeitante ao Artigo 1.º do Orçamento, tiveram por objectivo mostrar que há alternativa às propostas governamentais, mesmo no quadro da chamada «economia de mercado» e mesmo com base na proposta de Orçamento apresentada pelo Governo.

Assim, a proposta relativa ao Plano 81 alterava os princípios fundamentais do Plano bem como o das suas grandes opções e objectivos, substituindo a política de confrontação ao serviço da reconstrução dos monopólios e dos privilégios (que a prática dos últimos anos tem demonstrado só conduzir à estagnação e ao marasmo económico, ao agravamento dos défices externos, ao aumento do desemprego e à degradação do nível de vida), por uma política democrática e respeitadora da Constituição tendo em vista a reanimação e o desenvolvimento económico, a diminuição do desemprego e a melhoria do

nível de vida do Povo português.

A alternativa que apresentámos baseia-se na mobilização geral dos recursos e energias produtivas do País, na confiança, na capacidade criadora dos trabalhadores portugueses, na modernização do aparelho produtivo nacional, no apoio ao sector nacionalizado, à Reforma Agrária, às Cooperativas, às pequenas e médias empresas, de modo a que todos os sectores possam dar a máxima contribuição para o aumento da riqueza do País.

A proposta de substituição do Artigo 1.º do Orçamento apresentada pelo nosso Partido visou mostrar que, mesmo partindo do orçamento-base governamental, seria possível, sem pôr em causa o normal funcionamento da administração pública, e sem aumentar o défice orçamental, reduzir as despesas correntes em 26,5 milhões de contos e aumentar no mesmo montante as despesas de investimento. Esta transferência de verbas e a transferência de alguns investimentos do Estado para as autarquias locais (nas áreas das construções escolares, equipamento e urbanização, higiene e saneamento básico), como a nossa proposta o mostrava, permitia dar integral cumprimento à Lei das Finanças Locais (transferindo para as autarquias cerca de 71 milhões de contos e não apenas os 35 propostos pelo Governo e aprovados pelos deputados da «AD»), aumentar as indemnizações compensatórias às empresas públicas em 2 milhões de contos e reforçar as lotações para capitais estatutários das empresas públicas em 4 milhões de contos. Enfim, a nossa proposta permitia que fosse dada satisfação às reivindicações salariais dos trabalhadores da Função Pública.

Devem ser sublinhadas, como merecedoras de especial atenção, as propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP em matéria de segurança social, propondo aumentos de todas as pensões e subsídios de acordo com as justas reivindicações dos interessados (por exemplo abono de família para 550\$00 e subsídio de aleitação para 900\$00, pensão mínima de velhice do regime geral para 5 250\$00, pensão social dos rurais para 4 500\$00, etc.).

E da mesma forma um conjunto de propostas beneficiando os deficientes motores, apenas tendo sido aprovada a referente à isenção de direitos alfandegários e impostos sobre os aparelhos de compensação e material protésico, e tendo sido recusada, por exemplo, a que previa comparticipação do Estado no pagamento do passe social aos deficientes motores com grau de deficiência igual ou superior a 60 por cento.

Das restantes propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP, e na impossibilidade de aqui as referir todas, valerá a pena recordar: ● as propostas relativas ao imposto profissional e complementar, aumentando o limite mínimo de isenção do imposto profissional (repare-se que

a proposta do Governo não chega a isentar o salário mínimo), actualizando os escalões dos impostos profissional e complementar com o nível de inflação, aumentando as deduções ao imposto complementar etc.; enfim, propusemos a eliminação de várias propostas governamentais, desde a que sujeita os trabalhadores da Função Pública ao imposto complementar (sem prévia discussão com os interessados no que respeita às formas e condições de compensação) até às numerosas disposições de isenção e redução de impostos às sociedades de financiamento ao grande patronato e ao perdão de dívidas aos ex-monopolistas e latifundiários que o Governo apresentou à Assembleia da República.

Aprovados que estão estes dois documentos, quais vão ser as principais consequências para o nível de vida dos trabalhadores e para a economia nacional?

— A leitura das propostas de leis dos Planos e OGE pode traduzir-se nos traços seguintes:

● agravamento dos défices ruinosos do OGE, das balanças comercial e de transacções correntes, da dívida externa e interna e do serviço da dívida pública;

● degradação das prestações sociais, defraudando os direitos dos reformados, pensionistas e idosos, agravando as contribuições dos rurais e o seu afastamento do regime geral;

● pagamento de oito milhões de contos de juros de indemnizações a ex-agrícolas e ex-monopolistas, preparando-se para lhes servir ao mesmo tempo um escandaloso perdão de juros de mora e das próprias dívidas fiscais;

● redução do cabaz de compras a 4 produtos, cortando-se radicalmente e sem contrapartida os subsídios para os produtos de primeira necessidade e preparando-se o aumento generalizado dos preços a taxas largamente superiores às invocadas para a repressão salarial;

● entrega à gula da medicina privada da saúde dos portugueses, degradando os serviços públicos e aumentando as taxas dos Serviços Médico-Sociais;

● ruína do Fundo de Fomento da Habitação, fazendo da política de habitação o festim dos promotores imobiliários dos grandes patões da construção civil;

● sonegação de cerca de 36 milhões de contos às autarquias locais anunciando uma próxima revisão da Lei das Finanças Locais que consagra o esbulho.

As propostas da lei «AD»/Balsemão/Morais Leitão são porém caracterizadas por três verdadeiras obsessões: a destruição das nacionalizações, a destruição da Reforma Agrária e o empobrecimento dos trabalhadores.

O revigoramento da luta popular e as grandes acções de massas actualmente em curso são o caminho seguro para fazer fracassar estes objectivos da aliança reaccionária e a criação das condições para uma alternativa democrática ao Governo, à maioria e à política desastrosa da «AD».

Interpelação educativa

Teve início na terça-feira passada — e terá terminado ontem — a interpelação que o Partido Socialista fez ao Governo sobre a política de Ensino. Matéria delicada, esta, para quem, como o PS, tem telhados de vidro. Quem esqueceu Cardia no MEC? De resto, não foram poucos os deputados da «AD» e as intervenções do Governo que procuraram limpar as actuais mázelas com a actuação anterior de um ministro que não deixou boa memória.

A sessão começaria pela unanimidade à volta de dois votos — um do PS e outro do PSD — que lamentavam a sorte do presidente dos EUA, alvo de um atentado na véspera. Mas logo os deputados se dividiram nos dois blocos que, com nuances, se têm defrontado nos últimos tempos. «AD» apoiando o seu executivo, a Oposição criticando, com dados abundantes a política seguida.

Coube a Teresa Ambrósio, deputada socialista, abrir os trabalhos, produzindo uma longa e global intervenção sobre o ensino que a «AD» ministra a milhares de crianças e jovens portugueses. Era dia de greve. A Função Pública não comparecia ao trabalho. Raros funcionários estavam presentes, as fotocópias das intervenções demoravam, o som falhava. Mas não falhava a presença de mais de duas centenas de professores que, aproveitando o dia de greve, compareceram na Assembleia, interessados num debate que se relacionava directamente com o seu trabalho e as suas preocupações profissionais.

Já a sessão tinha começado e ainda uma longa fila de professores, autocolante ao peito, se aglomerava junto à entrada dos visitantes. Chegou aos ouvidos dos deputados que os serviços de segurança, extraordinariamente zelosos nesse dia, deixavam apenas entrar «três pessoas de cada vez», sendo condição necessária arrancar o autocolante. Houve um protesto e uma interrupção. Até que as galerias se encheram.

Dirigentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa tinham entretanto entregue, dirigida ao Presidente da AR e aos deputados, um documento no qual expunham algumas das preocupações fundamentais da classe e colocavam algumas interrogações. Nomeadamente manifestavam a sua apreensão por verificar que se mantém a tendência, iniciada em 1977, de diminuir o peso da Educação no OGE — 12% do total das despesas públicas —, sublinhando que as verbas destinadas a investimentos é insignificante. A situação profissional dos professores do ensino oficial, especialmente no que toca a impostos, também é referida no documento, sendo afirmado que o OGE contém medidas que constituem grave ameaça ao poder de compra dos trabalhadores da função pública em geral. Outras questões de relevância, debatidas no recente Congresso dos Professores, vêm a lume no documento entregue.

Filosofia marginal

Após a intervenção de Teresa Ambrósio, na qual acusou o Governo de levar ao ensino uma política de caos, incompetência, elitismo, demagogia, e favoritismo, assistiu-se a um discurso do ministro. Vitor Crespo perdeu-se — antes de proceder a um elogio mirabolante da política educativa da «AD», em que tudo era bom e nada havia a criticar — em considerações prévias. Depois de ouvir Teresa Ambrósio, que não pode ser acusada de se limitar a aspectos parciais da educação e do ensino em Portugal, o ministro ponderou, à laia de resposta, que não é justo fazer apreciações baseadas em «comportamentos expressos ou marginais». E, como quem diz que há-de sempre haver ricos e pobres, foi adiantando que há-de sempre haver deficiências. Escolas boas e más. Professores maus e bons...

Afirmou ainda que não é possível fazer uma análise global porque não há estatísticas. Global no mau sentido, claro. Porque autoelogios não constituem análise... E acabou por dizer que o que está mal não é a educação. As pessoas é que não prestam. Einstein, por exemplo, não precisou de uma boa educação. Era muito esperto. Os outros é que são burros.

O discurso só obteve palmas entusiásticas do PSD. O próprio CDS aplaudiu molemente. E, mais tarde, a intervenção de Adriano Vasco Rodrigues, deste partido, revelou que o parceiro da «AD» não tinha a mesma opinião que o PPD sobre o assunto. Embora defendendo o Governo, o deputado do CDS foi adiantando que nem tudo eram rosas, que havia mesmo muita coisa que estava mal.

Zita Seabra, do PCP, contradizendo a proposição do ministro, que afirmava que os professores do 12.º ano são o melhor que há, contou um caso exemplar: o Ministério tentara recrutar, entre os alunos da Universidade, professores que preenchessem as lacunas existentes no 12.º ano de escolaridade. O Conselho Científico foi de parecer que aqueles alunos não tinham a preparação suficiente. Então o Ministério mandou funcionários seus proceder ao recrutamento directo.

O grupo parlamentar do PCP previa anteontem, quem intervém no debate os camaradas Cabral Pinto, que falaria dos problemas dos professores, levando ao homicídio as principais reivindicações saídas do Congresso dos Professores, ao qual o ministro apesar de convidado não apareceu: Vital Moreira, que se previa ir encerrar o debate por parte do PCP, apreciando globalmente a situação e a política da «AD»; e Jorge Patrício, cuja intervenção iria abordar os problemas da juventude trabalhadora e estudante, a degradação da qualidade do ensino, a crescente selectividade e o agravamento das carências de instalações escolares.

Política nacional

O preço da electricidade e o interesse das populações

● No Porto, pela mão da «AD», o preço da electricidade poderá vir a triplicar!

Os eleitos da APU nas Câmaras e Assembleias Municipais do Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos, Maia e Valongo promovem no próximo dia 11 de Abril, às 15 horas, na Junta de Freguesia de Bonfim, um Encontro destinado a discutir e aprofundar o momentoso problema do aumento do preço da electricidade ao consumidor, nomeadamente nos aspectos que mais directamente se relacionam com a gestão das autarquias. O comunicado-convocatória dos promotores da reunião é, já por si, um contributo para o esclarecimento da questão, de grande importância para as populações.

1 — O aumento das tarifas da electricidade é um dos problemas que mais aflije as famílias portuguesas pois repercute-se de uma forma muito aguda nos orçamentos familiares. A situação é particularmente grave e aguda para a população da cidade do Porto que durante dezenas de anos foi incentivada a consumir energia eléctrica, em detrimento de outras formas de energia, através de uma política oficial de diminuição dos preços com o aumento do consumo.

De 1978 para cá os governos foram decretando sucessivos aumentos do preço da electricidade vendida pela EDP aos Serviços Municipalizados. Tais aumentos, como expressamente se reconhece em relatórios da EDP, visam, em grande parte, atenuar desequilíbrios financeiros resultantes da adopção de políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional.

2 — As Câmaras Municipais de diversos concelhos do Distrito do Porto transferiram total ou parcialmente esses aumentos aos consumidores. Exceptua-se a Câmara Municipal do Porto, fruto de firme oposição da população, da actuação dos eleitos da Aliança Povo Unido e da constatação geral das consequências trágicas e incompatíveis de tais aumentos. A Câmara «AD» do Porto pôs agora na ordem do dia um aumento brutal das tarifas, nada tendo feito no sentido de ser lida em conta a situação de excepção existente fruto da

política de incentivo ao consumo durante dezenas de anos e de, ao contrário dos outros concelhos, não haver, através da rede dos Serviços Municipalizados, outras formas de energia disponíveis para os consumos domésticos, para além da electricidade.

Pesa sobre a cabeça dos portueses e pela mão da «AD», a ameaça de verem quase triplicar as suas contas de electricidade!

28 de Março Ontem e hoje, uma data na luta da juventude!

Diversas organizações de carácter unitário, incluindo estruturas sindicais assinalaram a passagem de mais um «28 de Março». Dia Nacional da Juventude Portuguesa.

Foi no ano de 1947, num acampamento promovido pelo MUD Juvenil, em que confraternizavam milhares de jovens, alguns deles destacados dirigentes do Movimento, que a PIDE investiu e fez prisões em massa. A resposta não se fez esperar e numa demonstração de firmeza, de coragem e de unidade, uma forte mobilização juvenil obrigou o fascismo a recuar e a libertar os jovens presos. A partir de então esta data ficaria a assinalar o Dia da Juventude Portuguesa.

Como sublinha um documento divulgado a propósito pela Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), «após o 25 de Abril», o 28 de Março «assumiu características de uma grande jornada nacional de todos os jovens progressistas, democratas, amantes da liberdade e que lutam por um futuro melhor».

Acrescentam os jovens comunistas:

«Para a JCP assinalar hoje o 28 de Março é ter consciência que o desemprego e o 1.º emprego, as saídas

profissionais, a repressão patronal e a situação no ensino tornam mais difícil a vida da juventude. E compreender os perigos reais que ameaçam a paz no Mundo, é lutar pelo fim da corrida aos armamentos e a anulação dos projectos do imperialismo para a instalação e trânsito de armas nucleares

Pioneiros de Vendas Novas em festa

Houve festa em Vendas Novas. Promovida pelos mais novos, feita a pensar neles mas com um programa tão alicianete que lá «no local», conhecido pelo Barracão dos Bibmos, passaram e estiveram centenas de pessoas. Foi no passado dia 28 de Março e festejava-se o 3.º aniversário do Núcleo de Vendas Novas dos Pioneiros de Portugal, integrando uma campanha de fundos.

A festa começou pelas 15 horas com uma actuação dos «aniversariantes», a que se seguiu a dos seus congéneres de Viana do Alentejo. Seguiu-se cinema — para crianças, é claro

em território português. É presente que os jovens trabalhadores e estudantes, ao lutarem pela satisfação das suas reivindicações específicas, podem e devem dar um importante contributo à luta para que o Governo «AD»/Pinto Balsemão vá para a rua o mais depressa possível».

Deputados do PCP no concelho de Setúbal

No prosseguimento das deslocações que têm vindo a fazer-se colectivamente nos concelhos do distrito de Setúbal, em contacto com a população, com trabalhadores, instituições e forças sociais, deputados comunistas eleitos por este círculo estiveram todo o dia de segunda-feira passada, em Setúbal.

Recebidos de manhã pelo Presidente da Câmara e outros vereadores, e à tarde pelo presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional de Segurança Social, Ercília Talhadas, Odete Santos, José Manuel Maia e Sousa Marques, não só tomaram conhecimento das graves carências que afectam o concelho, agravadas pela não aplicação integral da lei das Finanças Locais e pelo boicote de certos organismos estatais, como o Fundo de Fomento da Habitação, mas ainda, no Edifício da ex-Caixa de Previdência, manifestaram a sua preocupação pelo atraso da instalação efectiva dos membros já designados nos termos da lei, para aquele Centro Regional, e que são representantes das autarquias e sindicatos do distrito.

A parte deste contacto com os deputados comunistas associaram-se um vereador do PS e outro do MDP/CEDE.

A Direcção da Organização Regional de Setúbal, entretanto,

pediu já autorização para visitar várias empresas de Alcochete e Montijo, na próxima segunda-feira, dia 6 de Abril.

Silva Graça na Madeira

Deslocou-se à Madeira, entre 27 e 30 de Março, o deputado do PCP Silva Graça. Durante a sua estadia naquela Região Autónoma, o nosso camarada teve oportunidade de contactar com inúmeros problemas que afligem a maioria da população da Madeira, nomeadamente o referente às gravíssimas consequências para a saúde pública decorrente da nova Estação de Tratamento de Lixo do Funchal, e ao incabamento do Bairro da Ajuda, problema que se arrasta há já alguns anos.

Silva Graça participou ainda no III Encontro APU da Região da Madeira — que registou a presença de 100 activistas e eleitos nas autarquias e na Assembleia Regional.

No dia 30, o deputado comunista e vereador da CML, acompanhado pela camarada Deolinda Santos, do CC, do camarada Mário de Aguiar, deputado regional do PCP e Natália Pais, membro APU da Assembleia Municipal do Funchal, foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal do Funchal (PSD).

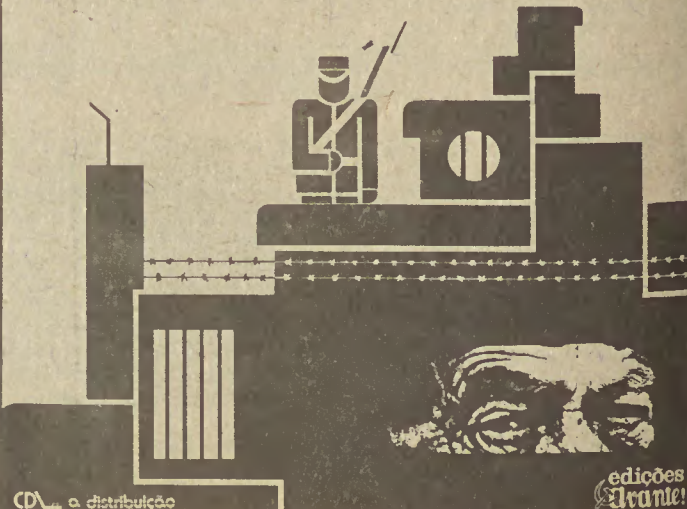
Cinema na «Portugal-URSS»

Realiza-se amanhã, às 21 e 30, na sede nacional da Associação Portugal-URSS, Rua de S. Caetano, à Lapa, 30, em Lisboa, uma sessão de cinema na qual serão exibidos os filmes «De coração a coração», que trata da actividade da União das Associações de Amizade e «Como os cossacos chegaram às olimpíadas» (desenhos animados).

A Associação convida todos os sócios e amigos a estarem presentes.

TORRE CINZENTA Poemas da Prisão

de JOSÉ MAGRÓ



Trabalhadores

Postos vagos não são preenchidos no Arsenal

O boletim de Março da CCCTIN (Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval), ao referir-se ao Arsenal do Alfeite faz notar que «existem pessoas a tentar que a empresa não produza». O boletim, que insere vária informação da responsabilidade da CT do Arsenal, assinala que «muitos operários têm sido aposentados e, no entanto, as suas faltas não têm sido preenchidas». No essencial, a CT exemplifica concretamente que a empresa é viável, que tem condições para produzir. Mas essas condições e possibilidades «continuam a ser limitadas pela simples razão de não se reestruturar o estaleiro com os meios adequados para fazer face às necessidades para que foi projectado». O Arsenal do Alfeite tinha ainda recentemente mais de mil trabalhadores.

Escritórios do Porto Atitude escandalosa do Governo Civil

Embora os Tribunais tenham considerado o assunto como pertencendo unicamente ao foro interno do Sindicato, o governador civil do Porto, abusando dos seus poderes, continua a sua inadmissível ingerência nos assuntos do Sindicato dos Escritórios daquele distrito. Depois de ter mandado encerrar a sede e entregar as chaves à Polícia, o representante máximo do Governo AD/Balsemão na capital do Norte, sem poder invocar sequer a habitual desculpa da "defesa da ordem pública", limita-se a proteger os elementos divisionistas afastados há dois anos da direcção do Sindicato através de eleições democráticas e realizadas legalmente. A atitude do governador civil, que favorece escandalosamente aqueles elementos afectos à UGT (os trabalhadores consideram-no um "bando de usurpadores") é repudiada pela maioria dos associados dos Escritórios que exigem a rápida reposição da legalidade e da vida normal da sua organização de classe.

Emigrantes em festa com a CGTP-IN

Com o apoio, participação e solidariedade de várias associações de emigrantes, designadamente Resistência e Trabalho, G.D. Os Lusitanos, C.P. de Amesterdão, C.P. de Zandam, C.P. Den Haag, Pais de Amesterdão, Bijlmermeer e Zandam, Apoio à Reforma Agrária de Nijmegen, Wageningen, Den Haag e Amesterdão, MDM e outras, a III Festa da Emigração Portuguesa na Europa de solidariedade com a CGTP-IN decorrerá em 18 de Abril próximo, com início às 20 horas em Amesterdão, na Holanda. Além de vários artistas emigrantes, ranchos folclóricos e grupos corais formados na emigração, incluindo um de Paris, a Festa contará com a participação de Carlos do Carmo, Maria do Amparo, Carlos Moniz, José Jorge Letria, Fernando Tordo, António Chalhó e José Maria Nóbrega, artistas cantores e guitarristas idos de Portugal.

Coopis/EAG reconhecidos avanços no sector

Em Reunião Regular Nacional (RRN) as estruturas das cooperativas operárias de produção industrial e serviços e as empresas em autogestão (COOPIS/EAG), após análise de várias questões do sector, aprovaram uma série de conclusões e decidiram realizar a primeira Conferência Nacional dos Delegados das COOPIS/EAG. A data e os objectivos serão oportunamente divulgados, acrescenta o comunicado final da reunião. Sobre a isenção do desconto para o Fundo de Desemprego, questão que sempre foi de primordial importância para o sector, a delegação da RRN, que teve duas audiências na Secretaria de Estado do Emprego, deu conta ao plenário da intenção manifestada por aquele departamento no sentido de reconhecer as lutas reivindicatórias das COOPIS nesta matéria. Quanto ao Código Cooperativo, a RRN tomou conhecimento de que, segundo fonte governamental, o Código recentemente promulgado vai sofrer alterações. As COOPIS/EAG esperam que legislação adequada dê corpo às informações e promessas do Governo, designadamente no que diz respeito ao Fundo de Desemprego e ao Código submetido a várias críticas do movimento cooperativo em geral.

CT/Setenave AREF contra «situação difícil»

A Comissão de Trabalhadores da Setenave numa pormenorizada exposição inserida no Boletim de Março da CCCTIN (Coordenadora da Indústria Naval) afirma a dada altura que as medidas resultantes da declaração da empresa em situação económica difícil «recaem exclusivamente sobre os trabalhadores». O âmbito e o alcance dessas medidas, publicadas no «Diário da República» de 28 de Novembro do ano findo, atingem milhares de postos de trabalho e quem os ocupa «como se fossem eles os culpados da situação em que a empresa se encontra». Nacionalizada desde 1975 para pôr cobro ao perigo imediato que ameaçava 4 mil empregos sujeitos à sabotagem económica do grande capital, a Setenave foi sucessivamente afectada por factores alheios e, a partir de 1976, pela sistematização dos ataques às empresas nacionalizadas. «Em 1978 — assinala a CT — são publicados os pacotes de leis que obrigavam as empresas públicas a estabelecer Acordos de Reequilíbrio Económico e Financeiro (AREF)». A Setenave apresentou o seu AREF. Dele constavam medidas que já tinham sido apontadas como indispensáveis pelos trabalhadores nos diversos encontros da indústria naval. Entretanto, o AREF ia percorrendo um caminho de tal maneira difícil e sinuoso, lembra a CT, que só «quase dois anos depois da sua apresentação veio a ser aplicada uma medida parcial, que foi a passagem de cerca de 3,2 milhões de contos de dívidas a curto prazo para médio e longo prazo». Com o resto só se importaram os trabalhadores. E importa-se agora cada vez mais o Governo AD/Balsemão, como garante que é do grande capital, pretendendo desnacionalizador tudo o que de lucro (ou prometa dá-lo) designadamente no sector dos transportes e actividades correlativas.



Centenas de acções e lutas em empresas e sectores

Enquanto o ministro do Trabalho e outros ministros, todo o Governo AD/Balsemão afinal, se preocupam a valer com aquilo que chamam uma «manta de retalhos» o que a seu ver seria a legislação laboral, a lei da greve e tudo o que de duradouro as massas trabalhadoras conquistaram mesmo durante o fascismo começa a estar já não sob ameaça, mas mesmo em perigo de desaparecer com uma penada dos srs. ministros e de quem os apoia na Assembleia da República.

O facto de essa ameaça permanecer há anos não tem evitado que os trabalhadores defendam os seus direitos constitucionais, pelos meios legais que a Constituição lhes permite.

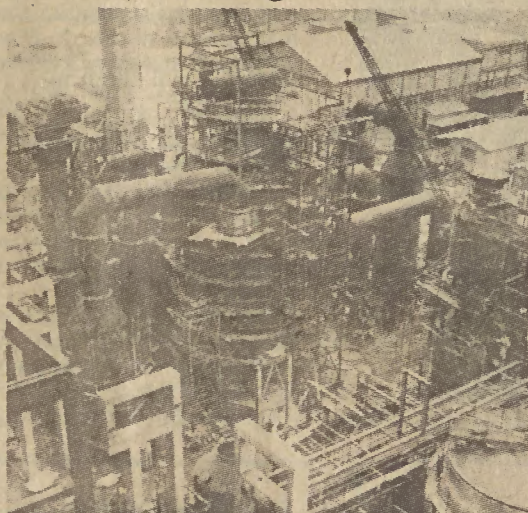
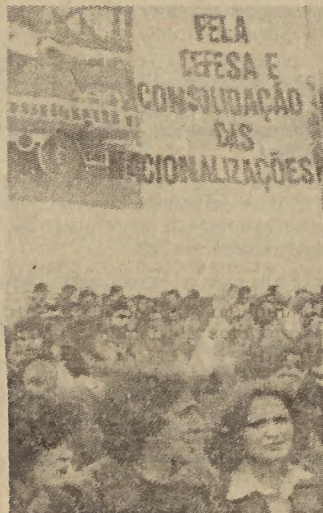
Não será agora ainda a vez de ganharem aqueles que querem ver a voz dos trabalhadores submetida aos interesses do grande capital batido em 25 de Abril — do grande capital que aguentava o fascismo.

A «onda de greves» como a direita gosta de designar reivindicações comuns que coincidem no tempo por objectivos que interessam às massas trabalhadoras em geral e não porque se destinem por si e somente a derrubar este ou aquele Governo, mas a defender direitos, garantias e interesses ameaçados por objectivos antinacionais, é realmente um acumular sucessivo de formas de luta derivado de um agravamento mais que evidente dos ataques às nacionalizações, à contratação colectiva, ao nível de vida da população, à vida sindical nas empresas com destaque para a repressão sobre dirigentes e delegados sindicais e outros representantes legítimos das massas assalariadas.

Daí a coincidência e a acumulação das paralisações e outras formas de luta legal.

Daí a lista dos conflitos que aumenta todos os dias não apenas nas zonas de grande concentração de indústrias, mas por todo o País e nos mais variados sectores de actividade.

- **RN, Função Pública, Professores contra OGE, tecto salarial e agravamento do custo de vida**
- **Prevista nova paralisação nacional dos transportes**



Com nova greve prevista para 9 e 10 do corrente, se entretanto o Governo AD/Balsemão e o conselho de gerência da sua confiança mantiverem as mesmas posições, os trabalhadores da RN paralisaram novamente anteontem, terça-feira, por um período de 24 horas. A paralisação que mais uma vez demonstrou a eficácia da unidade e o peso reduzido das direcções sindicais divisionistas a nível nacional, tem por objectivos evitar, designadamente, o desmembramento das empresas de transportes nacionalizadas, principalmente na RN, para entregar as suas partes mais lucrativas aos antigos patrões; um novo aumento dos preços dos bilhetes (o Governo AD/Balsemão já o anunciou para o 4º trimestre deste ano); o congelamento dos salários e de outras regalias dos trabalhadores.

Objectivos de ordem salarial estão por sua vez na raiz das lutas na Função Pública (semana de luta iniciada com boa adesão na última terça-feira), Quimigal, Setenave, Sorefame, Foznave, Professores, Cem-Cat, Transportes Colectivos do Porto, Covina, etc. A paralisação dos transportes em todo o País, prevista para 9 e 10 do corrente, a realizar-se, será de 48 horas na RN e de 4 horas na CP, Carris, Metro, Transtejo e Socarmar (gruas de descarga no Tejo). Acções de vários tipos serão ainda desenvolvidas nesses dias na TAP, CTM (Companhia de Transportes Marítimos), CNN (Companhia Nacional de Navegação), Soponata, Administração e Juntas Portuárias, Dragapor e ANA-EP (empresa pública de fornecimentos a aeroportos e navegação aérea).

No Ano do Deficiente Ensino Especial desprezado

- **Mais de 100 mil crianças precisam de educação especial**
- **Encontro no Porto**

As direcções sindicais dos professores de todo o País (Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul, Madeira e Açores) reunidas recentemente em Coimbra com uma ordem de trabalhos onde se destacava «a política salarial e de impostos que o Governo pretende impor com aumentos salariais só a partir de Maio» (comunicado da Zona Centro) apreclaram também, entre outras questões, designadamente de carácter orgânico, a situação existente no Ensino Especial já que no nosso País, segundo a Organização Mundial de Saúde, existem «a volta de um milhão de deficientes, entre crianças, jovens e adultos», sendo «mais de cem mil as crianças e os adolescentes que precisam de educação especial» (comunicado da Grande Lisboa).

Todos os Sindicatos do sector tomaram posição sobre o assunto, acentuando nomeadamente a falta de escolas e professores para atender às necessidades desse número elevado de crianças e adolescentes, pois, ainda segundo o Sindicato da Grande Lisboa, o Estado a quem cabe a obrigação de criar escolas para todas as crianças do nosso País, «só garante o atendimento de cerca de 13 mil» no Ensino Especial.

Os Sindicatos dos professores registam ainda a situação aberrante segundo a qual «os Centros de Educação Especial em regime de instalação desde 1968 mantêm os seus trabalhadores em prestação eventual de serviço e (ou) de tarefas desde que foram criadas». Protestando contra essa e outras situações igualmente aberrantes e ilegais, como seja o não pagamento de salários há meses no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, a única escola de formação de professores para o Ensino Especial, os Sindicatos, que assinalam a celebração, em 1981, do Ano Internacional do Deficiente, lembram ao Governo AD/Balsemão que «a Lei do Ensino Especial, aprovada na Assembleia da República em Julho de 1979, foi guardada nas gavetas dos últimos Governos» e que o decreto-lei que permite

alterar a situação existente nos Centros de Educação Especial «viu também já ultrapassado o tempo da sua regulamentação, mantendo-se a situação de grave injustiça e insegurança para os trabalhadores desses Centros».

A título de exemplo, limitadíssimo para o volume dos problemas, recorde-se por último que no Instituto Aurélio Ferreira, «os professores-adjuntos especializados recebem quando

lhes pagam menos 6 contos do que os professores do ensino regular (isto é, não especial) alguns deles seus próprios alunos».

Encontro no Porto

A criança, incluindo a deficiente, foi também tema desta vez de um Encontro de Professores do Ensino Primário, que reuniu mais de 200 docentes, no último sábado no Porto. De nível distrital, a iniciativa partiu de uma proposta apresentada pelo Conselho de Mulheres do Norte naturalmente interessadas, juntamente com as profissionais (mais de 95 por cento de mulheres neste grau de ensino) no papel da professora do ensino básico na sociedade como cidadã, como profissional e como mulher.

As conclusões do Encontro, que serão enviadas a todos os órgãos do Poder, reúnem várias propostas de resolução para os problemas debatidos, designadamente a falta de



estruturas de apoio à Escola (creches, infantários e jardins de infância) a pré-primária oficial, os tempos livres e a sua ocupação, as debilidades da medicina escolar, o papel da Acção Social Escolar, os transportes e o incremento do suplemento alimentar gratuito, os problemas relacionados com o apoio e o aperfeiçoamento pedagógico das professoras e os problemas sócio-profissionais específicos do sector.

Federação Nacional

Um dos principais assuntos debatidos na reunião das direcções sindicais de Coimbra foi a Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores, estrutura que se pretende criar proximoamente e para a discussão da qual foi marcada nova reunião nacional.

Segundo comunicado subscrito por todas as direcções participantes, o SPZN (Norte) «apresentou uma proposta do calendário e de estatutos e o SPGL (Grande Lisboa) apresentou 5 princípios básicos que foram aprovados no seu I-Congresso relativos a esta matéria».

Ainda quanto ao AID (Ano Internacional do Deficiente) as direcções sindicais reunidas em Coimbra expressaram o desejo de que o mesmo «não seja comemorado com meros jogos

de palavras de circunstância, mas com realizações concretas que permitam a superação das graves situações que afectam o sector da Educação e Ensino Especial».

Sindicato repudia atentado terrorista

Numa manifestação pública de repúdio pelo acto terrorista recentemente cometido na pessoa do sr.Manuel Esquivel, administrador da SAPEC, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, maioritário naquela empresa de Setúbal, realirma num comunicado que «o acto nada tem a ver com a luta dos trabalhadores».

O Sindicato deixa bem clara a interdependência que existe entre actos desse tipo, que atribui às «forças reaccionárias e fascizantes», e as acções do Governo AD/Pinto Balsemão na zona da Reforma Agrária e nos despedimentos da Standard Eléctrica.

«As acções terroristas no Portugal de Abril — sublinha o Sindicato — só conduzem à destruição da democracia e das liberdades».

Num apelo final à unidade e organização, o Sindicato garante que «os trabalhadores da SAPEC continuarão a lutar no quadro da legalidade democrática utilizando todos os direitos que a Constituição consagra para defender as suas conquistas e fazer valer os seus direitos, garantias e liberdades».

PCP

Um dia de festa em St.^a Iria de Azóia

● Intervenção de Álvaro Cunhal

Sábado passado Santa Iria d'Azóia despertou ao som de foguetes. Era dia de festa para os comunistas e democratas da freguesia que assim começavam as comemorações que assinalaram a inauguração do seu Centro de Trabalho ampliado.

Uma ampliação que reconstruiu o velho rés-do-chão que até aí servia de Centro e lhe acrescentou mais dois pisos, numa obra que exigiu trabalho, dedicação e muita capacidade de iniciativa. Daí a festa, que se

prolongou durante todo o dia, acrescida da alegria de conseguir concretizar a obra no ano em que todo o Partido comemora o seu 60.^o aniversário com a palavra de ordem de reforçar e alargar a organização.

Isto mesmo seria



No Centro de Trabalho ampliado as condições de trabalho são agora muito melhores, como melhor deverá ser o trabalho realizado



O bolo do "Centro" não foi partido até à chegada do camarada Álvaro Cunhal, que provou a primeira fatia

salientado na sessão de esclarecimento realizada na noite de sábado com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, na Sociedade 1.^o de Agosto de Santa Iria, na saudação muito especial então feita a todos os democratas da freguesia que, não sendo do Partido, o ajudaram a erguer mais um Centro de Trabalho, certos de estarem a contribuir para o reforço de um Partido indispensável à consolidação da democracia.

As actividades desportivas efectuadas durante o dia, a actuação da mini-banda "Os Amigos de Sacavém" e o lanche-conívio no Centro de Trabalho, não conseguiram quebrar o entusiasmo e expectativa com que o camarada secretário-geral foi esperado, primeiro no Centro (onde lhe foi oferecida a primeira fatia de um magnífico bolo representando a fachada da casa) e depois no Salão da Sociedade, completamente à cunha muito antes do início da sessão.

O mesmo entusiasmo com que se trabalha e luta na freguesia, como ficou claro

nas palavras dos oradores que antecederam o camarada Álvaro Cunhal. Das mulheres, como dizia a camarada Rosa ao falar do importante contributo dado na angariação de fundos para as obras do Centro: dos jovens, que Olívia, da JCP, representou, cada vez mais conscientes da importância da sua participação na resolução dos problemas da freguesia; do Organismo de Direcção da Zona Oriental do concelho de Loures, da organização do Partido nas empresas da zona e da Comissão de Freguesia de St.^a Iria, que ali trouxeram o testemunho das dificuldades com que se debatem os trabalhadores e a população em geral, mas também a confiança com que encaram o futuro, do que a ampliação do Centro é vivo exemplo.

De confiança falou também o camarada Álvaro Cunhal, ao salientar a importância da obra feita quando se vive em Portugal uma situação política complexa, com um Governo e uma maioria na Assembleia da República apostados em levar a cabo uma política reacçãoária.

Essa confiança no futuro é bem uma característica dos comunistas, como os 60 anos da vida do Partido demonstram. A história do PCP, que o camarada lembrou em traços largos mostrando a sua íntima e indissociável ligação com a história e a luta do Povo português contra o fascismo, tornou-o, uma força essencial, indispensável e insubstituível na vida política nacional.

"Não são palavras de propaganda - sublinhou Álvaro Cunhal - mas as únicas que de facto nos definem."

Referindo-se à unidade do Partido - não há diferenças entre os camaradas de antes e depois do 25 de Abril - o camarada salientou que

na experiência do passado se colhe a força para a luta no presente, uma luta que não pode arandar pois não há que ter ilusões com as «falinhãs mansas» de Balsemão, que sem as farroncas do Governo anterior se propõe levar a cabo a mesma política (diminuição dos salários reais, aumento do custo de vida, imposição do tecto salarial, exploração de todas as camadas laboriosas do país, destruição da Reforma Agrária, reprivatização das empresas nacionalizadas, restrição das liberdades, etc.).

Após referir a falta de legitimidade deste Governo para governar - como pode o regime reconhecer legitimidade a um Governo que se propõe destruir esse mesmo regime, perguntaria - o camarada Álvaro Cunhal falou da revisão constitucional e das preocupações que a situação no PS levanta, nomeadamente quanto a certas disposições para uma aliança com a direita. Não pretendemos interferir



Duas palavras de ordem, o mesmo objectivo: reforçar e alargar o Partido

na vida interna do PS - disse a propósito - mas quando os perigos para a democracia são tão graves como os actuais, temos o direito de nos interrogarmos sobre o que aquele Partido vai fazer.

O camarada falou ainda sobre a escalada das acções terroristas em Portugal divulgando a posição do Partido sobre o problema (ler nesta página), terminando a sua intervenção com palavras de confiança,

recordando a existência de um poderoso movimento sindical unido, organizado, camponeses, de jovens, mulheres, e outros, que é bastante para a democracia.

PCP exige do Governo medidas imediatas contra o terrorismo

Na sua intervenção na sessão realizada em St.^a Iria de Azóia, Álvaro Cunhal referiu-se ao recrudescimento de actos terroristas, tendo afirmado, nomeadamente:

Nas últimas semanas verificaram-se novos actos terroristas que causam legítimas preocupações.

No dia 19 do mês corrente, na Malveira, é atingido com uma rajada de metralhadora um comerciante. A acção é reivindicada pelas chamadas «Forças Populares - 25 de Abril» que justificam o atentado pela participação que a vítima teria tido no linchamento de um dos autores de um assalto a um banco reivindicado pelas mesmas «FP-25 de Abril».

No dia 20, nos Olivais, disparos de um automóvel contra pessoa que se encontrava na paragem do autocarro.

No dia 23, durante a noite, em Cascais, rajadas de metralhadora contra automóveis.

No dia 25, no Dafundo, atentado contra um administrador da SAPEC, reivindicado pelas mesmas «FP-25 de Abril» que justificam o acto como forma de pressão para a readmissão de trabalhadores suspensos.

No dia 26, um telefonema em nome das mesmas «FP-25 de Abril» ameaça com idênticos atentados os administradores da Petroquímica no caso de não satisfizerem no prazo de 72 horas as reivindicações dos trabalhadores em luta.

Acerca destes atentados queremos fazer quatro observações:

Primeira observação: O terrorismo apenas serve à reacção, particularmente aos sectores «ultra» da extrema-direita.

O terrorismo é um instrumento de desestabilização do regime democrático, que as forças reacçãoárias e golpistas pretendem provocar.

Segunda observação:

É uma provocação contra as forças revolucionárias e um insulto ao 25 de Abril que tais acções sejam reivindicadas por uma organização que se intitula «Forças Populares-25 de Abril».

O terrorismo não serve a causa do 25 de Abril, das conquistas de revolução, do regime democrático, mas precisamente os seus inimigos.

Terceira observação:

É uma provocação contra o movimento operário e as poderosas lutas dos trabalhadores actualmente em curso que atentados e outras acções terroristas procurem inserir nessas lutas como se fossem em seu apoio.

Procurando aparecer em apoio de lutas em curso, o terrorismo pode apenas servir o patronato reacçãoário e o governo contra trabalhadores e voltar largos sectores da opinião pública contra estes.

Quarta observação:

Seria um perigo sério para a democracia portuguesa que, como em Itália e em Espanha, se instalasse em Portugal a prática do terrorismo, (atentados, raptos, assaltos, chantagens) - factor de insegurança e intranquilidade e elemento provocador e instigador de medidas antidemocráticas e repressivas.

Perante estes acontecimentos, queremos tornar clara e pública a posição do PCP.

1.^o - O PCP condena firmemente o terrorismo como arma contra-revolução.

2.^o - O PCP exige do Governo medidas imediatas contra o terrorismo de forma a cortar à nascente a tentativa que pretende desenvolver-se de radicalizar actividades terroristas em Portugal.

AGENDA

● Lisboa

Amanhã, sexta-feira, colóquio no Centro de Trabalho de Tires sobre Comunicação Social com Daniel Ricardo e Fernando Cascais; festa-conívio, em Sintra no cinema Carlos Manuel, às 21 e 30, iniciativa da Comissão das Freguesias de Santa Maria e S. Martinho (parte urbana da vila de Cascais).

Sábado, dia 4, almoço de confraternização da 7.^a Zona do Comité Local de Lisboa com projecção de filme e algumas surpresas.

Às 15 horas, no CT Vitória, realiza-se uma reunião de militantes das Cooperativas de Consumo com o seguinte objectivo: debate de problemas de organização e económicos.

Não faltará em especial se é dirigente ou gerente de uma cooperativa de consumo.

Domingo, dia 5, festa nos Bombeiros Voluntários de Alcábalde (Cascais), às 15 e 30, com José Jorge Letria, Nuno Gomes dos Santos, Luísa Basto, João Fernando e Helena Isabel.

Terça-feira, dia 7, às 21 e 30, colóquio no CT de Campolide (Lisboa) sobre «o 25 de Abril e as grandes conquistas da população portuguesa», com José Casanova, iniciativa da 3.^a Zona do CLL.

● Setúbal

Hoje, quinta-feira, sessões em Alcácer do Sal, Sines, Seixal e Sesimbra, todas às 21 horas, com participação de camaradas deputados e dirigentes do Partido.

Sábado, dia 4, sessões em Casebres e Laranjeiro, às 21 horas.

● Guarda

Domingo, dia 4, baile popular na Casa do Povo de S. Romão, (Seia), às 21 horas.

● Faro

Hoje, quinta-feira, sessão no Centro de Trabalho da Quarteira, com Carlos Luis Figueira (diaporama e Canto Livre).

Domingo, dia 5, almoço-conívio em Gambelas (Faro), iniciativa dos organismos de escritórios e caixeiros, com Carlos Luis Figueira, e apresentação de diaporama.

● Portalegre

Sábado, dia 4, sessão de esclarecimento em Assumar, às 21 horas, com Joaquim Miranda; plenários de eleitos da APU em Campo Maior, Ponte de Sor e Crato.

Domingo, dia 5, comício, às 16 e 30, em Avis, com José Casanova e Diamantino Dias.

● Évora

Amanhã, sexta-feira, sessão comemorativa do aniversário da Constituição, no Palácio D. Manuel, na cidade de Évora, às 21 horas, com Manuel Gusmão (PCP) e Acácio Alferes (MDP).

● Beja

Hoje, quinta-feira, sessão de esclarecimento, às 20 e 30, em Ervidel com José Soeiro.

Amanhã, sexta-feira, plenário de militantes da célula da Câmara Municipal de Aljustrel, às 20 e 30.

Domingo, dia 5, sessão de esclarecimento às 20 horas em Albernola, com José Soeiro; encontro de quadros dirigentes e delegados sindicais comunistas do concelho de Beja, às 14 e 30, naquela cidade.

«Até amanhã camaradas» em colóquio

Integrado nas comemorações do 60.^o aniversário do Partido Comunista Português, o Organismo de Direcção do Sector, Intelectual da Organização regional de Lisboa promove no dia 7 de Abril, às 21 e 30 horas, um colóquio subordinado ao tema: «Até amanhã camaradas».

Participam: Manuel Gusmão, membro do Comité Central, Rogério Ribeiro, Artur Ramos e António Borges Coelho.

Iniciativa em Castro de Aire

No âmbito das comemorações do 60.^o aniversário do Partido, a comissão concelhia de Castro de Aire, promoveu um almoço-conívio no passado domingo.

O convívio decorreu no Salão dos Bombeiros Voluntários daquela vila do distrito de Viseu e nele participaram, além dos membros do PCP, numerosos democratas e amigos do Partido.

Aderiu ao PCP e tem 92 anos

Apostada na meta que se propôs cumprir, a organização local da Amora, acaba de recrutar um novo camarada que no mês de Abril fará 92 anos. É sempre tempo de vir ao Partido! Todos seremos poucos para ajudar a levar a Revolução para a frente, para defender a democracia!

Jantar-conívio em Vila Real

A Comissão Concelhia de Vila Real, promoveu no passado sábado um jantar-conívio comemorativo do aniversário do PCP que teve a participação de uma centena de pessoas e que decorreu no meio de grande entusiasmo e disposição de luta.

Na ocasião, referindo-se à efeméride, o camarada Agostinho Lopes, suplente da CC do PCP e responsável da DORT, saudou os velhos militantes e democratas presentes, abordou depois vários aspectos da luta do PCP antes do 25 de Abril, e referiu-se à vida revolucionária de dois comunistas transmontanos, Bento Gonçalves e Militão Ribeiro.

Referindo-se depois aos principais problemas que se põem na actualidade política, referiu-se à ofensiva que o governo AD/Pinto Balsemão tem vindo a desencadear contra o povo transmontano, nomeadamente, quanto à progressiva deterioração das condições de vida dos trabalhadores com a intensificação dos contratos a prazo, com o atraso no pagamento dos salários (Cerâmica de V. Real, Cabanelas e Concha)

com o aumento da repressão sindical (Cabanelas e Taboan em Vila Pouca). Referindo-se também aos graves problemas que mais afectam a agricultura na região referiu o boicote sistemático que as autarquias e os Serviços Florestais vêm fazendo à aplicação da Lei dos Baldios, à Portaria sobre a importação da batata de semente e às incidências que terá na aceleração da ruína dos produtores da região do Barroso, Montalegre e Vinhais; à não aplicação da Lei 82/77 e correspondente falta de atribuição dos subsídios reclamados pela lavoura a fim de minorar os prejuízos nas colheitas, etc.

Relativamente a alguns casos pontuais, apontou o roubo de mais de 3 milhões de contos às autarquias da região, o encerramento da Linha do Sabor e os compromissos estabelecidos pelo governo AD, o conselho de gerência da CP e a empresa de transportes Cabanelas; a perspectiva de encerramento da linha do Corgo e sua transformação em Museu de Transportes (Ill), a falta de médicos em Vinhais, Vimioso, etc.

A finalizar a sua intervenção, o camarada Agostinho Lopes, sem deixar de chamar atenção para as dificuldades a enfrentar, fez um apelo à mobilização dos comunistas e de todos os democratas para que se intensifique o combate contra a política desastrosa do governo AD/Balsemão, em defesa dos legítimos interesses e aspirações do povo transmontano.

Camaradas do Pragal

A Comissão Local do Pragal (Almada) do Partido Comunista Português vai ter brevemente novas instalações, na Rua da Ermidia, junto ao quintal onde se costuma realizar a Festa de Verão.

Para que o novo Centro de Trabalho do Partido seja uma realidade é necessária a colaboração de todos os militantes, simpatizantes e amigos do Partido. Aqui fica, pois, o apelo das camaradas do Pragal: "aparece todos os sábados e domingos que tiveres disponíveis - colabora, participa!"

Plenário de quadros no Barreiro

Dando seguimento à resolução aprovada pelo Comité Central do nosso Partido, na sua reunião de 14 de Fevereiro de 1981, que considerou o ano do 60.^o Aniversário um ano de luta contra as principais debilidades da organização, a Comissão Concelhia do Barreiro decidiu realizar, no passado dia 28 de Março, um Plenário de Quadros, com o objectivo de fazer o balanço da actividade dos organismos concelhios do Partido.

Além do camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, a mesa que presidiu ao Plenário foi constituída pelo Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro.

Os trabalhos do Plenário decorreram durante todo o dia, com um número de presenças que ultrapassou os 60 por cento das presenças possíveis previstas, sendo de salientar que foram feitas 31 intervenções sobre a situação dos organismos nas células de empresa, organismos de direcção intermédia, comissões de freguesia e comissões de

trabalho, apontando cada uma das intervenções para os seguintes pontos concretos:

1 - Evolução dos organismos no 1.^o trimestre de 1981 e a sua estruturação;

2 - Participação nas reuniões e formas de contacto com os membros do Partido;

3 - Situação quanto a quotizações; difusão da imprensa do Partido e recrutamento de novos membros;

4 - Perspectivas apontadas para 1981.

O plenário aprovou por

Reunião plenária da DORP no sábado

No próximo sábado, 4 de Abril, decorrerá no CT Boavista uma reunião plenária da Direcção Organizativa Regional do Porto do PCP. Dois assuntos principais estão agendados para esta reunião: a apreciação da situação política nacional e regional e as tarefas do Partido; e o andamento da campanha organizativa em curso no distrito do Porto, no âmbito do sexagésimo aniversário.

Comunistas do Montijo: um debate com orientações para o futuro

Realizou-se no passado dia 28 no Centro de Trabalho do Montijo um plenário concelhio de quadros para discussão do XI Balanço de Organização para 1981, e informação sobre a situação política.

Estiveram presentes 70 camaradas que representaram 24 organismos.

Da discussão efectuada, realçaram-se os seguintes pontos: problemas das mulheres, reformados e jovens; reforço dos organismos de direcção de vários sectores; as condições para ultrapassar a verba orçamentada para 1981; discussão e análise dos resultados das várias iniciativas de fundos; realização de um plenário

sobre autarquias e sindical; realização do ano da Assembleia Concelhia.

Foram aprovadas unanimidade e acção saudações ao aniversário do PCP, Março. Ano Internacional dos Deficientes e sobre os povos de El Salvador e Guatemala.

Camaradas falecidos

ALEXO REVÉS

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 16 de Março o camarada Alexo Revés, de 71 anos, natural de Castro Verde. Ingressou no Partido em 1977 e só não desempenhou tarefas devido ao seu precário estado de saúde. O camarada falecido tinha vivido em Angola, regressando após 1974 a Portugal.

ANTÓNIO SANINA

Com 37 anos, faleceu o nosso camarada António de Oliveira Sanina, montador, membro da Comissão Local do Laranjeiro (Almada).

JOSÉ LOBO

Com 87 anos, faleceu, vítima de atropelamento na estrada de Sacavém/Moscavide, o militante

comunista José Lobo, residente no Bairro do Mealheiro, em Santa Iria de Azóia. Era militante do Partido desde 1974.

Aos familiares dos camaradas desaparecidos, o Comité Central do PCP apresenta sentidas condolências.

Nacional

Em nome da vida às armas nucleares em Portugal!

— uma campanha em marcha

Numa primeira manifestação pública que congregou a presença e o apoio expresso de numerosas personalidades de variados quadrantes políticos e sectores profissionais, e a calorosa adesão de muitas centenas de participantes, o Movimento «Não às armas nucleares em Portugal» apresentou na passada sexta-feira, no Pavilhão dos Desportos, os fundamentos e objectivos da acção que se propõe desenvolver.

A sessão foi, aliás, a primeira mostra dos resultados de um trabalho que começa a envolver centenas de activistas e propagandistas, e da diversidade de sectores que pode albergar — embrião do que é lícito esperar será em breve um grande movimento nacional de opinião.

Presidida pelo prof. **Rui Grácio** — que faria, uma intervenção inicial que a todos tocaria pela clareza, a comparação entre os custos da guerra e da corrida aos armamentos e os «milagres» de desenvolvimento que a aplicação para fins pacíficos dessas verbas provocaria —, falaram sucessivamente Vasco da Gama Fernandes, advogado e ex-presidente da Assembleia da República, Kalidás Barreto, sindicalista, Dieter Dellinger, jornalista, Abel Guimarães, da JOC, e Silas Cerqueira, do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Na mesa que presidiu reconheciam-se o prof. Barahona Fernandes e o gen. Costa Gomes, os advogados Abranches Ferrão e Araújo Sequeira, os engs. Cunha e Serra e Arsenio Nunes, os profs. Jacinto Prado Coelho, Mário Dionísio, Manuela Silva, Manuel Gusmão e Pinto Correia, o jornalista José Manuel Nunes

e o escritor Urbano Tavares Rodrigues, os pintores Maria Keil e João Abel Manta, a encenadora Luzia Maria Martins, o pastor Dimas Almeida, Emídio Martins, da Liga Operária Católica, o sindicalista Alvaro Rana e o deputado Jorge Lemos, a investigadora Regina Grade, representantes de associações de estudantes, de comissões de moradores, de colectividades de cultura e recreio; representantes da Federação dos Metalúrgicos e do Comércio e da União dos Sindicatos de Lisboa; o dr. Moura Gerales, da Organização dos Trabalhadores Científicos e o dr. José Rita, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; Luís Moita, do CIDAC; Maria José Estanco, em representação do MDM.

Na assistência, entre muitos outros que ali acorreram, Sérgio Viarigues e Dias Lourenço, do CC do PCP, o gen. Vasco Gonçalves, o escritor José Gomes Ferreira, o jornalista Norberto Lopes — «a festa da unidade irrecusável mas que é imperioso alargar», na palavra de um dos oradores, ou (como dizia Vasco da Gama Fernandes erguendo bem alto o cravo vermelho que trazia na mão) de todos os que podem unir-se sob o signo da liberdade. «É a altura de nos lembrarmos — de nos lembrarmos em primeiro lugar nós, os homens de esquerda — de que só unidos poderemos vencer todas as batalhas» — ao que todo o pavilhão respondeu, em uníssono, «Unidade!».

Dieter Dellinger, que falara sobre os efeitos da deflagração

de uma bomba termonuclear em Portugal, formulou a dúvida que ainda tolhe muitas vontades: será que há de facto perigos de colocação de armamento nuclear em Portugal? De facto, respondeu, os Pershing II têm um raio de acção suficiente para atingir, de Portugal, a URSS e outros países do Pacto de Varsóvia. Este é, aliás, umalinha perfeitamente explícita do novo «pensamento militar» dos EUA: transferir para a Europa, em caso de conflito nuclear, desencadeado contra a URSS, a resposta nuclear a que esta seria obrigada. Há ameaças e alusões, «possibilidades em estudo», o Governo português «recusa» eventuais solicitações para a instalação de armamento nuclear em Portugal. Recorde-se, no entanto: ao abrigo de acordos secretos, países há na Europa que foram bases nucleares durante dez anos sem que a sua população o suspeitasse...

Se Kalidás Barreto centraria a sua intervenção numa razão-chave desta campanha — o facto de que a guerra é cega, isto é, todos, independentemente da sua condição social ou opção política, são dela vítimas — **Abel Guimarães**, da Juventude Operária Católica, viria lembrar os problemas que afectam a juventude mas também o facto de ser essencial chamá-la à luta pela Paz. E legitimar, citando o Evangelho, a mobilização dos jovens católicos: ali se diz «Amai-vos uns aos outros» — não «matai-vos uns aos outros».

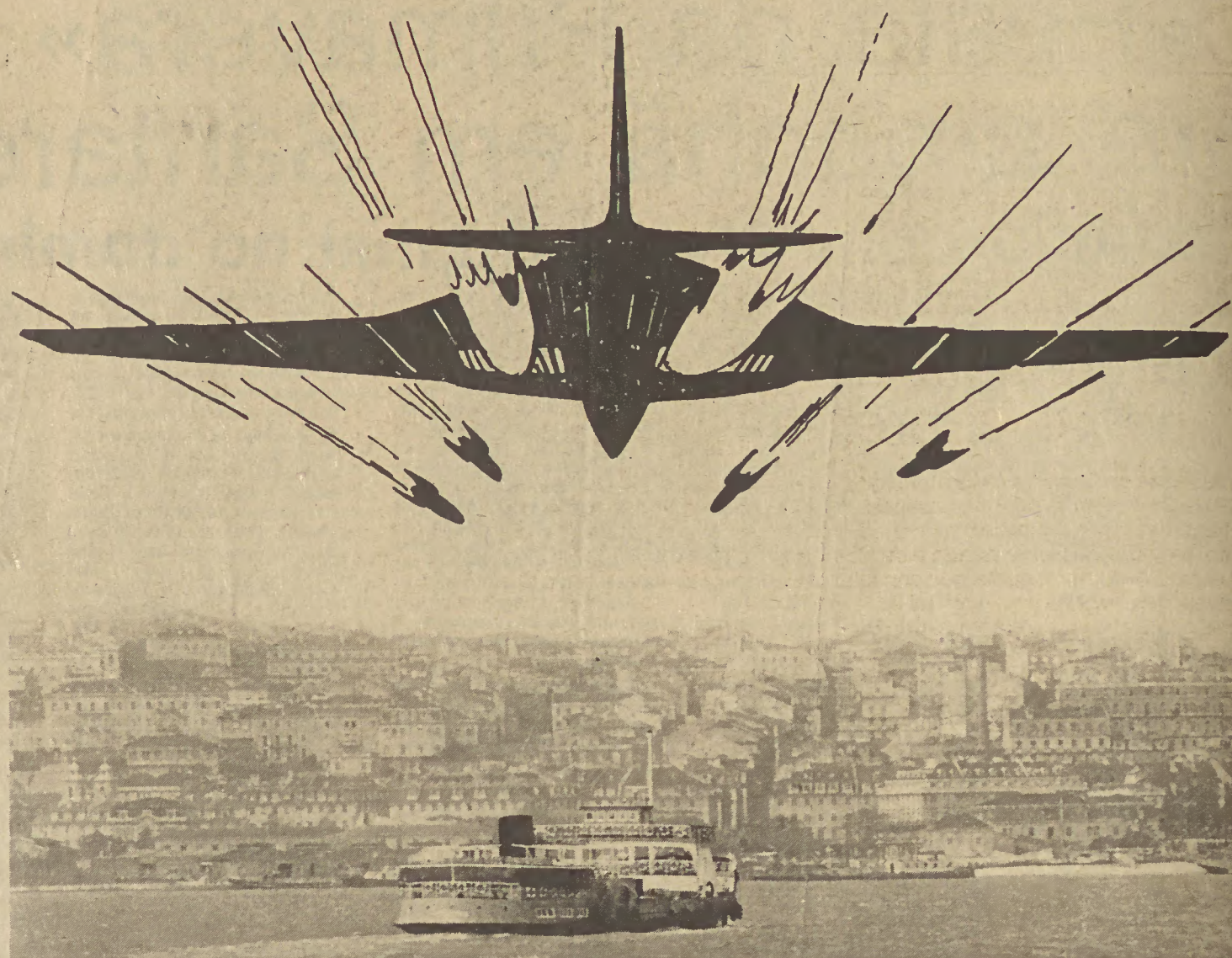
E concluiu: «Precaver o nosso futuro é levantarmo-nos contra a instalação de armas nucleares em Portugal».

Encerrando o período de intervenções, **Silas Cerqueira**, depois de saudar todos os que ali se encontravam para dar início à grande campanha nacional «Não às armas nucleares em Portugal», deteve-se sobre o carácter de classe da guerra, «que é a reversão da ciência e do desenvolvimento. Mas a guerra nuclear é a reversão da destruição massiva, não já contra exércitos em armas mas contra povos inteiros».

«É um dado novo da guerra moderna — é o em absoluto no caso de uma guerra termonuclear. Mas dado novo também, acrescentaria, é que as massas e os povos são uma garantia da paz. Para isso é necessário que a nossa acção seja pedagógica, de massas, que seja capaz de despertar a resposta de massas que impeça a instalação de armas nucleares em Portugal».

«Pelas crianças de Portugal e de todo o mundo, pelos jovens, pelas mães, pelo futuro, pela paz — em nome da vida, não às armas nucleares!».

No final da sua intervenção, Silas Cerqueira anunciou: em fins de Julho, o Movimento estará em encontro nacional. Far-se-á então o balanço do abaixo-assinado e decidir-se-á sobre a continuidade e formas do Movimento. Até lá, serão dezenas de pequenas e grandes acções de esclarecimento, textos de apoio, e outros materiais de divulgação, o abaixo-assinado nas ruas, nos transportes, nas escolas e nas empresas. Se os portugueses puderem entender que esta é uma questão vital que a cada um de nós diz respeito e que de todos nós depende, assiná-lo-ão!



O que significaria a explosão de uma bomba de 20 megatoneladas na Praça do Comércio?

As consequências estão cientificamente determinadas — não basta recorrer a exemplos do passado, nem é necessário fazer grandes apelos à imaginação. Os que constróem esse tipo de bombas e os que se preparam para as fazer deflagrar conhecem-lhes rigorosamente os efeitos. E já não conseguem escondê-los dos que seriam, todos nós, as suas vítimas.

Explodindo na Praça do Comércio, uma bomba de 20 megatoneladas provocaria em poucos segundos a formação de uma bola de fogo com seis quilómetros de diâmetro a uma temperatura interna de vários milhares de graus centígrados. A onda de choque começaria por abrir uma cratera de 60 metros de profundidade e 800 metros de diâmetro.

Em menos de 15 segundos a água contida no Tejo, talvez entre as duas pontes (Lisboa e Vila Franca), ter-se-ia evaporado totalmente para dar origem a uma nuvem de vapor de água altamente radioactiva, cuja precipitação provocaria vítimas em locais muito distantes da deflagração.

Num círculo de 14 quilómetros (correspondentes às zonas negras do mapa) de diâmetro todos os seres humanos morreriam em

menos de 15 segundos. Num espaço circular de 40 quilómetros (zona cinzenta no mapa), não só os edifícios seriam completamente destruídos como 90% da população morreria, imediatamente ou nas próximas horas devido aos efeitos conjugados das ondas de choque, de calor e radioactividade. Num círculo ainda maior, de 70 a 80 quilómetros de diâmetro, de Setúbal a Mafra e de Cascais a Vila Franca (zonas

ponteadas no mapa) todos os materiais combustíveis arderiam; todos os seres vivos directamente expostos à explosão morreriam e os que estivessem protegidos por fortes paredes de betão escapariam a uma morte imediata, mas não aos efeitos da chamada radioactividade induzida — isto é, átomos de ferro e outros materiais tomados perigosamente radioactivos pela indução provocada pelos neutrões oriundos da explosão.

A pulverização de toda a baixa lisboeta e de grande parte de Cacilhas, Almada e Cova da Piedade daria origem a nuvens de poeiras radioactivas formadas por milhões de toneladas de materiais diversos que cairiam

em Badajoz, Mérida, Beja, Coimbra e até mais longe, no Algarve e no Norte do País. No interior de um círculo com cerca de 200 quilómetros de raio (os dois círculos maiores no mapa) as precipitações de poeiras e chuvas radioactivas afectariam letalmente grande parte da população num prazo de poucos anos.

Cerca de quatro milhões de mortos no primeiro minuto

Se um míssil lançasse duas ogivas termonucleares de 20 megatoneladas cada, uma sobre Lisboa e outra sobre o Porto, três a quatro milhões de portugueses teriam morrido no primeiro minuto; dois a três milhões de outros não permaneceriam vivos por mais de oito a 12 semanas.

Em menos de um ano, 90% dos habitantes de Portugal, assim como das províncias espanholas de Galiza e Estremadura, teriam morrido ou ficado irremediavelmente incapacitados.

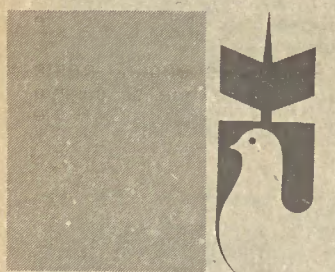
Os mais «felizes» seriam os habitantes de Lisboa e do Porto, ceifados num quarto de segundo

pelas radiações térmicas, que começam por se propagar à velocidade da luz. Em Setúbal ou em Mafra, quem circulasse ao ar livre ficaria imediatamente cego, e morreria passadas algumas horas devido ao síndrome do sistema nervoso central provocado pelos 2 mil rads de radiações absorvidas.

Em Mérida, Faro ou Coimbra todos os habitantes seriam afectados — uns, com perda de apetite, vómitos e diarreias, acabariam dentro de algumas semanas; outros sofreriam de lesões da medula óssea que provocam a morte ao fim de semanas ou meses.

Sobreviventes? A «pequena» experiência de uma «pequena» bomba, feita pelos americanos, vai para 36 anos, em Hiroshima, é concluinte: os sobreviventes, aparentemente incólumes, virão a sofrer de lesões de tipo canceroso muitos anos depois da catástrofe.

Sobreviventes? É difícil imaginar, segundo o quadro anterior, que os haverá. É, sim, possível afirmar que, também para Portugal a guerra termonuclear não é alternativa: seria o morticínio geral — o suicídio colectivo se não formos nós a dizer decisivamente «Não às armas nucleares!».



Como e porquê dizer não?

Prevenir e impedir, enquanto é tempo, a eventualidade e o perigo do estacionamento, instalação e trânsito de armas nucleares, qualquer que seja a sua natureza, origem ou destino, em território e águas territoriais portuguesas — eis o objectivo do Movimento «Não às armas nucleares em Portugal». Aberto a todos os portugueses, sem distinção de classe, partido, ideologia ou crença, a sua eficácia não depende do facto de respeitar a um perigo que a todos nos ameaça, mas da multiplicação de vontades congregadas e de acção capazes de fazer gorar os intentos, velados ou expressos, do imperialismo: fazer de Portugal (mais) uma base nuclear.

Num Manifesto agora lançado, o Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal» lembra as notícias que de há meses dão como uma eventualidade a instalação com carácter permanente em águas territoriais portuguesas de um porta-aviões estrangeiro com armas nucleares ou a localização de mísseis nucleares em território nacional. Foi mesmo noticiado que, em 1980, uma missão militar estrangeira visitou o nosso País para estudar locais para esse fim. Algumas declarações públicas oficiais ou oficiosas não têm sido de molde a tranquilizar a opinião pública, pois têm admitido ou que Portugal poderia vir a ser «candidato» à instalação de armas nucleares, ou que poderia ceder a um pedido estrangeiro nesse sentido embora «não neste momento».

Contra tais perigos, contra tais intentos, a vontade do Povo português, se devidamente informado, será inequivoca. O Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal» pretende dar-lhe expressão, ser uma força na defesa do nosso interesse nacional, da nossa independência, da nossa sobrevivência. Não é, como se define, nem contra nem a favor de nenhum pacto ou aliança militar. É um movimento que, mantendo Portugal livre como até agora de armas nucleares, reforça a sua segurança sem pôr em causa os seus compromissos internacionais e sem prejuízo do equilíbrio mundial global. Não é sequer, pois, nem contra nem a favor do actual ou de qualquer outro Governo. É sim, e só, um movimento contra a instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares

em Portugal. Exprime um consenso generalizado, que tem a ver com o direito fundamental dos povos à Paz.

Na era nuclear, na era da proliferação das armas e bases nucleares que é objectivo continuamente perseguido nos nossos dias pelos sectores mais reacccionários do imperialismo, este direito à Paz é o direito à sobrevivência como Nação e como Povo, de todos nós e de cada um de nós, que é preciso afinadamente defender.

Abaixo-assinado nacional «não às armas nucleares em Portugal»

As portuguesas e os portugueses abaixo-assinados, no interesse da Pátria e da salvaguarda da Paz, dizem:

Não às armas nucleares em Portugal seja qual for a sua natureza, origem ou destino!

Na verdade: — Se Portugal aceitar a instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares no seu território será — em caso de conflito — alvo preferencial e aniquilado por um só míssil; — Se Portugal se mantiver livre de armas nucleares reforça a sua segurança, sem hostilizar nenhum país, nem pôr em causa

os seus compromissos internacionais. E assim contribui para que não se agrave a corrida aos armamentos, sem prejuízo do equilíbrio global, para a criação de zonas desnuclearizadas e a proibição total das armas nucleares.

Por isso: — Em matéria de tamanha gravidade nenhuma decisão pode ser encarada sem o pleno conhecimento do Povo português, que devidamente informado dirá: Não às Armas Nucleares em Portugal!

Os abaixo-assinados «apelam aos órgãos de soberania para que observem a vontade do Povo português e apelam a todos os cidadãos para que — em nome e por amor à independência e sobrevivência da Pátria portuguesa e à salvaguarda da Paz — se manifestem publicamente dizendo Não às Armas Nucleares em Portugal!

Este abaixo-assinado é a plataforma mínima do Movimento e é o veículo da primeira acção comum à escala nacional.

Assina-o! Promove a sua difusão e assinatura!

Remete-o para a Sede da Comissão Coordenadora do Movimento: Av. Barbosa du Bocage, 86, 1.º — 1000 Lisboa — Tel. 77 60 70.

Já aderiram:

No Manifesto divulgado durante a sessão do Pavilhão dos Desportos dá-se conta das primeiras adesões recebidas pelo Movimento, e enumeram-se as seguintes entidades e personalidades:

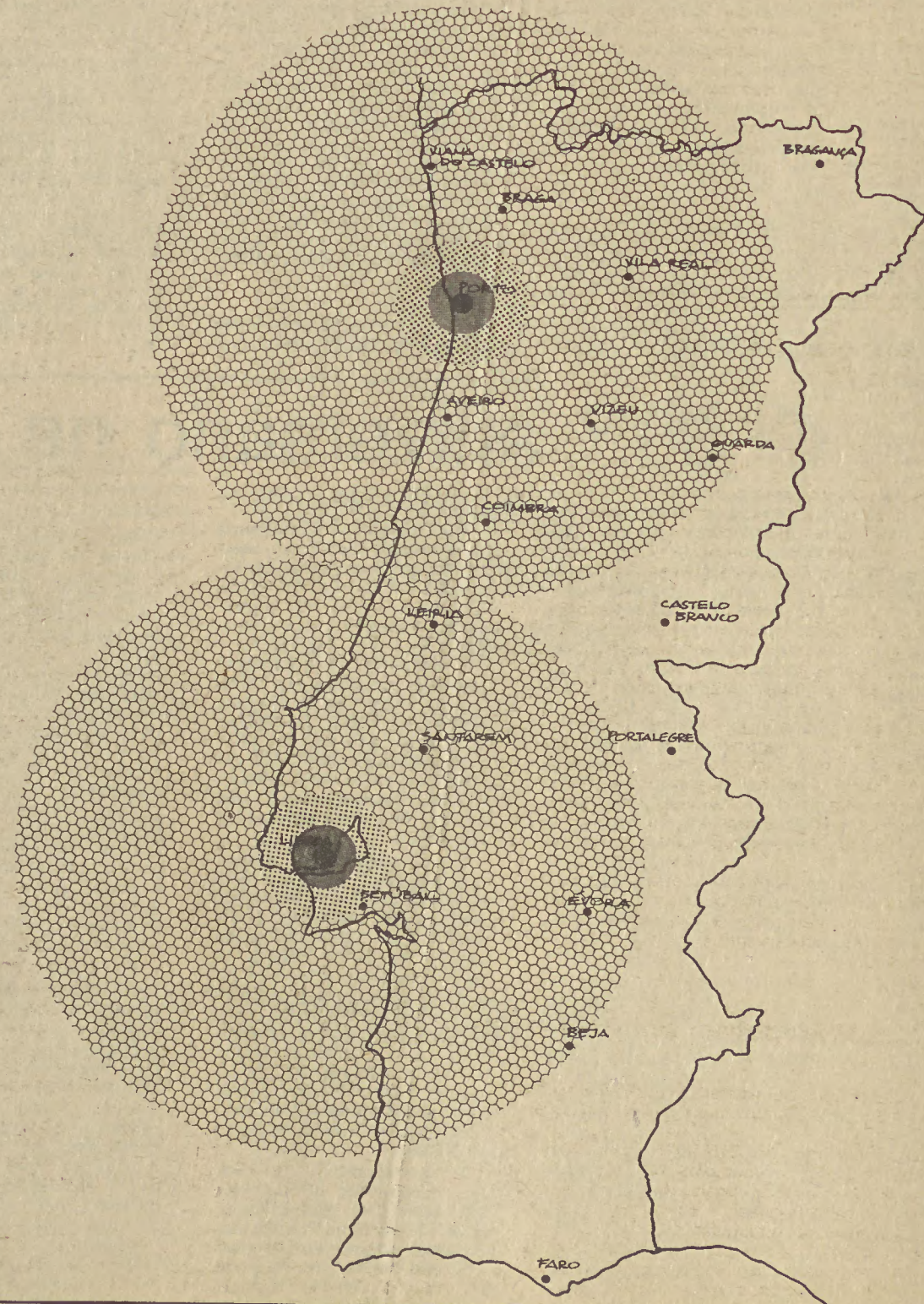
Ex-Presidentes da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República: Henrique de Barros, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos, José Magalhães Godinho, ex-Provedor de Justiça, Padre Teles Sampaio, Pastor Dimas de Almeida, General Costa Gomes, Igrejas Caeiro, Luzia Maria Martins, Embaixador Mário Neves, Escritores: Fernando Namora, Maria Lamas, Sofia de Mello Breyner, Augusto Abelaira, José Cardoso Pires, José Augusto França, José Gomes Ferreira, Luís Francisco Rebelo, Mário Dionísio, Manuel Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, **Professores Universitários:** Barahona Fernandes, Jacinto Prado Coelho, Pinto Correia, Orlando Carvalho, Maria Lúcia Lepecki, Fernando Pileira Santos, Laginha Serafim, **Juristas:** Aníbal Aquilino Ribeiro, Adélio Pereira André, Gonçalves da Costa, Abranches Ferrão, Alcina Bastos, Vasco de Castro, Araújo Sequeira, **Deputados:**

Carlos Candal, Gomes Cameiro, Anselmo Aníbal, Sousa Marques, **Jornalistas:** Norberto Lopes, Eurico da Fonseca, José Vacondes, Manuel da Silva Costa, Dieter Dellinger, Abel Pereira, José Manuel Nunes, António Valdemar, Pintores e Arquitectos: Carlos Botelho, João Abel Manta, Clementina Cameiro de Moura, Maria Keil, Inácio Peres Fernandes, Nuno Teotónio Pereira, **Engenheiros:** João Cunha Serra, Pedro Arsenio Nunes, Luís Marques do Carmo, **Sindicalistas:** Kalidás Barreto, Manuel Lopes, Alvaro Rana, **Economistas, Investidores, Publicistas:** Manuela Silva, Costa Leal, Carlos Carvalhas, Rui Grácio, Silas Cerqueira, Gaspar Teixeira, Eurico da Costa, Luis Moita, **Musicólogos:** Fernando Lopes Graça, João de Freitas Branco, Vitorino de Almeida, **Associações Cívicas e Religiosas:** Conselho Português para a Paz e Cooperação, Associação para a Cooperação com as Nações Unidas em Portugal, União dos Residentes Antifascistas Portugueses, Movimento Democrático de Mulheres, Base Frente Unitária de Trabalhadores, Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica, Organização

dos Trabalhadores Científicos, CIDAC, Associação Portuguesa de Teatro de Amadores, Associação dos Arquitectos Portugueses, Associação dos Inquilinos Lisbonenses, Terra Viva — Núcleo Ecológico do Porto, Núcleo Ecológico do Liceu Gil Vicente, Núcleo Ecológico do G.D.E. — Banco Fonssecas & Burnay, Movimento Cristão para a Paz, Comunidade Cristã de Base Padre Maximino — Vila Nova de Gaia, Associação Portuguesa de Escritores, Associação Portuguesa de Economistas, Uniceampo-40 — Coop. Prod. Agro-Pecuária, Grupo dos Amigos do Redondo, Associação de Estudantes do Liceu Gil Vicente, Associação de Estudantes da Faculdade de Direito, Associação de Estudantes da Escola Secundária Emídio Navarro, Associação de Estudantes da Escola Secundária Josefa de Obidos, Associação de Estudantes da Escola Secundária de Barreiro, Associação de Estudantes da Escola Secundária Fonseca Beneditos, **Colectividades:** Frente Cultural Popular (Moscavidé), Centro Cultural Popular de Sintra, Grupo Recreativo Centieirense, Federação Portuguesa das

Colectividades de Cultura e Recreio, Sindicatos: União dos Sindicatos de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica e Minas de Portugal, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, Federação Nacional da Função Pública, Sindicato Regional dos Médicos da Região Sul, Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, **Comissões de Trabalhadores e de Moradores:** Coordenadora Distrital das Comissões de Moradores, Comissão de Trabalhadores de Seguros UAP, Conselho de Moradores da Cidade de Lisboa.

No decorrer da sessão foram anunciadas novas adesões, nomeadamente as de Teresa Santa Clara Gomes, coronel Melo Antunes, comandante Martins Guerreiro, brigadeiro Pezarat Correia, e as de vários elementos do Secretariado da FAUL, do PS, assim como do Secretariado da DORL do PCP.



Poder local

Conferência do PCP sobre o Poder Local Esperam-se muitas intervenções abordando aspectos concretos do trabalho nas autarquias

Entrevista com Carlos Costa sobre a preparação da Conferência

Do debate já em curso, preparatório da Conferência sobre o Poder Local a promover pelo PCP em 21 de Junho próximo, "espera-se sugestões e críticas que enriqueçam os textos de base, que representarão um enquadramento geral de cada tema" — disse-nos Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, que acrescentou: "Mas espera-se, sobretudo, que constituam um incentivo à preparação de novas intervenções que desenvolvam tal ou tal problema ou aspecto e ilustrem as conclusões gerais a que chegamos com experiências concretas". Na entrevista que concedeu ao «Avante!», em que foram também abordados aspectos relacionados com a situação actual nas autarquias, a nível nacional, Carlos Costa salientou "a significativa participação, desde já", nos debates preparatórios, "de eleitos politicamente independentes, de eleitos por outras forças políticas, de técnicos e especialistas que não são militantes do Partido", assegurando que "escutaremos atentamente e teremos em conta as suas opiniões".

— O PCP vai realizar uma Conferência sobre o Poder Local. Quais são os objectivos desta realização e que razões conduzem à sua convocação? Por que não se efectuou ela mais cedo?

— Hoje, sete anos após o derrube das Câmaras e Juntas fascistas e a sua substituição por comissões administrativas democráticas e quatro anos após as primeiras eleições para

que o Governo anuncia numerosas medidas contra o Poder Local, não cumpre a Lei de Finanças Locais, etc. Quais serão os reflexos de tal situação na Conferência?

— Esse será outro dos objectivos da Conferência: chamar muito fortemente a atenção do País para a necessidade de lutar contra tal política. Na verdade, o PCP teve grandes e decisivas responsabilidades, de que, aliás,

A lei de delimitação de responsabilidades do Poder Central e Local em matéria de investimentos que a AD pretende, nada tem que ver com a lei que, com o mesmo nome, todos os partidos, incluindo os que agora compõem a AD, aprovaram em 27 de Julho de 1979.

Nestas condições, a Conferência terá como um dos objectivos a denuncia da ofensiva reacçãoária contra o Poder Local e a mobilização do Partido, das outras forças democráticas e das populações para a luta pela sua defesa, como parte integrante e essencial do regime democrático que a Constituição consagra.

— Mas dessa ofensiva faz parte a proposta do secretário-geral do PPD/PSD de alianças com o PS para afastar os comunistas da área do Poder...

— Sem dúvida que sim. O PCP e os seus aliados na APU têm a maioria e a presidência em 50 Câmaras, 44 das quais com a maioria absoluta; têm igualmente a maioria e a presidência em 310 freguesias, além de terem mandatos em mais 82 Câmaras e em 264 Assembleias Municipais, num total de mais de 9000 mandatos em todos os órgãos de Poder Local. Se estes números demonstram as grandes responsabilidades do nosso Partido, explicam também as preocupações das forças reacçãoárias. Entretanto, as propostas do secretário-geral do PPD poderão ter também outras razões, mais ligadas a questões de política geral. Em todo o caso, parece oportuno salientar que sempre que o PS se aliou à direita para derrubar órgãos autárquicos de maioria APU, perdeu votos e mandatos



de forma espectacular. Poderíamos citar numerosíssimos exemplos. Os recentes resultados das eleições em Santa Marinha do Zêzere são mais uma expressão de tal facto, que constitui um sério aviso para o PS. Mas os resultados destas e de praticamente todas as eleições que se realizaram para órgãos autárquicos depois de anteriormente a APU ter neles estado em maioria mostram também que, quando as populações têm a oportunidade de apreciar a gestão da APU, reconhecem a sua superioridade, designadamente através do voto.

Essa superioridade de gestão ressaltará, certamente, de forma ainda mais nítida, na Conferência que vamos realizar.

— Mas isso significa que as eleições autárquicas de 1982 serão debatidas na Conferência?

— A Conferência contribuirá para melhorar o nosso trabalho nas autarquias e, nesse sentido, poderá ter algum reflexo eleitoral. Entretanto, não está previsto qualquer debate específico sobre as eleições. De resto, nós procuramos obter bons resultados eleitorais para podermos dar uma maior contribuição para resolver os problemas das populações e não dar essa contribuição para obter resultados eleitorais. Isto não significa que no trabalho corrente do Partido e da APU não se deve, desde já, tratar dos problemas que as eleições de 1982 vão necessariamente levantar.

— Mudando de assunto. Sendo a Conferência uma iniciativa nacional, como se processa a sua preparação?

— Em primeiro lugar, em todas as reuniões, encontros, plenários que se têm vindo a realizar ou

Desse debate esperam-se sugestões e críticas que enriqueçam os próprios textos de base, que representarão um enquadramento geral de cada tema; mas espera-se, sobretudo, que constituam um incentivo à preparação de novas intervenções que desenvolvam tal ou tal problema ou aspecto e ilustrem as conclusões gerais a que chegamos com experiências concretas.

Assim, creio que se pode afirmar que a preparação da Conferência, como é típico do estilo de trabalho do Partido, se caracterizará por uma elevada democraticidade e participação, um grande trabalho colectivo e uma grande capacidade de iniciativa dos militantes e organizações. Gostaria também de salientar, uma vez mais, a significativa participação, desde já, de eleitos politicamente independentes, de eleitos por outras forças políticas, de técnicos e especialistas que não são militantes do Partido. Atodds agradecemos desde já a sua colaboração e todos podem estar certos que escutaremos atentamente e teremos em conta as suas opiniões.

— A situação dos comunistas nos órgãos de Poder Local é substancialmente diferente no norte, no centro e no sul do País, bem como nas Regiões Autónomas. Como é que isso se reflecte na preparação e na participação da Conferência?

— É evidente que o peso da contribuição dos camaradas do Alentejo, Setúbal, Ribatejo ou Lisboa para a Conferência não será rigorosamente o mesmo dos camaradas das Beiras, do Norte ou das Regiões Autónomas. Na distribuição dos temas gerais, as diferentes situações foram tidas em conta.

Não foi por acaso que, por exemplo, temas como saneamento básico, saúde, segurança social, cultura, foram atribuídos a Setúbal e ao Alentejo e sobre autarquias e turismo ao Algarve, enquanto o tema sobre as autarquias e a defesa das liberdades foi atribuído à Beira Litoral.

De resto, nem no Norte, Centro e Regiões Autónomas estamos sempre em minoria, nem no Alentejo ou Setúbal, e muito menos no Algarve, estamos sempre em maioria. Mas é a maior vantagem que, onde estamos em minoria, os camaradas conheçam a experiência do trabalho nas autarquias em que estamos em maioria, assim como a afirmação inversa é igualmente verdadeira. Aliás, temos experiências notáveis de gestão de autarquias do Norte e Centro em que o PCP é maioritário, assim como é da maior importância a experiência das camaradas que trabalham em autarquias em que estamos em minoria. Por estas razões, todas as organizações do Partido debaterão todos os temas. Uma visão global das situações, problemas e diversidade de soluções elevará o nível do trabalho de cada um.

«O PCP e os seus aliados na APU têm a maioria e a presidência em 50 Câmaras, 44 das quais com a maioria absoluta; têm igualmente a maioria e a presidência em 310 freguesias, além de terem mandatos em mais 82 Câmaras e em 264 Assembleias Municipais, num total de mais de 9000 mandatos em todos os órgãos do Poder Local. Se estes números demonstram as grandes responsabilidades do nosso Partido, explicam também as preocupações das forças reacçãoárias».

«A experiência e o conhecimento dos problemas que o PCP acumulou representam um riquíssimo património. Mas é agora necessário, através de uma grande reflexão e debate colectivo, aprofundar, generalizar e divulgar, de forma sistemática, esta experiência e conhecimentos para, assim, elevarmos ainda mais o nível do nosso trabalho nas autarquias em defesa dos interesses das populações».

«Nós procuramos obter bons resultados eleitorais para podermos dar uma maior contribuição para resolver os problemas das populações, e não dar essa contribuição para obter resultados eleitorais».

«Creio que se pode dizer que a preparação da Conferência, como é típico do estilo de trabalho do Partido, se caracterizará por uma elevada democraticidade e participação, um grande trabalho colectivo e uma grande capacidade de iniciativa dos militantes e organizações».

— Nestes debates prévios à Conferência e na Conferência participam apenas eleitos das autarquias ou participam também camaradas não eleitos?

— Os problemas que às autarquias compete resolver dizem respeito a toda a população e não apenas aos eleitos. Portanto, quer nas discussões, quer na Conferência, participam e participarão camaradas eleitos e não eleitos. E de admitir mesmo que, como delegados

à Conferência, participe um número de não eleitos sensivelmente igual ao número de eleitos.

Mas o essencial, neste momento, é que se cumpra a recomendação do Comité Central no sentido de que os militantes e organizações se empenhem activamente nos trabalhos preparatórios da Conferência para que esta possa corresponder às grandes responsabilidades do Partido, quer no Poder Local, quer em toda a vida nacional.

Dezenas de textos em discussão

No final da semana passada já tinham sido enviados às organizações do Partido, para debate, projectos de textos-base sobre: As autarquias e a defesa das liberdades democráticas; Relações entre órgãos de poder local; Descentralização das Câmaras para as Juntas de Freguesia; Informação às populações; Concelhos Municipais; Reorganização de Serviços; Obras por administração directa; Finanças locais; Política de crédito aos municípios; As autarquias e a habitação; As autarquias e a cultura; As autarquias e a cultura física e desporto; As autarquias e a juventude; As autarquias e a ocupação de tempos livres das crianças em idade escolar; As autarquias e os deficientes; As autarquias e o turismo; As autarquias e o desemprego; As autarquias e a Reforma Agrária; As autarquias e os baldios; As autarquias e o abastecimento público.

Já foram recebidas na Comissão Organizadora textos relatando experiências concretas sobre: Reorganização de serviços; Obras por administração directa; Recuperação de zonas de construção clandestina; Tempos livres; Trabalho de freguesias; Relações com os trabalhadores das autarquias.

órgãos autárquicos realizadas depois do 25 de Abril, pode dizer-se que a experiência e o conhecimento dos problemas que o PCP acumulou representam um riquíssimo património. Mas é agora necessário, através de uma ampla reflexão e debate colectivo aprofundar, generalizar e divulgar, de forma sistemática, esta experiência e conhecimentos para, assim, elevarmos ainda mais o nível do nosso trabalho nas autarquias em defesa dos interesses das populações.

Pensamos também que o PCP deve pôr o seu riquíssimo património de conhecimentos sobre o Poder Local ao serviço não apenas de todos os comunistas eleitos, mas também ao serviço de todos os eleitos das autarquias que sinceramente desejam o reforço do Poder Local em benefício das populações. Na verdade, estava de há muito planeado que a intensa vida interna do Partido em torno do trabalho nas autarquias culminasse com a realização de uma Conferência sobre o Poder Local. Só agora, porém, se reuniram todas as condições para tomar esta decisão.

— Entretanto, a Conferência realiza-se num momento em

se orgulha, em todo o processo de instituição do Poder Local. Quer a elaboração dos 30 artigos da Constituição relativamente ao Poder Local, quer a elaboração da Lei das Autarquias, da Lei de Finanças Locais e a luta pela aprovação de uma justa lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos verdadeiramente descentralizadora, são inseparáveis da acção e do empenhamento do Partido. Hoje, com o Governo AD, todas essas conquistas estão em causa. Assim, no quadro da revisão constitucional, a AD pretende pôr termo à eleição directa e ao sistema de representação proporcional na eleição das Câmaras Municipais, eliminar os Conselhos Municipais e restringir os direitos das Comissões de Moradores face ao Poder Local. No quadro da revisão da Lei das Autarquias, pretende diminuir o número de eleitos e a democraticidade dos órgãos autárquicos e, assim, limitar a participação das populações e das forças democráticas no exercício do Poder Local. Depois do novo roubo de 36 milhões de contos às autarquias, anuncia-se já a revisão da Lei de Finanças Locais, de forma a regressar-se ao sistema da distribuição de verbas sem critério, de forma burocrática e discriminatória.

Oportunismo e corrupção do PPD em Santa Cruz

Os senhores do PPD na Junta de Freguesia de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira, continuam a dar que falar. As "histórias de pasmar" em que figuram são tantas que cada vez a população pasma menos e se indigna mais.

Foi o que aconteceu recentemente com o desvio de 20 sacos de cimento da Junta para a casa do secretário da mesma, do PPD, claro. O desvio de material, bem como outros para outros locais, tem sido apresentado como um "empréstimo". Só que tais "empréstimos" são feitos à revelia da Assembleia de Freguesia, cujos membros não foram vistos nem achados no assunto.

Acresce ainda que o mesmo secretário (PPD) costuma utilizar mão-de-obra dos trabalhadores da Junta em proveito do próprio e de amigos, como sucedeu em Novembro do ano passado quando três trabalhadores da autarquia estiveram durante uma semana a cavar do os caboucos da casa de um familiar, pagos a tempo inteiro pela Junta de Freguesia!

Curioso de assinalar são as diligências feitas por aquele eleito do PPD quando soube que estes factos chegaram ao conhecimento da APU. Como se denuncia num comunicado do Povo Unido da Madeira, o secretário achou por bem "explicar" que o cimento havia sido emprestado (onde está a autorização?) e os trabalhadores "cedidos", sem prejuízo da Junta. As "explicações" foram acompanhadas de ameaças de despedimento dos referidos trabalhadores caso não encobrissem as suas (dele) vigarices.

Só que, como salienta o comunicado da APU, as ameaças e pressões (que são métodos habituais do PPD) já não resultam como no tempo da "outra senhora". Mais tarde ou mais cedo as falcatruas aparecem e as populações vão descobrindo o oportunismo e corrupção daqueles em quem votaram. Por engano.

Comissões de Moradores em Plenário Distrital

A Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do distrito de Lisboa vai realizar um Plenário Distrital no próximo sábado, dia 4 de Abril.

Os trabalhos, que se realizam no Salão do Centro Social do Concelho, são abertos a todos os membros das Comissões de Moradores de Lisboa e têm por objectivo analisar a situação daquelas organizações populares em cada freguesia e concelho, bem como as formas de ligação e participação nas autarquias locais.

Da ordem de trabalhos fazem ainda parte as iniciativas para as comemorações de Abril e 1.º de Maio, bem como a aplicação da Lei de Finanças Locais e o problema das armas nucleares em Portugal.

Ao serviço das populações

Encontros em Matosinhos, Guarda e Santo Tirso

Preocupada em dar resposta, formular propostas e avançar resoluções para os problemas do povo do concelho, a APU de Matosinhos levou a efeito no passado domingo, dia 29 de Março, um Encontro de Eleitos e Activistas, que procedeu ao balanço nelas desenvolvida pelos eleitos da APU.

Entre outras conclusões, o Encontro observou que a política desenvolvida pela Câmara não tem respondido a muitos dos problemas de fundo do concelho e dos municípios. A maioria PS/AD envolve em irregularidades com forte suspeita de corrupção, não tem dignificado o Poder Local. Distanciando-se cada vez mais dos problemas da população, a sua prática diária tem privilegiado a demagogia e o compadrio e a promoção pessoal nas atitudes e nas influências que maneja ao nível dos órgãos de comunicação social. Naquilo que de concreto se liga aos problemas e aspirações do povo do concelho, a Câmara vai decidindo no sentido oposto ao dos interesses populares.

Quanto à gestão dos diversos pelouros, ela foi diferente de caso para caso mas caracterizou-se de modo geral

pela falta de concretização de promessas, pela falta de planeamento, casos de desleixo, por concepções elitistas e procedimentos demagógicos.

Diferente foi o trabalho desenvolvido nos pelouros de responsabilidade da APU, que se têm caracterizado pelo dinamismo, o diálogo, tendo-se registado um saldo muito positivo na sua actividade.

No que se refere à Assembleia Municipal, o Encontro constatou que a imagem dinâmica deste órgão resulta mais do papel desempenhado pela APU do que da acção ou influência numérica esmagadoramente maioritária do PS e da AD.

Foi feito o balanço da actividade dos diversos órgãos autárquicos de que fazem parte, e analisadas as principais carências e dificuldades com que se debatem.

Neste sentido, foi aprovada uma moção de protesto contra

a decisão do Governo em retirar 36 milhões de contos às autarquias em todo o País e cerca de 1 milhão e meio ao distrito da Guarda, o que irá impedir a realização de diversas obras do interesse das populações.

Foi ainda discutida a participação dos eleitos do PCP e da APU na preparação da Conferência Nacional sobre poder local a realizar em 21 de Junho em Almada.

Nesse sentido, importa assinalar a disposição para intensificar o trabalho nos órgãos autárquicos de uma forma global, independentemente da sua composição, reafirmando a política de unidade entre os eleitos, na base da resolução dos problemas concretos, por forma a impedir alianças prejudiciais à satisfação das carências locais.

Os camaradas eleitos pela APU no Algarve manifestaram também o seu propósito de desenvolver e aprofundar as características de honestidade e respeito a cada momento e respeitante a cada órgão, considerando para tal a máxima importância incentivar a discussão colectiva dos problemas entre os eleitos.

Nas conclusões do Plenário algarvio afirma-se também a necessidade de desenvolver todos os esforços para combater e denunciar pública e oportunamente os casos de corrupção e compadrio, prática de algumas autarquias, que favorecem interesses egoístas e especulativos de grupos ou pessoas em prejuízo das aspirações e interesses vitais das populações residentes.

Salientando a necessidade de estreitar os contactos dos eleitos com a população, os participan-

Trabalhar mais e melhor

propõem-se no Algarve os eleitos da APU

A resolução dos principais problemas sentidos pelas populações é o objectivo primeiro dos comunistas eleitos para os órgãos de poder local. Esta preocupação, presente em todos os encontros de balanço de actividade dos quadros do PCP nas autarquias, ficou bem expressa no recente Plenário Regional do Algarve, cujas conclusões apontam para a melhoria, em qualidade e quantidade, do trabalho desenvolvido.

Nesse sentido, importa assinalar a disposição para intensificar o trabalho nos órgãos autárquicos de uma forma global, independentemente da sua composição, reafirmando a política de unidade entre os eleitos, na base da resolução dos problemas concretos, por forma a impedir alianças prejudiciais à satisfação das carências locais.

Os camaradas eleitos pela APU no Algarve manifestaram também o seu propósito de desenvolver e aprofundar as características de honestidade e respeito a cada momento e respeitante a cada órgão, considerando para tal a máxima importância incentivar a discussão colectiva dos problemas entre os eleitos.

Nas conclusões do Plenário algarvio afirma-se também a necessidade de desenvolver todos os esforços para combater e denunciar pública e oportunamente os casos de corrupção e compadrio, prática de algumas autarquias, que favorecem interesses egoístas e especulativos de grupos ou pessoas em prejuízo das aspirações e interesses vitais das populações residentes.

Salientando a necessidade de estreitar os contactos dos eleitos com a população, os participan-

tes no Plenário apontaram também o interesse de desenvolver uma política de informação regular junto das populações, nomeadamente através de boletins informativos.

Os camaradas do Algarve concluíram ainda da necessidade de fazer frente à ofensiva da direita contra o poder local, nomeadamente pela não desvirtualização da legislação em vigor, bem como pela luta por novas medidas descentralizadoras.

Por outro lado, os participantes no Plenário propõem-se acompanhar atentamente a actividade dos chamados órgãos exteriores do MAI e outros — Comissão de Saneamento Básico do Algarve, Comissão de Coordenação Regional do Algarve, Comissão Regional de Turismo do Algarve — destinados a usarem atribuições, competências e verbas às autarquias e a instituir de novo a centralização à semelhança do passado fascista.

Os camaradas consideraram também ser indispensável melhorar o funcionamento da organização do Partido no acompanhamento quer aos eleitos quer ao conjunto de problemas suscitados por esta frente de trabalho, bem como ligar cada vez mais a acção dos eleitos do PCP às organizações concelhias e de freguesia do Partido.

A «AD» em Belém afinal já não se demite!

A Freguesia de Belém, em Lisboa, continua a dar que falar. Com o despoletar do escândalo da Feira de Belém, os eleitos da «AD» na freguesia andaram numa roda viva para lavar as mãos do assunto (como aliás fez a Câmara de Lisboa), chegando mesmo a anunciar a sua demissão para não arcarem com as consequências da sua irresponsabilidade.

Após várias semanas de impasse na vida da autarquia, interrompida pela demissão não formalizada legalmente dos membros da «AD» na Assembleia de Freguesia de Belém, onde detém a maioria absoluta, aquele órgão reuniu finalmente na passada quinta-feira, esperava-se, resolver a situação.

O presidente da mesa tinha já na sua posse os pedidos de renúncia dos mandatos dos membros da lista da «AD», aliás largamente anunciados na Imprensa.

Qual não é pois o espanto das cerca de cem pessoas que assistiam à reunião da Assembleia de Freguesia quando os eleitos da «AD» anunciam que afinal já não se demitem!

A «explicação» dada é que as suas demissões estavam dependentes da «solução» do caso da Feira de Belém, e como a edilidade já tinha encontrado uma, deixava de haver razão para concretizarem a decisão tomada.

Este «volte-face» da «AD» na Assembleia de Freguesia de Belém — numa manifesta falta de respeito pela população e pelas

mais elementares regras da vivência democrática — surge assim como consequência da anunciada decisão da Câmara Municipal de Lisboa de mandar demolir a Feira, remetendo para a Junta de Freguesia a resolução do problema dos contratos com os comerciantes proprietários das barracas a demolir.

Este jogo do «demito-me mas já não me demito porque só me demito se...» foi, como era de esperar, muito mal aceite pela população da freguesia. Porque com coisas sérias não se brinca, embora a «AD» pareça pensar o contrário.

De assinalar a estranha «segurança» que rodeou a realização desta sessão da Assembleia de Freguesia — «meninos» centristas, um carro da Câmara e um «jeep» com elementos da Polícia Municipal — que de tão invulgar teve a pensar como a «AD» se

propunha calar uma possível reacção popular às suas manobras...

Só que a população tem outro meios que não a violência para resolver os problemas que a afectam, e não se esqueça disso. Para já, foi-lhes chamando o que são: aldrabões e vigaristas, para não dizer mais.

A solução

A solução para a Feira de Belém entretanto anunciada pela Câmara Municipal de Lisboa foi a decisão de mandar retirar a vedação de arame que envolve o recinto e a demolição das construções efectuadas, abrangidas pelo parecer da Comissão «Ad Hoc» do Instituto Português do Património Cultural.

Sacudindo a água do seu capote, a Câmara Municipal de Lisboa responsabiliza exclusivamente a Junta de

Freguesia de Belém pela iniciativa da Feira, sublinhando «nada ter a ver, por deles não ser parte» com os meios que não a violência para resolver os problemas que a afectam, e não se esqueça disso. Para já, foi-lhes chamando o que são: aldrabões e vigaristas, para não dizer mais.

Na nota distribuída, a edilidade afirma que «não é previsível a instalação de pavilhões de artesanato ou pequeno comércio no futuro centro de recepção da XVII Exposição Europeia de Arte, a instalar no local», declarando no entanto que a Câmara «desenvolverá os seus melhores esforços para instalar os comerciantes lesados noutros locais de diversão da cidade, designadamente na área de expansão prevista no presente ano na Feira Popular de Lisboa».

A nota refere ainda que serão consideradas «na medida do possível e pela ordem de entrada, as solicitações apresentadas por interessados

por intermédio da Junta de Freguesia a partir desta data e num prazo de dez dias e que considerem integralmente cumpridas todas as obrigações contratuais decorrentes do contrato estabelecido com a freguesia Junta».

Os comerciantes implicados na Feira terão certamente uma palavra a dizer sobre o assunto. Entretanto, é de assinalar que a Câmara afirma agora que a situação criada em Belém «impõe a tomada de medidas urgentes com vista à recuperação de toda a zona afectada». Quando em Outubro do ano passado a opinião pública manifestou a sua indignação pela degradação da zona envolvente dos Jerónimos a «AD» andava lá ocupada na demagogia eleitoral que nem ouviu. Ou será que ouviu e fez oulhas moucas, até ao contar dos votos?

Movimento comunista

XII Congresso do PC Búlgaro

Melhoria insofismável das condições de vida do povo búlgaro

“O futuro da Humanidade pertence à paz e só à paz” — afirmou o camarada Todor Jivkov, secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, durante a primeira sessão do XII Congresso do PCB que antecedeu o começo em Sofia, no Palácio dos Congressos.

A primeira sessão, presidida pela camarada Tsola Dragoitcheva, membro do Bureau Político do CC do PCB, foi preenchida pela leitura do “Relatório de Atividades do Comité Central do PCB, antes do XII Congresso e os Planos Futuros” — relatório que foi lido pelo camarada Todor Jivkov.

Os trabalhos do Congresso começaram pontualmente às nove horas com os 1658 delegados, e os milhares de convidados nacionais e estrangeiros gritando “PBK-PBK” — as iniciais do Partido Comunista Búlgaro — ao mesmo tempo que batiam palmas ao ritmo desta palavra de ordem.

Pela primeira vez o Palácio dos Congressos abriu-se ao público.

Desde as escadas rolantes até à iluminação feérica que nos faz pensar que no exterior está a anotar, tudo aquilo impressiona pela sua grandeza. Decorado em tons de azul, com cadeiras vermelhas e um aproveitamento de madeiras claras envernizadas, a sala onde

sontam mais de 800 000 comunistas búlgaros.

Após a eleição do Secretariado do Congresso, da Comissão de Redacção e da Comissão de Mandatos, eleitos por unanimidade, o camarada Todor Jivkov leu o Relatório do Comité Central. Mas antes, referiu-se aos militantes comunistas e aos revolucionários que desde o último Congresso tombaram

1956 do Comité Central, que lançou a Bulgária no desenvolvimento acelerado.

Após enumerar as alterações verificadas em relação a 1970 e que provam ter o povo búlgaro dado um salto enorme quanto às suas condições de vida, o camarada Jivkov dizia que “o Comité Central e as outras direcções do partido tomam medidas para ultrapassar os defeitos, para resolver em tempo útil os problemas em suspenso. Atribuímos — acrescentou — uma grande importância à discussão leal dos defeitos e dos erros cometidos não só porque isso

ajuda melhor a descobrir as causas que estão por detrás, mas também por que essa discussão mobiliza todo o partido e todos os trabalhadores para as ultrapassarem”.

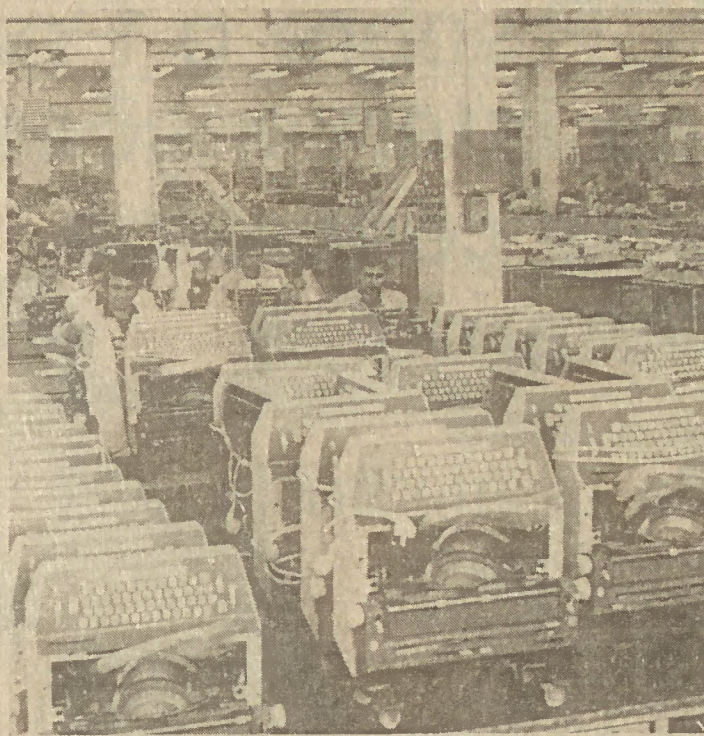
A luta ideológica

Após se debruçar mais detalhadamente sobre as questões

por Torres Rodrigues
nosso enviado especial

económicas e sociais, o camarada Jivkov abordou depois de uma maneira frontal a vida do Partido.

E dizia a certa altura: “A aparição de novos problemas exige sérias mudanças no tom e no estilo de propaganda e da agitação. As declarações grandiloquentes,



Um exemplo do desenvolvimento industrial e tecnológico: as máquinas de escrever búlgaras «Maritsa» são exportadas para mais de 30 países

a vaidade enganadora, as palavras ocas estão não só deslocadas como são intoleráveis. Devemos ser concretos, concisos, tomar a responsabilidade das nossas palavras

e traduzi-las por actos, fazer prova de franqueza no diálogo com as pessoas”.

“É necessário assegurar um rápido eco ideológico — afirmou depois o camarada Jivkov. Em cada organização do Partido, em cada colectivo, aparecem problemas de carácter local,

nacional e internacional, para as quais são precisas uma explicação e uma resposta ideológica. Em casos como este, é preciso não ficar à espera das instruções “de cima” mas desenvolver imediatamente um diálogo com as pessoas. Só assim se pode prevenir as interpretações contranatura e estranhas à nossa ideologia, bem como factos e acontecimentos indecifráveis e provocar uma reacção ideológica e de classe correcta”.

A luta pela paz

A terminar a leitura do relatório o camarada Jivkov abordou a evolução da situação internacional e a política externa do Partido.

Começando por referir que os



A agricultura é uma das principais fontes de rendimento do país

últimos anos foram anos de vitórias e sucessos para a causa da paz, recordou o programa de paz elaborado pelos 24.º e 25.º Congressos do PCUS, programa que não responde só aos interesses do povo soviético mas também aos interesses vitais de toda a Humanidade.

Sobre este assunto diria ser necessário “desenvolver novos esforços e promover novas iniciativas a todos os níveis e em todas as partes do mundo para garantir a existência pacífica da Humanidade”.

Por último, reafirmando a linha da solidariedade internacional a que o PCB não se furta, o camarada Jivkov, recordou que a República Popular da Bulgária sempre foi, e será um membro fiel da comunidade socialista, acrescentando mais adiante:

“Inspirados pelos princípios do internacionalismo socialista exprimimos a nossa solidariedade fraternal e o nosso apoio ao Partido Operário Unificado Polaco e a todos os verdadeiros patriotas polacos. Expressimos a profunda certeza de que o Partido dos comunistas polacos e o povo polaco saberão dar uma resposta decidida à reacção interior e internacional e que eles conseguirão fazer a Polónia sair da crise e assegurar o desenvolvimento futuro do socialismo na República Popular da Polónia”.

Esta intervenção do camarada Jivkov foi acolhida por uma prolongada salva de palmas por parte dos delegados e convidados ao Congresso.

Os trabalhos continuaram na tarde de terça-feira e durante a manhã de quarta-feira com sessões plenárias, seguindo-se depois os trabalhos das secções.

O povo búlgaro segue atentamente (sem alterar o seu ritmo de vida) a reunião magna dos comunistas

É reconfortante regressar a um país quase dois anos depois e verificar que a generalidade dos preços não aumentaram. E mais reconfortante isso se toma quando esse país é um país socialista — a Bulgária. É precisamente neste país onde na terça-feira passada começaram os trabalhos do XII Congresso do Partido Comunista Búlgaro, que este ano apresenta algumas inovações, como seja o facto de os trabalhos não decorrerem unicamente em sessões plenárias, como sucedeu nos anteriores Congressos, mas nalguns casos realizaram-se por secções especializadas.

Deste modo, cinco secções abrangendo os seguintes temas (questões ideológicas, económicas, actividade do partido, ciência e arte e a vida do partido) funcionaram na tarde de ontem e prosseguiram esta manhã. Discussão que a televisão búlgara transmite em directo, assim como das sessões plenárias, com excepção, unicamente, da sessão destinada a eleger o novo Comité Central, o Bureau Político e o Secretariado, bem como o Secretário-Geral.

Na segunda-feira passada chegaram as últimas delegações de partidos irmãos e de partidos operários e movimentos de libertação convidados a assistirem aos trabalhos do Congresso, entre as quais se contava a delegação do Partido Comunista Português; constituída pelos camaradas Joaquim Gomes e Abílio Martins, respectivamente membros do Secretariado e da Comissão Política, e do CC do PCP. Amanhã, a delegação portuguesa, a exemplo do que sucederá com as restantes, terá oportunidade de visitar um importante empreendimento búlgaro.

Sófia — uma cidade decorada para o Congresso

Mal o visitante sai do aeroporto de Sófia, capital da Bulgária, depara com uma profusa decoração de bandeiras nacionais e do partido e ainda com grandes painéis alusivos ao XII Congresso do PCB.

Por toda a parte se faz sentir este ritmo de cor e os mais altos edifícios ostentam igualmente a toda a altura grandes faixas com as cores nacionais ou do partido.

Pode-se dizer que não é uma decoração opressiva. A vida é alegre e despreocupada na cidade, com grupos de jovens a passearem ao fim da tarde ou as aglomerações de cidadãos a verem as montras das lojas, bem fornecidas, algumas delas com os mais luxuosos produtos importados de França, Itália ou Inglaterra.

A rádio, por seu turno, se nos horários habituais dos noticiários comenta o que se passa com os trabalhos do Congresso, nem por isso faz dessa informação uma repetição cansativa e o noticiário internacional ocupa a maior parte do tempo do espaço dedicado

à informação. Durante o resto do tempo sucedem-se as canções e as músicas búlgaras mas também e em força as melodias ocidentais. No último domingo, como em Portugal, durante a tarde a rádio transmitiu os relatos de futebol, assunto que apasiona os búlgaros (e as búlgaras), febre que se estende às apostas desportivas — o “toto”, como aqui se chama. Entretanto, nos últimos dias que antecederam o Congresso todo um trabalho suplementar foi feito, principalmente no que diz respeito ao acabamento do Palácio dos Congressos, local onde se vai realizar esta importante reunião de todo o Partido Comunista Búlgaro.

Obra prima de arquitectura, não ficará apesar de tudo concluído no seu todo visto ser humanamente impossível encetar um trabalho de tal envergadura para o acabar ao fim de três anos — as escavações começaram em Maio de 1978. Contudo, o seu aspecto exterior e de uma obra concluída e apenas alguns acabamentos e pequenas salas não estarão terminados no início do Congresso.

Aliás, este imponente (mas não pesado) edifício constitui hoje ponto de romaria tanto para os habitantes de Sófia como dos outros locais do país. A todas as horas se vêem grandes grupos de pessoas que admiram as harmoniosas linhas exteriores.

125 delegações estrangeiras

Foram convidadas a assistir aos trabalhos do XII Congresso 125 delegações estrangeiras, prova evidente da importância que o Partido Comunista Búlgaro atribui a este acontecimento.

Intensificar — pode ser a palavra de ordem que melhor se aplica à orientação que se pretende imprimir no próximo quinquénio. Intensificar a produção, mas intensificar igualmente as regalias sociais.

Vale a pena referir que às propostas de Teses do XII Congresso foram sugeridas, após a discussão pública, mais de 68 466 alterações. Esta discussão não se processou apenas no interior do partido e veio a público através de uma iniciativa do órgão central do PCB — «Rabotnichesk Delo» — que criou uma secção especial para a discussão antecedendo o Congresso. Esta iniciativa contou com a participação de 11 652 leitores que enviaram cartas. Não missivas concordantes mas missivas que levantavam problemas, que faziam sugestões.

Durante uma conferência de imprensa dada pelo camarada Stoián Mikhailov, secretário do CC do PCB foi explicado o que é a linha de Abril do partido — e que fundamentalmente foi o eliminar das violações da vida social que durante algum tempo ocorreram na Bulgária sob o culto da personalidade. Desde Abril de 1956 — data em que o Comité Central do PCB sob a direcção do camarada Todor Jivkov avançou neste caminho, até ao presente, tudo se modificou.

Para não entrarmos numa relação exaustiva de números basta dizer que naquela época a capitação de carne era de 26 kg e em 1980 atinge os 61 kg. O consumo de ovos passou de 69 naquela data para 200 no ano passado. Aumentos semelhantes se verificam em todos os géneros.

Mas o Partido não se sente satisfeito. E pensa que muito mais pode ser feito tanto neste sector como nos sectores mais variados, desde os transportes à indústria pesada, como na indústria mais sofisticada.

E se é certo que nestes dois últimos sectores muito já foi feito, nem por isso os búlgaros se sentem realizados. Uma das fábricas que os jornalistas estrangeiros visitaram dedica-se ao fabrico de elementos para a indústria electrónica utilizados depois na montagem de aparelhos de televisão, computadores ou relógios de quartzo, entre outros. Aqui nesta fábrica produzem-se cristais de quartzo, o que coloca a Bulgária entre os únicos seis países do mundo que tem tal tecnologia. Mas também ali se notava o desejo de avançar ainda mais.

A palavra de ordem intensificar está também presente entre o cidadão búlgaro comum. Com um nível de vida que cresce de ano para ano, ele corresponde e pressiona para que a Bulgária escancare de par em par as portas do futuro.

A situação na Polónia

Na conferência de imprensa atrás referida a questão da Polónia surgiu com uma pergunta do correspondente da Reuter. Se julgava levantar um assunto “tabu” não conseguiu os seus intentos pois a imprensa búlgara tem dado bastante destaque ao que se passa na Polónia, com informações diárias dos acontecimentos que ocorrem naquele país.

A resposta do camarada Stoián Mikhailov foi sem rodeios. Começando por fazer referência a certos erros do partido-imão polaco, salientou que esses erros conduziram ali a uma crise profunda, que não se tem atenuado, antes se agrava em certos aspectos.

A propósito disso referiu as últimas instruções do sindicato Solidariedade dirigidas às suas secções locais no intuito de serem cortadas as telecomunicações, eliminadas as direcções das empresas, afastar os operários que se opõem à greve, entre outras acções previstas para a paralisação — que viria a ser desconvocada — de terça-feira última.

Recordou que estes erros cometidos foram aproveitados por forças anti-socialistas no país que actuam com forças anti-socialistas do exterior. Salientou, contudo, a finalizar este assunto, que a solução do problema deveria ser resolvida no âmbito dos trabalhadores e do povo polaco.

O papel da imprensa

Um outro assunto que o camarada Stoián Mikhailov focara antes foi o papel da imprensa búlgara na resolução dos problemas e na crítica do que está mal. A propósito deu um exemplo recente:

Nos grandes armazéns GUM dois directores tinham sido afastados e a organização local do partido dissolvida em virtude de naqueles armazéns se estar a guardar certo tipo de artigos para serem vendidos aos amigos. Esta situação foi denunciada por um semanário humorístico da capital, o «Starxel» — «A Vespa», em português — o que deu origem a que a situação voltasse à normalidade. Mas outros casos surgem em que são pedidas responsabilidades a quem não cumpre e a imprensa búlgara — podemos-lo dizer — é feroz quando se trata de criticar ou pedir responsabilidades. Além disso, por determinação governamental, os dirigentes das empresas ou de qualquer outro organismo são obrigados a responder e a fornecer as informações completas num prazo de dois meses caso sejam alvo de qualquer denúncia de uma situação menos correcta que por acaso surja.

Em Novembro último a neve, ao chegar antes da época, apanhou de surpresa os serviços encarregues da limpeza e também a Milícia, organização que também tem a seu cargo a limpeza das ruas. A acção da imprensa ao denunciar a imprevidência dos responsáveis criou a estes muitas dores de cabeça e se este ano, por qualquer imprevisto meteorológico, a neve chegar em Agosto, de certo que os serviços de limpeza não são apanhados desprevenidos.

Entretanto, no próximo número, falaremos das Teses do Congresso, que certamente irão ser aprovadas com algumas alterações.



Todor Jivkov

começaram os trabalhos do congresso tem um ambiente acolhedor. No aspecto técnico tudo foi feito para melhor acompanhar os visitantes estrangeiros nomeadamente os jornalistas, incluindo um sistema de tradução simultânea que prevê 14 línguas.

O Palácio dos Congressos está localizado no centro da cidade de Sofia e encontra-se rodeado por um jardim monumental onde não faltam os extensos lagos e centenas de repuxos. Hoje, como me dizia um búlgaro, Sofia está ao nível das outras cidades mais importantes com este Palácio dos Congressos.

Coincidências importantes

Embora ainda não tivesse sido fomecido o nível etário dos delegados, era visível no entanto a participação de muitos delegados jovens, nomeadamente mulheres.

Estes 1658 delegados representam mais de 800 000 comunistas búlgaros.

e que foram figuras importantes na luta pelo socialismo e pela liberdade. Aleixei Kossiguine e Agostinho Neto foram alguns dos nomes citados e pelos quais pediu um minuto de silêncio.



Após a leitura do Relatório, o camarada Jivkov pôria em destaque algumas coincidências importantes para a Bulgária ao realizar-se este XII Congresso: O facto de ser comemorado este ano o 1300.º aniversário do Estado Búlgaro, o facto de o Partido ter sido fundado há 90 anos e ainda o 25.º aniversário do histórico plenário de Abril de

Saudação do CC do PCP ao CC do PC Búlgaro

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Búlgaro a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Por motivo da realização do XII Congresso do Partido Comunista Búlgaro, acontecimento de grande significado para a República Popular da Bulgária, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do PCB e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador da Bulgária socialista.

Os êxitos alcançados pela República Popular da Bulgária nos domínios político, económico e cultural, na elevação do seu bem-estar material e espiritual de todo o povo, assim como a sua consequente política de paz ao longo de 36 anos de edificação da sociedade socialista são motivo de regozijo para os comunistas e trabalhadores portugueses.

Sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o PCB, a classe operária e o povo búlgaro liquidaram para sempre a exploração de classe, o subdesenvolvimento e o obscurantismo, colocando a sua pátria milenária na dianteira do progresso social. As realizações da República Popular da Bulgária e dos outros países socialistas representam um poderoso estímulo à luta dos trabalhadores e dos povos ainda submetidos à exploração e à opressão capitalista.

O imperialismo e a reacção internacional não se resignam com o crescente desenvolvimento dos países socialistas que contrasta com o aprofundamento da crise do capitalismo e com os triunfos alcançados pelo movimento operário e de libertação nacional de todos os povos e continentes.

Por isso, o imperialismo norte-americano e os círculos mais reacçãoários e agressivos da NATO desenvolvem uma política de confrontação, atacam perigosos focos de tensão em várias regiões do mundo, intensificam a corrida aos armamentos, multiplicam provocações militares directas, chantagens e acções aventureiras, tentando impor a sua vontade hegemónica aos demais povos e fazendo pesar sérios riscos sobre a Humanidade.

Em contraste com uma tal política, as propostas de paz feitas no XXVI Congresso do PCUS assumem particular importância como factor que influenciará positivamente o prosseguimento da luta pelo desarmamento e a coexistência pacífica.

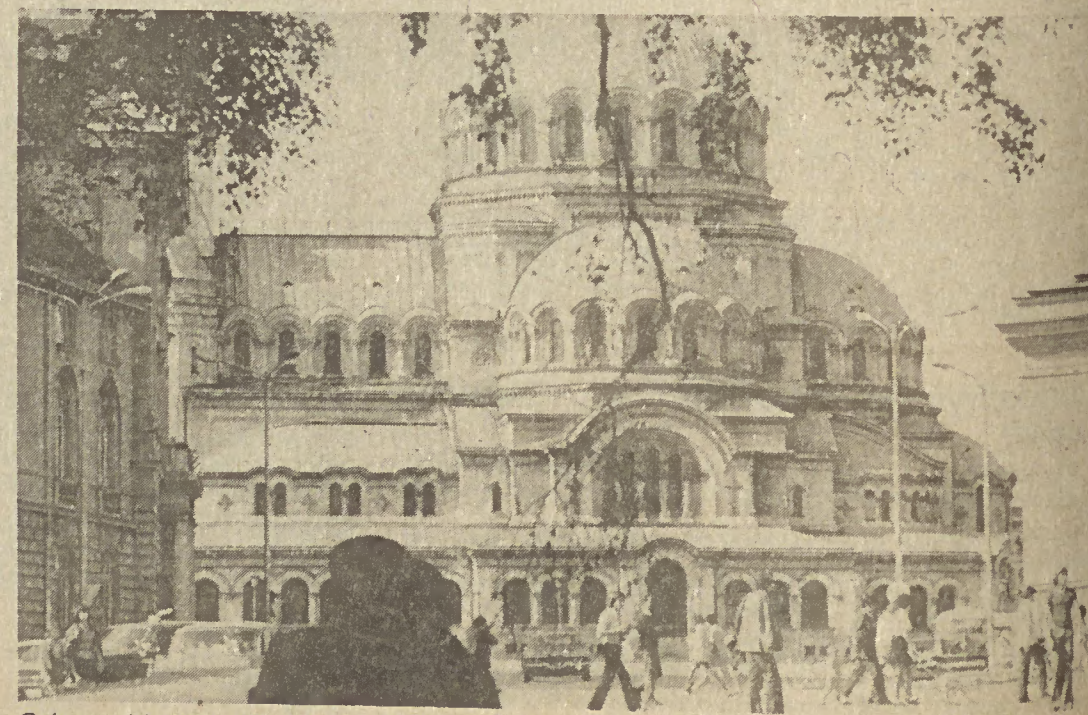
Queridos Camaradas,

Reafirmamos-vos votos sinceros de grandes sucessos na concretização do próximo plano quinquenal para um novo impulso no desenvolvimento socioeconómico e na consolidação e avanço da sociedade socialista rumo ao comunismo. Expressamos a nossa determinação em reforçar os laços tradicionais de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCB, no interesse dos nossos dois povos e países, da unidade do movimento comunista internacional, pela paz, a democracia, o progresso social e o socialismo.

Viva o XII Congresso do Partido Comunista Búlgaro!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro!

Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!



O desenvolvimento turístico atingiu um alto nível na Bulgária. Na foto: a célebre catedral Alexandre Nevski, em Sofia

SEMANA Internacional

25
Quarta-feira

O presidente norte-americano Ronald Reagan desautoriza publicamente o secretário de Estado Alexander Haig, ao nomear o vice-presidente George Bush para o cargo de director da "equipa de crise". ■ Lech Walesa, colocado em minoria no seio da direcção do "Solidariedade", reúne-se com as autoridades polacas em mais uma tentativa para evitar o agravamento da situação na Polónia; Walesa, que teve que ameaçar abandonar o "Solidariedade" para conseguir "permissão" de conversações com o Governo, não conseguiu todavia evitar que fossem marcadas paralizações gerais para sexta e terça-feira próximas. ■ A embaixada da RP de Angola em Paris informa que em 1980 a artilharia e a Força Aérea dos racistas sul-africanos bombardearam 66 vezes o território angolano, tendo ainda organizado 17 desembarques de tropas aerotransportadas e 6 incursões armadas, provocando 209 mortes, 171 feridos e 73 desaparecimentos, para além de enormes estragos materiais. ■ A política financeira anunciada pelo governo italiano chefiado pelo democrata-cristão Arnaldo Forlani desencadeia um movimento de contestação geral que engloba os trabalhadores e o patronato.

26
Quinta-feira

O Partido Comunista Italiano pede a demissão do governo democrata-cristão pela forma inadequada e inepta como tem tratado a economia. ■ O secretário de Estado norte-americano Alexander Haig mostra-se "amado" com a decisão do presidente Reagan em nomear George Bush para "gestor de crise", havendo rumores em Washington de que Haig estaria considerando a hipótese de se demitir. ■ O comité de solidariedade hondurenha para com El Salvador revela que tropas helitransportadas da Junta fascista salvadorenha chacinaram pelo menos 26 camponeses quando estes atravessavam o rio Lempa em direcção às Honduras. ■ Paralisam em Itália todos os transportes públicos, efectuando os trabalhadores a sua segunda greve de 24 horas deste mês por aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho. ■ Elementos da oposição ao presidente ugandês Milton Obote (cuja eleição é considerada por estes fraudulenta) cortam o abastecimento de electricidade a Kampala, silenciam a rádio nacional e atacam a sede do partido no Poder.

27
Sexta-feira

Segundo revela o Pentágono, conselheiros militares dos EUA estão a "operar" em 53 países. ■ Após 16 horas de debates marcados por recriminações mútuas, os ministros da indústria dos países da CEE não conseguem chegar a acordo sobre o modo de combater a crise no sector da produção de aço. ■ Quatro dissidentes do Partido Trabalhista britânico oficializam a criação de um partido "social-democrata". ■ Alexander Haig não desmente directamente que tenha ameaçado demitir-se, limitando-se a dizer que se tratava de "especulação de imprensa" e que travou discussões com o presidente Ronald Reagan sobre o assunto. ■ Uma greve de quatro horas paralisa praticamente toda a actividade da Polónia, à excepção dos serviços essenciais e transportes ferroviários e dos táxis, enquanto milhões de polacos aguardam com ansiedade o recomeço das conversações entre o governo e o "Solidariedade".

28
Sábado

Em mensagem ao cardeal Stefan Wyszyński, primaz da Polónia, o papa João Paulo II afirma saber que "grandes massas do povo trabalhador" na Polónia "desejam trabalhar e não a greve", pelo que o papa apela aos seus compatriotas polacos para que ponham termo às paralisações e salvem a economia. ■ A agência espanhola EFE informa que várias empresas norte-americanas que operam em Angola estão a pressionar a administração Reagan para que modifique a sua política de hostilidade em relação ao governo de Luanda. ■ A participação activa das Forças Armadas espanholas no combate ao terrorismo no País Basco produz o primeiro incidente grave ao ser morto o comandante de um pequeno cargueiro britânico no porto de Pasajes, a 13 Km de San Sebastián, na sequência de uma busca policial; desconhecem-se pormenores do incidente.

29
Domingo

O jornal "Welt Am Sonntag", citando um documento da polícia, notícias que a polícia da RFA apreendeu grande quantidade de armamento pertencente a grupos nazis financiados por norte-americanos e franceses. ■ O presidente argelino Chadli Bendjedid chega a Luanda para uma visita oficial de dois dias à República Popular de Angola. ■ O general Roberto Eduardo Viola assume a presidência da Argentina, cargo para que foi designado em Outubro passado pela Junta militar que controla o país.

30
Segunda-feira

O presidente norte-americano Ronald Reagan é ferido a tiro no peito na sequência de um atentado levado a cabo em Washington por um jovem de 25 anos, John Warnock Hinckley, natural de Denver, filho de uma abastada família ligada à indústria petrolífera; o autor do atentado, que tem ligações com um grupo nazi norte-americano, atingiu o presidente dos EUA no pulmão esquerdo e feriu ainda o seu secretário de imprensa, James Brady (atingido gravemente na cabeça) e mais dois agentes de segurança; Reagan foi sujeito a uma intervenção cirúrgica de três horas para extracção do projectil, encontrando-se, segundo a Casa Branca, livre de perigo. ■ É desconvocada a greve geral na Polónia anunciada para amanhã após negociações entre o Governo e o "Solidariedade". ■ Um contingente misto de tropas especiais indonésias e tailandesas assaltam o avião da Indonésia que tinha sido desviado para Bangkok, causando vários mortos e feridos. ■ Agricultores vindos dos dez países da CEE iniciam em Bruxelas três dias consecutivos de manifestações contra as medidas agrícolas propostas pela comissão executiva daquela organização. ■ Guerilheiros salvadoreños repelem operações de grande envergadura lançadas pelas tropas ao serviço da junta fascista nas províncias de Morazan, Chalaltango e Cabanas. ■ Os dois cosmonautas, um soviético e outro mongol, que na semana passada acoplaram a estação orbital "Salut", regressam à Terra após quase uma semana de trabalho na referida estação.

31
Terça-feira

Em "golpe palaciano", oficiais superiores derrubam o governo do primeiro-ministro da Tailândia, Prem Tinsulanonda, não se registando qualquer incidente em todo o país, onde a vida continuou a correr como de costume. ■ Durante uma reunião da comissão especial consultiva da NATO as potências capitalistas europeias impõem aos EUA a necessidade do retamento das conversações com a URSS sobre a limitação de armas nucleares na Europa. ■ Com um discurso de Todor Jivkov, inicia-se o XII Congresso do Partido Comunista Bulgário. ■ Forças democráticas argentinas exigem em Buenos Aires a libertação dos dirigentes do Partido Comunista do Paraguai, António Maidana e Emilio Roa, raptados em Buenos Aires em Agosto do ano passado.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 26 de Março de 1827 morre em Viena de Áustria o grande compositor alemão Ludwig van Beethoven, completamente surdo e na miséria; autor de uma vasta obra musical, de que se destacam as nove Sinfonias, Beethoven viria a transformar completamente a música do seu tempo, abrindo novos caminhos e erguendo-se como um dos mais importantes compositores da história da música.

Internacional

Crise na Polónia, «argumento» para a guerra-fria

O projecto de greve geral na Polónia foi suspenso em conclusão do acordo obtido entre o comité do Conselho de Ministros para as questões sindicais e uma delegação do «Solidariedade». Mas os problemas subsistem. A convocação desta greve, que assim não se chega a concretizar, pode talvez ser apresentada como uma das mais claras provas de que o que está em causa hoje, na Polónia, não se circunscreve de forma alguma ao descontentamento surgido face a erros e viciações de métodos no seio do Governo e do POUP.

Para além disso e da quebra de confiança de largos sectores da população e de enfraquecimento do próprio POUP, sobressai de forma mais que evidente o papel de provocação interna de elementos anti-socialistas — que naturalmente utilizam a seu favor factos objectivos e certas aspirações fundamentadas — o papel de descarada e aberta ingenuidade do imperialismo.

Quais são os factos que ressaltam da crise polaca?

1) — Uma gravíssima crise económica

A ameaça — gravíssima — de greve geral ilimitada surge num momento em que a situação económica, profundamente deteriorada pela instabilidade social num processo de greves sucessivas, se apresenta como catastrófica.

Isso mesmo é destacado na resolução final do 9.º Plenário do CC do POUP, em que se afirma que «grupos adversários do socialismo, que exercem influência no "Solidariedade", desenvolvem uma ampla acção de propaganda tendo por fim espalhar a desconfiança para com o Partido e as autoridades do Estado, acentuar a tensão, organizar greves e semear a anarquia na vida económica, colocando assim a Polónia face a catástrofe económica».

A situação económica do país deteriora-se rapidamente. Desde o mês de Setembro do ano passado a produção industrial tem sido sempre inferior a igual período dos anos anteriores. Chegou-se a um ponto tal em que é necessário

parar com a produção de alguns produtos. A baixa de produção, acompanhada de um aumento sistemático dos salários, levaram a uma grave desorganização do mercado interno.

Pode-se mesmo afirmar que a situação económica no fim do primeiro semestre representa uma ameaça de ruptura da economia nacional.

2) — O papel da provocação organizada

A desproporção entre as formas de luta avançadas pelo «Solidariedade» e as reivindicações em causa ou os pretextos invocados torna-se cada vez mais evidente, tanto mais que não se pode acusar o Governo polaco e a direcção do POUP de recusa ao diálogo e de resolver os problemas através do debate pacífico das questões e da conciliação.

Já vão longe e estão quase esquecidos os factos que levaram ao desencadear da crise, na Polónia. Em Junho do ano passado, em vários pontos do país, surgiram manifestações de descontentamento contra anunciados aumentos de preços da carne (sendo que os aumentos de preços são um facto raro no socialismo). Assistiu-se depois a uma verdadeira escalada reivindicativa, que não podia deixar de reflectir descontentamento popular, só possível pela quebra de confiança no POUP, ligada a erros na política socio-económica que se prendem à violação da democracia interna e das normas leninistas de trabalho no seio do POUP.

Escalada entretanto também ligada à actuação habilmente explorada de maneira sistemática e organizada pela provocação interna, com amplo e aberto apoio do imperialismo, que soube utilizar o justo descontentamento de largos sectores do povo desencadeado no Verão de 1980.

Que se passou agora em Bydgoszcz? A ocupação de instalações públicas tem vindo a constituir, ultimamente, uma das formas de pressão utilizadas pelo «Solidariedade». Encerrada a sessão do Conselho do Povo de 19 de Março, em Bydgoszcz, contra a vontade dos elementos do «Solidariedade» presentes, estes recusam abandonar a sala. A intervenção das forças policiais dá origem a três feridos.

A vontade de diálogo, prejudicada pelos incidentes de Bydgoszcz, está a tomar-se apatidão unicamente da política do Governo polaco e do POUP. Não do «Solidariedade». Não de forças que procuram explorar o descontentamento e a falta de confiança desses sectores populares com fins abertamente anti-socialistas. Essas utilizam sem equívocos a chantagem, as mais diversas e contundentes formas de pressão.

O vice-primeiro-ministro Rokowski afirmava a propósito dos acontecimentos de Bydgoszcz: «Os factos atestam que existem no "Solidariedade" forças que pretendem lançar uma cruzada contra o poder popular (...). Na incrível agitação que o "Solidariedade" conduz há alguns dias contra as autoridades não é difícil discernir a vontade de opor o Governo do general Januszek à direcção do

Partido a que pertence (...) Na vossa opinião, senhores, a causa de tudo isto é o incidente de Bydgoszcz. Até que ponto é essa a verdadeira causa? (...) Primeiro, porque há desproporção entre a causa e o efeito e, segundo, porque há já duas semanas, assiste-se a uma crescente ansiedade e à multiplicação de conflitos. Isto, senhores, começou antes dos acontecimentos de Bydgoszcz».

Que se trata de uma manobra de largo alcance — quando nada a ver com as raízes do descontentamento verificado e dos agudíssimos problemas que hoje vive a Polónia socialista, antes os utiliza contra o socialismo, contra o povo polaco — é um facto demonstrado pelos próprios dirigentes da «dissidência» polaca. Referimos em particular Jacek Kuron, dirigente da organização contra-revolucionária «KOR». Em afirmações ao «Le Monde» de 28/8/80 Kuron afirma: «A oposição dispõe de uma certa influência nos meios operários e podemos alargá-la dado que eles precisam de ajuda (!!!), de informação e de sugestões. E nosso dever contribuir para que os operários se organizem em grupos institucionais, independentes, comissões operárias ou sindicatos...». E acrescenta ainda: «A URSS não se aventurará a uma intervenção armada na Polónia enquanto os polacos se absterem de derrubar um poder que é dócil à URSS. Por conseguinte absterhamo-nos disso por agora».

É difícil ser mais claro. A 9.ª reunião plenária do Comité Central do POUP, agora realizada, reflectiu a gravidade dos problemas que se vivem na Polónia, problemas que se prendem e reflectem também na vida interna do partido. Foi em particular referido que o duplo poder é já uma realidade no país e que o desmascaramento das intenções das forças contra-revolucionárias, que já não se escondem, é que uma grave

ameaça pesa sobre a Polónia e sobre o socialismo.

Na sua intervenção final Stanislaw Kania destacou: «Não se pode negar que há já muito tempo que o nosso país ultrapassou os limites do bom senso económico. Há também limites no domínio político. Estes limites estão definidos pelo interesse do socialismo, a manutenção do papel dirigente do Partido, a preocupação pela segurança do nosso Estado e a sua credibilidade enquanto membro da comunidade socialista. Devemos igualmente ser um partido combativo, um Partido que defenda a renovação socialista e não somente contra as diversas formas de inércia. Há cada vez mais factos que testemunham os graves riscos a que sujeitam a renovação socialista os que lutam contra o socialismo, jogam não só contra o poder popular, mas também para se apoderar do poder».

3) — A ingerência do imperialismo

O Estado polaco saberá, certamente, tomar as medidas adequadas à defesa do socialismo. É justificada a preocupação pela situação actual. Nas vésperas da declaração de uma greve geral que não chegou a realizar-se, em numerosas empresas foram adoptadas resoluções alertando para os perigos que impendem sobre o futuro da Polónia socialista. A situação actual pode vir a impor outras medidas que levem a uma maior e catastrófica degradação.

O imperialismo, entretanto, ingere-se descaradamente nos problemas internos da Polónia. Apoiando de todas as formas, movimentos e organizações que jogam contra o socialismo ou susceptíveis de para tal serem utilizados. Submetendo o país a uma campanha sistemática de emissões de rádio de uma propaganda provocatória e mistificadora. Utilizando também a mesma arma que está a ser brandida pelos elementos

anti-socialistas no interior do país: a chantagem. A cedência ou corte de créditos — eis a forma de chantagem.

Os Estados Unidos e a RFA declararam que qualquer «acção repressiva interna ou externa» na Polónia provocaria a paragem imediata da ajuda económica. Entretanto a acção genocida da Junta Salvadorenha contra o seu próprio povo desencadeia o processo contrário: a aceleração do auxílio financeiro e militar aos fascistas da Junta. Outro exemplo actualíssimo — na Turquia, onde neste momento estão pedidas mais 97 condenações à morte contra militantes de uma organização de esquerda, o Governo é expressamente apoiado pela NATO. O actual chefe do Governo turco dá-se mesmo ao luxo de afirmar não poder ainda ser fixada data para o restabelecimento da democracia.

Para o imperialismo o povo polaco nada vale. Importa sim golpear o socialismo. Neste momento importa brandir o «argumento» Polónia para tentar convencer o mundo e os próprios aliados europeus da NATO, da «necessidade» da corrida aos armamentos, da «necessidade» da política à beira do abismo.

Uma vez mais vai ser defendida a colocação de novos mísseis na Europa e a renovada proposta de colocação da bomba de neutrões — numa reunião do Grupo de Planificação Nuclear da NATO a realizar em Bona, de 6 a 9 de Abril. Face às reticências de vários governos capitalistas da Europa, reticências mais acentuadas pela reacção dos governos ocidentais às propostas de Moscovo (que universalmente se considera uma ofensiva da paz), a Polónia será aí lançada como «argumento» em prol da corrida aos armamentos. Esta a política do imperialismo na grande batalha internacional de classes, em que a Polónia constitui neste momento uma das suas mais agudas e dramáticas expressões.

O atentado a Reagan

Como foi amplamente noticiado, o presidente norte-americano Ronald Reagan foi vítima de um atentado, no dia 30 de Março, quando saía do Hotel Hilton, onde discursara numa assembleia da AFL/CIO. Foram feridos o presidente, o secretário de Imprensa (gravemente) e dois agentes de segurança.

De imediato foram tomadas «medidas de alerta» e o secretário de Estado Haig fez questão de assumir (ao que parece não sem oposição) numa primeira fase, o controlo da situação, que está entretanto nas mãos de um «gabinete de emergência» chefiado pelo vice-presidente Georg Bush.

O autor do atentado, John Warnock Hinckley Jr., tem 22 anos, é filho do presidente de uma companhia petrolífera de Denver, e militou num grupo neonazi.

Os factos são conhecidos. As causas do atentado pertencem ainda — e publicamente talvez para sempre — ao domínio da especulação. Para já a hipótese mais referida é a de que se trata de atentado «por conta própria».

A partida esta hipótese merece um comentário. Porque a própria aceitação desta hipótese — para além de poder pretender encobrir, lançando as responsabilidades sobre um bode espiatório, outras implicações no atentado — pressupõe um mundo onde nas ruas das cidades passeiam calmamente assassinos, devidamente armados. Um país onde ter uma arma é mais normal que ter casa. Um país onde a criminalidade bate sucessivos recordes mundiais e a violência é abertamente promovida. Um espelho do mundo capitalista desenvolvido onde a marginalidade está de facto em consonância com a política oficial, e são as forças de esquerda, as forças que se pronunciam pelos interesses do povo norte-americano, contra a violência — as perseguições pelo poder oficial.

O atentado ao presidente Reagan coroa, no momento, a longa lista de atentados a presidentes norte-americanos. Trata-se do sétimo atentado a um presidente neste século. A experiência mais recente — o assassinato do presidente Kennedy justifica o levantar de uma preocupação oportuna: que consequências serão extraídas deste atentado?

No caso Kennedy — nunca esclarecido — registou-se um grande esforço para imputar responsabilidades às forças de esquerda (mesmo a nível internacional), pretendendo assim utilizar o assassinato como «argumento» numa política mais acentuadamente anti-comunista. E no entanto, os únicos interessados no assassinato seriam forçosamente forças de direita desconformes com a política que estava a ser seguida.

Mas o facto é que, em Espanha como nos EUA ou em qualquer outro lugar, os atentados e o terrorismo são sempre armas da direita e da reacção.

Reagan tem-se salientado por uma política externa profunda e perigosamente belicista, atentatória dos mais elementares direitos dos povos, e uma política interna altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores norte-americanos, caracterizada por drásticos cortes no orçamento com fins sociais.

É bom não esquecer que, a pretexto de medidas antiterroristas, «justificam-se» muitas vezes medidas anti-democráticas e sérias escaladas na deterioração do clima político internacional.



Um flagrantista do dia a dia na Coreia do Sul; o regime militar apenas se conserva no poder à força das armas, esmagando qualquer oposição com tal violência que conquistou lugar de «destaque» entre as ditaduras mais sanguinárias do mundo. Por trás dela a presença «protectora» dum vasto contingente militar dos EUA, verdadeiro exército de ocupação do país.

à venda

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

a distribuição

Juventude

conferência nacional do ensino superior

«COM A JCP UMA LUTA A VENCER»



Universidade Portuguesa: como está, para onde vai? A acção dos estudantes comunistas: quais as suas principais deficiências, como superá-las?...

Talvez assim se consiga dar ao leitor uma breve imagem do que se passou no último fim-de-semana na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, onde reuniu a Conferência Nacional do Ensino Superior, da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Embora integrando algumas insuficiências, quer no plano do trabalho preparatório, quer no próprio desenrolar da jornada, a verdade é que a Conferência Nacional representa um avanço muito significativo para o desenvolvimento da acção dos universitários comunistas, tanto no plano de debate político-ideológico, como da intervenção nas escolas e nos mais variados sectores (trabalho associativo, gestão, etc.), como ainda no quadro das orientações para o reforço da organização da JCP.

Nas sessões plenárias, realizadas no Auditório 1, tomaram lugar na tribuna da Conferência camaradas da Comissão Central da JCP, da Direcção Central do Ensino Superior, membros de organizações e colectivos, um representante da UIE (União Internacional de Estudantes) e uma delegação do Comité Central do PCP, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC.

A intervenção de abertura foi lida por Tereza Conde e a de encerramento por Pina Moura. Luís Guerreiro leu a Resolução

Política da Conferência (aprovada por unanimidade), que, juntamente com o texto sobre a autonomia (ver artigo nesta página) constitui o principal documento aprovado pelos delegados.

Trata-se de um texto de 13 páginas que reúne os aspectos mais significativos dos 4 documentos preparatórios da Conferência: "Viver e lutar em Portugal no início da década de 80"; "A crise da Universidade e a Universidade para a democracia"; "O Movimento Estudantil"; e "JCP - uma organização revolucionária

para transformar a Universidade de e a vida".

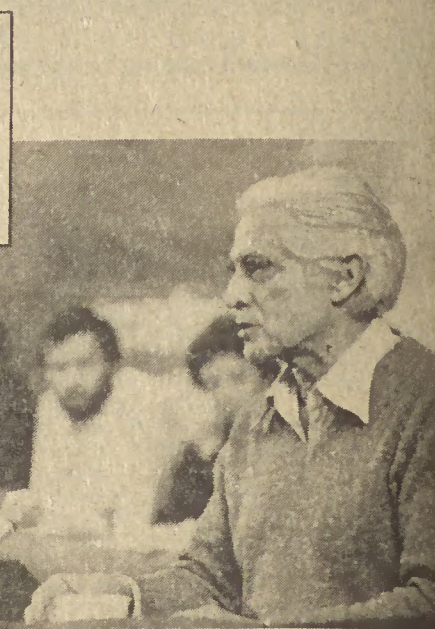
Representantes das organizações da JCP nas diferentes Academias também usaram da palavra na tribuna da Conferência, traçando uma análise das situações existentes e avançando com propostas para a acção futura dos estudantes comunistas.

Além dos plenários, funcionaram três secções de trabalho com temas bem definidos: autonomia universitária, movimento estudantil e organização da JCP. Delegados e participantes tiveram oportunidade

de intervir e, assim, enriquecer as orientações e conclusões da Conferência.

Na sessão de encerramento foram aprovadas as seguintes moções: de condenação do MEC e apoio aos estudantes de Línguas e Literaturas Modernas a propósito do decreto 15/81; de solidariedade com o Povo do Salvador, sobre o aniversário da Constituição da República e o problema da revisão constitucional; de repúdio pelas ameaças de despejo das Repúblicas, Solares e Casas Colectivas de Coimbra; sobre o planeamento familiar e o aborto; e sobre os 60 anos de vida e luta do PCP.

A Conferência dispensou uma calorosa saudação a dois camaradas do Komsovol Leninista da URSS, presentes na sala, e que deviam ter acompanhado um grupo artístico do seu país, não tendo os seus elementos obtido o "visto" das autoridades portuguesas...



Palavras de Álvaro Cunhal

A Conferência ouviu, numa atmosfera de vivo interesse, as palavras do secretário-geral do PCP. Depois de felicitar os participantes na iniciativa, o camarada Álvaro Cunhal salientou a importância da Conferência, nomeadamente porque "aprofundou o exame da situação" e linhas fundamentais "para a definição da Universidade de que o País necessita", destacando, a propósito, os temas do Movimento Estudantil e as formas de organização da JCP.

Álvaro Cunhal sublinhou "a positiva apreciação da delegação do PCP" sobre os trabalhos da Conferência, tendo também dirigido uma saudação à Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

"A situação política" do País e a nível internacional, como referiu o secretário-geral do nosso Partido, está ligada aos debates, aos problemas e às preocupações definidas durante a Conferência. Neste sentido, o camarada analisou numa breve passagem as principais questões da actualidade, tendo referido, por exemplo, o agravamento da situação internacional, os objectivos da política imperialista e os novos focos de tensão criados no Mundo.

Na ocasião, Álvaro Cunhal denunciou a posição do Governo português no contexto internacional, um "Governo enfiado servilmente ao imperialismo norte-americano e à administração Reagan". No quadro da vida política nacional, o secretário-geral do PCP retomou algumas ideias sobre os antecedentes da situação actual, nomeadamente a questão da derrota da AD nas Presidenciais, tendo alertado que "os perigos persistem para a democracia" e que a direita tem maioria na AR e tem o Governo, embora esta situação se possa modificar.

Seguidamente, o camarada Álvaro Cunhal referiu-se à necessidade da demissão do Governo, que, ao contrário do que certos sectores políticos dizem, designadamente o PS, não tem legitimidade para governar quatro anos.

A propósito, desenvolveu os argumentos já avançados pelo PCP acerca da legitimidade da luta pela demissão do Governo actual.

"Em relação com a temática abordada na Conferência", Álvaro Cunhal focou alguns pontos importantes. Por exemplo, quanto à questão da autonomia ajudando: "Particularmente importante é a esclarecedora distinção de uma pretensa 'autonomia' promovida pela reacção como forma de centralismo do governo da Direcção da Universidade e uma autonomia democrática, garantindo a eleição dos principais órgãos da Universidade, a participação dos estudantes na gestão universitária e a latitude de competências científicas, pedagógicas e administrativas - a gestão da Universidade pela Universidade".

Sobre as Associações de Estudantes (AE's), que "não perdem, antes tenderão a aumentar a sua importância no movimento estudantil", o secretário-geral do Partido referiu a dado passo:

"O movimento associativo (e muito menos o movimento estudantil) não pode limitar-se às eleições nas AE's. Mas as eleições nas AE's continuam a assumir um papel por vezes determinante", acrescentando mais adiante que "é vital reforçar a luta para assegurar direcções democráticas nas AE's".

Disse ainda: "Parece ser tarefa essencial arrancar as direcções às mãos de reacçãoários, que procurarão, tal como fazem em toda a vida nacional, limitar e eliminar as características democráticas da vida associativa".

Caracterizando alguns insucessos que no movimento associativo têm atingido as forças progressistas, Álvaro Cunhal recordou que "todo o avanço da direita é perigoso" e que "o avanço da democracia é indispensável e só a JCP, pela sua acção, pode assegurá-lo".

Ainda a propósito do Movimento Associativo, avançou três questões:

1.ª **Sobre a afirmação da presença autónoma da JCP** - "A conclusão parece justa. Mas que não leve ao enfraquecimento das posições e actividade da JCP nas AE's. Em determinado momento, a acção unitária no movimento associativo pode ter levado ao enfraquecimento e em alguns casos ao prático desaparecimento da intervenção autónoma da JCP na Universidade. É de desejar que a intervenção autónoma da JCP na Universidade não leve ao exagero contrário: à substituição e ao enfraquecimento da intervenção unitária (sem qualquer arrogância política) da JCP no movimento associativo".

2.ª **Sobre a necessidade de prosseguir a luta nas AE's** ("mesmo quando não aparecem perspectivas claras de ganhar a direcção") - "Cremos ser conclusão que a JCP se empenhará em combater tendências derrotistas e demissionistas".

3.ª **Sobre a necessidade da acção unitária** - "A unidade não pode compreender-se no sentido restrito de acordos entre forças políticas partidárias. Pode haver unidade de acção com objectivos concretos, sem que essa unidade corresponda aos limites de formações partidárias. A unidade tem de ser vista no concreto. Se os objectivos por que luta a JCP correspondem aos interesses e aspirações dos estudantes, o campo unitário transborda largamente o campo partidário democrático".

Numa outra fase da sua intervenção, sempre seguida com particular atenção pelos universitários presentes, Álvaro Cunhal referiu-se à força orgânica e influência actual da JCP, adiantando:

"Sem dúvida que a JCP é uma organização influente no Ensino Superior (...). Até hoje, no conjunto das actividades estudantis na Universidade, é a mais forte organização política".

No entanto, a organização comunista na Universidade tem os seus problemas. "Muitos problemas ficam sem resposta ou com respostas insatisfatórias. O mérito da Conferência é ter aberto o caminho - numa base mais sólida - para o aprofundamento da análise, para o melhoramento do trabalho e para ulteriores decisões de fundo".

"Apesar dos pontos de referência em problemas básicos", o camarada Álvaro Cunhal salientou algumas observações sobre três grandes linhas de força: a organização, a militância e o estilo de trabalho.

Sobre o primeiro tema, diria:

"A realidade é esta: a organização da JCP na Universidade não é satisfatória (...). Os dados de organização trazidos à Conferência são preocupantes (...). Sem dúvida que influem nesta situação factores objectivos, conforme foi sublinhado na Conferência: a origem social dos estudantes, a filtragem de classe no acesso à Universidade, o desenvolvimento de tendências ideológicas, a influência política geral da reacção".

No entanto, foi demonstrado na tribuna que há "a possibilidade de bom trabalho e de influência mesmo em meios onde a influência geral reacçãoária é predominante".

Em relação à militância comunista:

"Constitui um ensinamento célebre que vale mais um passo concreto que uma dúzia de programas. Mas para cada passo concreto é necessária a militância comunista e militância comunista significa tenacidade, entusiasmo e prontidão".

"Por vezes, os pequenos acontecimentos esclarecem mais as situações que os grandes textos".

Noutro passo da sua comunicação à Conferência, diria que é necessário "aprofundar o exame e a definição das formas de organização da JCP, dos critérios e formas de recrutamento, do funcionamento de organismos, da natureza e distribuição de tarefas, da forma de actuar, de lutar e viver na JCP do Ensino Superior".

Sobre o estilo de trabalho, "expressão rica de sentido, com significado amplo mas mais ou menos indeterminado e que envolve grandes linhas de orientação e práticas quotidianas", o camarada Álvaro Cunhal referiu três ideias fundamentais:

1.ª "O estilo deve corresponder às situações concretas. Mas não basta afirmá-lo. É necessário que essa correspondência não seja um voto piedoso mas uma realidade".

2.ª "O trabalho colectivo e conjunto da JCP com todos os estudantes e não acima deles" (como foi referido na Conferência). "É uma importante característica de um bom estilo".

3.ª "O estilo de trabalho resulta não de uma decisão formal, mas de um processo de formação, em que as experiências positivas e negativas intervêm como elementos determinantes. E de desejar que no estilo de trabalho da JCP se evitem tendências burocráticas, formalistas e imobilistas".

Já na parte final da sua intervenção, Álvaro Cunhal declarou:

"A JCP intitula-se justamente uma organização e uma vanguarda revolucionária. São tarefas da JCP no Ensino Superior: analisar a situação na esfera da sua acção (a Universidade); dar uma contribuição para a solução dos problemas; ligar-se íntima e organicamente às massas estudantis; informar, esclarecer, convencer e mobilizar para a luta por objectivos imediatos e por objectivos políticos fundamentais dos estudantes do Superior (...)."

"Na linha das gloriosas tradições da Juventude Comunista, a JCP no Ensino Superior tem conhecimentos, experiência, força organizada, dinamismo, militância, entusiasmo e apoio de massas bastantes para dar respostas necessárias aos problemas e para continuar a confirmar na vida ser a vanguarda revolucionária da juventude".



• A nova Direcção Central

No decorrer da sessão de encerramento, a camarada Tereza Medina apresentou a nova Direcção Central do Ensino Superior, constituída por 35 camaradas e eleita em sessão exclusivamente destinada a delegados.

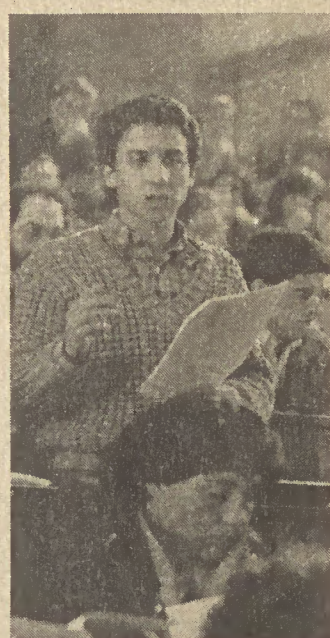
Nove daqueles camaradas

são membros de direcções associativas, 10 de estruturas de gestão, 7 são funcionários da JCP (dos quais 5 continuam a estudar), 6 estão no 1.º ano e 9 no 2.º ano de diversos cursos.

A composição da nova Direcção Central, que integra um número reduzido de raparigas,

como foi assinalado ao plenário, regista a participação de estudantes das Academias de Lisboa, Porto e Coimbra e ainda de um elemento da Universidade do Minho (Braga).

A apresentação da nova Direcção foi acompanhada por fortes aplausos do plenário.



• «Queima das Fitas»

A CNES considera que os estudantes comunistas universitários nestas Academias (Coimbra e Porto) devem intervir activamente na «Queima das Fitas» (independentemente da sua hegemonização actual pela direita estudantil) com os seguintes objectivos:

- Transformar as suas iniciativas em grandes momentos de confraternização e contacto dos estudantes universitários com as populações;
- Procurar que o seu programa traduza os problemas e anseios dos estudantes, hoje, e atinja um nível cultural e artístico prestigioso para o Movimento Estudantil;
- Lutar para que as suas estruturas organizativas respeitem as regras tradicionais da democracia e do apatidarismo que as caracterizavam.

(Da Resolução Política da Conferência)



AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A primeira proposta com cabeça, tronco e membros!

• Síntese do documento aprovado pela Conferência

O documento aprovado na Conferência denomina-se «Por uma ampla, democrática e participada autonomia universitária» e está organizado de acordo com os seguintes pontos:

Capítulo I — Considerações gerais e pressupostos políticos (1. Exposição de motivos; 2. Objectivos políticos do projecto; 3. Fundamentos concretos do projecto);

Capítulo II — Linhas fundamentais da regulamentação da autonomia universitária (Secção I. Noção, fins e atribuições da Universidade; Secção II. Órgãos centrais da Universidade; Secção III. Órgãos gerais das escolas);

Capítulo III — Considerações finais.

Dado o elevado interesse de que se reveste o documento, passamos a citar algumas das passagens mais significativas do capítulo II, na qual o projecto dos estudantes comunistas é desenvolvido nas suas linhas gerais.

Noção, fins e atribuições da Universidade

(...)

1. As Universidades são pessoas colectivas de direito público gozando da autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira que é regulamentada por lei.

2. As Universidades são instituições de ensino, cultura e investigação com os seguintes fins:

- Contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade e formação dos estudantes, firmadas na ciência e técnica modernas e nos valores do humanismo progressista, património da cultura portuguesa e universal;
- Preparar futuros profissionais qualificados nos vários domínios do conhecimento aptos a servirem objectivos políticos, económicos, sociais e culturais estabelecidos na Constituição da República;
- Promover a investigação fundamental e aplicada, contribuindo para o progresso da ciência e do conhecimento e visando a sua aplicação às realidades económicas e sociais do país;
- 3. São atribuições fundamentais de cada Universidade:
- Propor a criação de estabelecimentos de ensino superior aos órgãos competentes;
- Aprovar a integração de escolas superiores na Universidade, assim como desdobramentos e reestruturações no seu interior, sempre que necessidades de natureza pedagógica, científica ou técnica o aconselhem e as realidades o exijam;
- Aprovar os Planos de Estudo dos cursos, sob proposta das escolas;
- Garantir o pessoal docente assim como a sua dignidade e idoneidade científica e pedagógica;
- Promover a actualização e aperfeiçoamento dos sistemas pedagógicos de ensino, estudo e avaliação;
- Assegurar as condições humanas e organizativas para a realização de investigação científica fundamental e aplicada;
- Incrementar, no âmbito da sua competência, a celebração de contratos de prestação de serviços à comunidade e promover a realização de acordos e convénios com Universidades nacionais e/ou estrangeiras;
- Assegurar a gestão financeira e patrimonial dos seus recursos, equipamentos e meios;
- Apoiar as actividades culturais e de desporto universitário;
- Participar na definição e gradualmente garantir a execução da política acção social no Ensino Superior;

Órgãos centrais da Universidade

1. São órgãos centrais da Universidade: o Senado Universitário, o Reitor, o Conselho Directivo Universitário e o Conselho Financeiro.

2. O Senado Universitário

2.1 Eleições e composição

O SU é eleito anualmente através das escolas, a partir de listas apresentadas por corpos e submetidas a sufrágio directo, secreto e universal sendo a sua composição definida pelo método de Hondt.

Nas escolas com mais de 2000 alunos apresentam-se listas de 4 docentes, 5 estudantes e 2 funcionários.

Nas escolas com menos de 2000 alunos as listas são de 2 docentes, 3 estudantes e 1 funcionário.

Os Presidentes dos Conselhos Directivos e Comissões Instaladoras das escolas são membros de direito próprio no Senado Universitário.

2.2 São competências fundamentais do Senado:

- A eleição do Reitor e a sua destituição;

- A eleição do Conselho Directivo Universitário e a sua destituição;
- Aprovar anualmente o relatório de actividades da Universidade;
- Aprovar o orçamento da Universidade, assim como os seus planos financeiros anuais e plurianuais;
- Propor a criação de novas escolas, assim como decidir da integração de outras na Universidade;
- Aprovar projectos de cooperação interuniversitários (acordos e convénios) de prestação de serviços à comunidade e as linhas gerais da investigação científica fundamental e aplicada;
- Pronunciar-se sobre questões de política educativa.

2.3 O Senado Universitário deverá possuir um regulamento interno que garanta a sua capacidade de resposta à vasta gama de matérias.

3. O Reitor

3.1 Eleição

O Reitor é obrigatoriamente um professor catedrático com um mandato com a duração de três anos.

O Reitor é eleito pelo Senado Universitário, com maioria absoluta dos votos expressos.

O Reitor só pode ser demitido pelo Senado Universitário se para isso existir uma maioria qualificada de dois terços dos votos expressos.

3.2 São competências fundamentais do Reitor: representar a Universidade face ao exterior; presidir aos órgãos centrais da Universidade; dar posse aos órgãos da Universidade (centrais e de escolas); elaborar, anualmente, o relatório da actividade da Universidade ao Senado.

4. Conselho Directivo Universitário

4.1 Eleição e composição

O CDU é anualmente eleito pelo Senado Universitário integrando o Reitor (membro nato e com voto de qualidade), três vice-reitores (eleitos entre o corpo docente) e o secretário-geral da Universidade (ou equiparado). O CDU só pode ser demitido pelo Senado Universitário.

4.2 São competências fundamentais do C. Financieiro: convocar os órgãos da Universidade; coadiuvar o Reitor; tratar da generalidade das questões relativas ao pessoal docente e administrativo da Universidade; promover a cooperação científica e pedagógica no interior e entre Universidades.

5. O Conselho Financeiro

5.1. Composição:

O CF é presidido por um dos vice-reitores (sem prejuízo da prerrogativa pelo Reitor sempre que este o entender), um representante de cada Conselho Directivo ou Comissão Instaladora e um funcionário da Universidade afecto à sua gestão financeira.

5.2. São competências fundamentais do C. Financieiro: preparar os planos financeiros e orçamento geral da Universidade; assegurar a administração financeira corrente da Universidade, assim como da repartição de verbas pelas escolas (num posterior desenvolvimento destas competências, várias há que serão para decisão ao nível do CDU).

Órgãos gerais das escolas

1. São órgãos gerais das escolas: o Conselho Directivo, o Conselho Científico, o Conselho Pedagógico; a Assembleia Geral de Escola (AGE).

2. O Conselho Directivo

2.1 Eleição e composição

O CD é anualmente eleito a partir de listas por corpos submetidas a sufrágio directo, secreto e universal sendo a sua composição final definida pelo método de Hondt. O CD é composto por 6 docentes, 6 estudantes e 3 funcionários, sendo o seu Presidente obrigatoriamente um docente (o 1.º nome da lista docente mais votada). Se a escola tiver menos de 2 mil alunos, o CD integra respectivamente 4, 4 e 2 daqueles elementos.

2.2 São competências fundamentais do Conselho Directivo

- Aprovar o plano orçamental a ser enviado à Universidade;
- Aprovar o plano de estudos a submeter à apreciação da Universidade, assim como reestruturações, departamentação e sua regulamentação, após processo de debate alargado na escola;

- Decidir sobre as normas gerais de ensino, avaliação, proscricção e precedências ouvidos os outros órgãos de gestão;

- Deliberar sobre a realização de convénios e acordos interestaduais, bem como a prestação de serviços à comunidade;

- Propor a contratação de pessoal docente; assegurar os mapas de distribuição do serviço docente, assim como a autorização de dispensa de serviço docente e atribuição de subsídios vitalícios nos termos legais, ouvidos os Conselhos Científicos e Pedagógicos;

- De um modo geral, deliberar sobre tudo o que respeite à gestão de pessoal administrativo;

- Autorizar as cedências temporárias de instalações;

- Administrar e gerir correntemente todos os aspectos indispensáveis ao normal funcionamento da escola.

2.3 O Conselho Directivo deverá possuir um regulamento interno de funcionamento e um executivo que assegure a gestão corrente da escola.

3. O Conselho Científico

3.1 Composição

A composição do CC deve ser alargada aos assistentes.

3.2 São competências fundamentais do Conselho Científico

Pronunciar-se sobre as condições de admissão de candidatos às provas de doutoramento, assim como assegurar a validação e nomear os respectivos juristas; deliberar sobre a nomeação de júris para os concursos para vagas de professores do quadro e provas para o título de agregado; propor a contratação de docentes, investigadores não docentes e pessoal técnico adstrito às actividades científicas e à renovação de contratos cessantes; propor ao Conselho Directivo projectos de desenvolvimento da actividade de investigação científica fundamental e aplicada, planos de estudo, etc., garantindo após aprovação a sua concretização.

4. O Conselho Pedagógico

4.1. Eleição e composição

O Conselho Pedagógico ou Conselhos Pedagógicos em escolas departamentadas são eleitos anualmente através de listas por corpos submetidas a sufrágio directo, secreto e universal, sendo a sua composição definida pelo método de Hondt. O Conselho Pedagógico é partilhado entre docentes e estudantes, sendo o seu número de membros variável consoante a dimensão do colégio eleitoral. O seu presidente será o primeiro nome da lista de docentes mais votada.

4.2. São competências fundamentais do(s) Conselho(s) Pedagógico(s): dar parecer e fazer propostas ao CD sobre orientação pedagógica, métodos de ensino e sistemas de avaliação; criar mecanismos consultivos sobre a qualidade científica e pedagógica do ensino ministrado e propor medidas nesta área ao Conselho Directivo; deliberar, no plano das disposições gerais aprovadas pelo CD, sobre todos os problemas concretos que lhe sejam colocados por estudantes ou professores e garantir a execução dessas deliberações.

5. A Assembleia Geral da Escola

5.1 Reúne o conjunto da população escolar e tem função de fiscalização sobre os restantes órgãos de gestão, assim como pronunciar-se sobre questões de política educativa.

5.2 É da competência da AGE a aprovação por voto directo, secreto e universal do Regulamento Interno da escola que define o quadro dos diplomas legais existentes, as formas concretas de funcionamento orgânico da escola (...).

A Conferência Nacional pronunciou-se, pois, pela supressão das Assembleias de Representantes, actualmente órgãos mortos que em nada contribuem para a valorização do trabalho democrático de gestão universitária. O reforço e dinamização dos Conselhos Directivos e das Assembleias Gerais de Escola (AGE's) são pontos fundamentais na proposta aprovada no último fim-de-semana na Faculdade de Letras de Lisboa.